



# Diário Oficial

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Nº 1818

Recife - Terça-feira, 11 de novembro de 2025

Eletrônico

## PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA

### PORTARIA PGJ Nº 3.924/2025 Recife, 10 de novembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Promotoria de Justiça da Capital com atuação na Infância e Juventude;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, caput, da Instrução Normativa PGJ n.º 002/2022, bem como a observância da tabela de substituição automática;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

#### RESOLVE:

I - Designar o Dr. SÉRGIO GADELHA SOUTO, 24º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital em exercício, para o exercício simultâneo no cargo de 23º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital nos dias 10/11/2025 e 11/11/2025.

II - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 10/11/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA PGJ Nº 3.925/2025 Recife, 10 de novembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea f, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Coordenação da 9ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO a inexistência de ônus financeiro institucional, nos termos do art. 4º, inc. I, da Instrução Normativa PGJ n.º 001/2019, com as alterações implementadas pela IN PGJ n.º 002/2019;

CONSIDERANDO a necessidade do serviço e o interesse público;

#### RESOLVE:

Designar a Dra. FABIANA KIUSKA SEABRA DOS SANTOS, 4ª Promotora de Justiça de Abreu e Lima, para atuar nas audiências da 3ª Vara Cível de Abreu e Lima, pautadas para o dia 13/11/2025, perante o 3º Promotor de Justiça de Abreu e Lima.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA PGJ Nº 3.926/2025

Recife, 10 de novembro de 2025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0412.0021455/2025-48;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

#### RESOLVE:

I - Designar os Membros integrantes do NAJ relacionados abaixo para atuarem nas sessões plenárias do Tribunal do Júri de Brejo da Madre de Deus, perante o Promotor de Justiça de Brejo da Madre de Deus, conforme indicado a seguir:

Data: 10/11/2025

Membro: Dr. SAMUEL FARIAS, Promotor de Justiça de Itapetim  
Processo NPU n.º 0000627-42.2019.8.17.0340

Data: 13/11/2025

Membro: Dr. SAMUEL FARIAS, Promotor de Justiça de Itapetim  
Processo NPU n.º 0000157-74.2020.8.17.0340

Data: 17/11/2025

Membro: Dr. SAMUEL FARIAS, Promotor de Justiça de Itapetim  
Processo NPU n.º 0001540-96.2023.8.17.0340

Data: 17/11/2025

Membro: Dr. PAULO FERNANDES MEDEIROS JÚNIOR, Promotor de Justiça de João Alfredo  
Processo NPU n.º 0000831-33.2012.8.17.0340

Data: 24/11/2025

Membro: Dr. HUGO EUGÊNIO FERREIRA GOUVEIA, 1º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes  
Processos NPU n.º 0000412-18.2009.8.17.0340 e n.º 0001069-57.2009.8.17.2340

Data: 27/11/2025

Membro: Dr. HUGO EUGÊNIO FERREIRA GOUVEIA, 1º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes  
Processo NPU n.º 0000357-61.2021.8.17.2340

II - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 10/11/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.927/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0323.0018408/2025-38;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

**RESOLVE:**

Designar os Membros integrantes do NAJ relacionados abaixo para atuarem nas sessões plenárias do Tribunal do Júri de Araripina, perante o 3º Promotor de Justiça de Araripina, conforme indicado a seguir:

Data: 11/11/2025

Membro: Dr. LEON KLINSMAN FARIAS FERREIRA, Promotor de Justiça de Verdejante  
Processo NPU n.º 910-92.2004.8.17.0210

Data: 12/11/2025

Membro: Dr. LEON KLINSMAN FARIAS FERREIRA, Promotor de Justiça de Verdejante  
Processo NPU n.º 436-97.1999.8.17.0210

Data: 14/11/2025

Membro: Dr. LEON KLINSMAN FARIAS FERREIRA, Promotor de Justiça de Verdejante  
Processo NPU n.º 3720-87.2023.8.17.2210

Data: 19/11/2025

Membro: Dr. FERNANDO PORTELA RODRIGUES, 11º Promotor de Justiça Criminal da Capital  
Processos NPU n.º 1235-91.2009.8.17.0210

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.928/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0375.0021558/2025-53;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

**RESOLVE:**

Designar o Dr. ROMERO TADEU BORJA DE MELO FILHO, 3º Promotor de Justiça de Afogados da Ingazeira e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Venturosa, pautada para o dia 11/11/2025 (processo NPU n.º 000255-95.2921.8.17.3550), perante o Promotor de Justiça de Venturosa.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.929/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.2345.0021550/2025-13;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

**RESOLVE:**

Designar o Dr. ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR, 1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru e Membro integrante do NAJ, para atuar nas sessões plenárias do Tribunal do Júri de São Caetano, pautadas para os dias 12/11/2025 (processo NPU n.º 1364-80.2023.8.17.3290) e 26/11/2025 (processo NPU n.º 1137-90.2023.8.17.3290), perante o Promotor de Justiça de São Caetano.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.930/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0386.0021552/2025-50;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

**RESOLVE:**

Designar os Membros integrantes do NAJ relacionados abaixo para atuarem nas sessões plenárias do Tribunal do Júri de São Bento do Una, perante o Promotor de Justiça de São Bento do Una, conforme indicado a seguir:

Data: 13/11/2025

Membro: Dr. FERNANDO PORTELA RODRIGUES, 11º Promotor de Justiça Criminal da Capital

Processos NPU n.º 0000986-63.2011.8.17.1280

Data: 25/11/2025

Membro: Dr. IVO PEREIRA DE LIMA, 13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital

Processos NPU n.º 0000403-97.2019.8.17.1280

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.931/2025**

**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0364.0020648/2025-53;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

**RESOLVE:**

Designar o Dr. SAMUEL FARIAS, Promotor de Justiça de Itapetim e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Cabrobó, pautada para o dia 13/11/2025 (processo NPU n.º 0000068-92.2001.8.17.0380), perante o 1º Promotor de Justiça de Cabrobó.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.932/2025**

**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a

presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0391.0020878/2025-34;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

**RESOLVE:**

Designar o Dr. PAULO FERNANDES MEDEIROS JÚNIOR, Promotor de Justiça de João Alfredo e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Caruaru, pautada para o dia 14/11/2025 (processo NPU n.º 0000527-59.2025.8.17.2480), perante o 5º Promotor de Justiça Criminal de Caruaru.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.933/2025**

**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0585.0021593/2025-32;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

**RESOLVE:**

Designar o Dr. SAMUEL FARIAS, Promotor de Justiça de Itapetim e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Custódia, pautada para o dia 17/11/2025 (processo NPU n.º 0000637-76.2025.8.17.4220), perante o 1º Promotor de Justiça de Custódia.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.934/2025**

**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0568.0021147/2025-10;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

RESOLVE:

Designar o Dr. IVO PEREIRA DE LIMA, 13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Passira, pautada para o dia 18/11/2025 (processo NPU n.º 0000534-28.2016.8.17.1070), perante o Promotor de Justiça de Passira.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.935/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0400.0022563/2025-91;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

RESOLVE:

Designar o Dr. LEON KLINSMAN FARIAS FERREIRA, Promotor de Justiça de Verdejante e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Itaíba, pautada para o dia 18/11/2025 (processo NPU n.º 0000287-76.2012.8.17.0750), perante o Promotor de Justiça de Itaíba.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.936/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0421.0020132/2025-35;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

RESOLVE:

Designar o Dr. PAULO FERNANDES MEDEIROS JÚNIOR, Promotor de Justiça de João Alfredo e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Sairé, pautada para o dia 18/11/2025 (processo NPU n.º 0001087-49.2024.8.17.4480), perante o Promotor de Justiça de Sairé.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.937/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea “f”, da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação do Mês Nacional do Júri 2025, nos termos do Ato Conjunto do TJPE, n.º 39/2025 (1292330), publicado no Diário Oficial da Justiça em 11/09/2025;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri – NAJ, por meio da Resolução PGJ n.º 19/2023, publicada no Diário Oficial de 09/10/2023, com o objetivo de assegurar a presença Ministerial perante as sessões plenárias do Tribunal do Júri;

CONSIDERANDO os termos deliberados nos autos do processo SEI n.º 19.20.0325.0021592/2025-79;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade do serviço e o interesse público;

RESOLVE:

Designar o Dr. IGOR COUTO VIEIRA, Promotor de Justiça de Mirandiba e Membro integrante do NAJ, para atuar na sessão plenária do Tribunal do Júri de Ipubi, pautada para o dia 19/11/2025 (processo NPU n.º 0000581-95.2011.8.17.0740), perante o Promotor de Justiça de Ipubi.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.938/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas nos artigos 9º, inciso XIII, alínea f, e 69 da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a instalação, pelo TJPE, da Vara Regional do Tribunal do Júri do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no dia 28/07/2025;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 8ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO ainda a inexistência de ônus financeiro institucional;

CONSIDERANDO, por fim, o necessidade do serviço e o interesse público;

RESOLVE:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000



I - Designar a Dra. DANIELLE BELGO DE FREITAS, 3ª Promotora de Justiça Criminal do Cabo de Santo Agostinho, e o Dr. RODRIGO ALTOBELLO ÂNGELO ABATAYGUARA, 2º Promotor de Justiça Criminal de Ipojuca, para o exercício simultâneo nos feitos da Vara Regional do Tribunal do Júri do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, com atuação em conjunto ou separadamente, durante o período de 01/11/2025 a 30/11/2025.

II - Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 01/11/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ Nº 3.939/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 9º, inciso XIII, alínea "f", da Lei Complementar n.º 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação encaminhada pela Coordenação da 14ª Circunscrição Ministerial;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 da Resolução PGJ n.º 02/2025;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

I – Designar o Dr. VANDECI SOUSA LEITE, 2º Promotor de Justiça de Serra Talhada, para o exercício da função de Coordenador da 14ª Circunscrição Ministerial, com sede em Serra Talhada, no período de 10/11/2025 a 19/11/2025, em razão das férias da Dra. Jéssica Maria Xavier de Sá Bertoldo.

II – Retroagir os efeitos da presente Portaria ao dia 10/11/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO  
Procurador-Geral de Justiça

**ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**

**ATA Nº 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2025 - OECPJ**  
**Recife, 22 de setembro de 2025**

EXTRATO DA ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2025

Consubstanciada em ata eletrônica, gravada em áudio (Formato MP3). Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, por volta das 14h, reuniu-se o ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no Salão dos Órgãos Colegiados da Procuradoria Geral de Justiça, localizada à Rua do Imperador D. Pedro II, nº. 511, Bairro de Santo Antônio, nesta cidade, e no sítio <https://www.youtube.com/channel/UC464Hy9Q9YByF3NvNKmcq3Q>, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, ficando desta forma estabelecida a composição dos membros convocados para a presente sessão: Dr. CARLOS ROBERTO SANTOS, Dr. EDUARDO LUIZ SILVA CAJUEIRO, Dr. FERNANDO BARROS DE LIMA, Dr. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA, Dr. HÉLIO JOSÉ DE CARVALHO XAVIER, Dr. JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES, Dr. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO, Dra. LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA, Dr. RENATO DA SILVA FILHO e Dr. RICARDO VAN DER LINDEN DE VASCONCELOS COELHO. Presente o Corregedor-Geral Substituto, Dr. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA, e o representante da AMPPE, Dra. HELENA MARTINS GOMES.

Ausências justificadas: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, Dr. Francisco Sales de Albuquerque e Dr. Mario Germano Palha Ramos. Havendo quórum regimental o Presidente declarou instalada a sessão. Iniciados os trabalhos, a Secretária leu os pontos de pauta: I - Aprovação da ata da Sessão Anterior; II – Comunicações; III – Aprovação da proposta orçamentária anual do Ministério Público do Estado de Pernambuco para o exercício 2026. Passando a tratar dos assuntos previstos em pauta: I. Aprovação da ata da sessão anterior: Colocado em apreciação o Extrato da Ata da 2ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio dos Procuradores do Ministério Público de Pernambuco, de 09/06/2025, foi aberta a discussão. Colocado em votação, foi aprovado, por unanimidade. II. Comunicações: A Presidência propôs um voto de pesar ao Dr. Francisco Sales de Albuquerque, pelo falecimento de sua irmã, tendo sido aprovada a proposição. Felicitou Dra. Christiane Roberta dos Santos, que aniversariou na data da Sessão. O Corregedor-Geral substituto, Dr. Charles Hamilton dos Santos Lima, informou a ausência justificada da Corregedora-Geral, em razão de inspeções realizadas pela Corregedoria. A presidência deferiu o requerimento das entidades classistas dos servidores do MPPE para manifestação oral, após a apresentação da proposta de orçamento. III. Aprovação da proposta orçamentária anual do Ministério Público do Estado de Pernambuco para o exercício 2026: O Presidente passou a palavra à Assessoria de Planejamento, que apresentou a proposta. Terminada a apresentação, o Presidente passou a palavra ao Presidente do SINDSEMPPE, Ronaldo Sampaio, que, representando as entidades de classe dos servidores do MPPE, expôs em suas considerações que as perdas salariais entre maio de 2015 e maio de 2025, considerando o IPCA, são de 15,05%, especialmente em razão da não aplicação de reajuste em maio de 2016 e maio de 2021, e, ao final, propôs um reajuste de 10%, a ser pago em duas parcelas ao longo do ano, sendo a primeira na data base. O Presidente disse que, o governo estadual ao enviar a LDO no dia 1º de agosto de 2025 fez uma previsão de reajuste da receita estadual no percentual de 4,65%, e, por enquanto, o orçamento só pode ser reajustado nesse patamar, mas que as negociações com o governo do Estado continuam em andamento. afirmou, ainda, que há um diálogo com os demais poderes que detêm autonomia administrativa e financeira e com o governo do Estado para que não haja reajustes dissonantes e dispares entre esses poderes, mas que há uma perspectiva de melhora no índice proposto. Lembrou, também, que há uma necessidade de honrar com passivos referentes a despesas pessoais, assim como é imprescindível a realização de investimentos. O Presidente reconheceu a legitimidade das entidades de classe de pleitear reposição salarial, lembrando que os reajustes nos anos de 2023, 2024 e 2025 superaram os índices inflacionários em 4,45%, e que a falta de revisão nos anos de 2016 e 2021 foram cruciais para as perdas salariais mencionadas. Dr. Eduardo Cajueiro pediu que fosse atendida a solicitação de criação de uma função gratificada para a Secretaria das Procuradorias de Justiça de Caruaru, haja vista que a gratificação existente hoje na Secretaria é de outro setor. O Presidente disse que, essa função gratificada será contemplada na reestruturação que será feita, e caso haja a possibilidade de remanejar uma função para a Secretaria no Processo SEI, será realizado. Dr. Fernando Barros reforçou o pedido de Dr. Eduardo Cajueiro, bem como o pleito das entidades dos Servidores do MPPE. Colocado em votação, o Colegiado, por unanimidade, aprovou a proposta, ressaltando a divergência de Dr. Fernando Barros em relação ao índice de reajuste aos servidores do quadro do MPPE. O Presidente agradeceu a toda equipe da Secretaria-Geral e da AMPEO, pela construção e monitoramento do orçamento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão, determinando a lavratura da presente Ata por mim, Tiago Alexandre Freitas Parente, digitada e assinada pela Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, \_\_\_\_\_ Dra. Ana Carolina Paes de Sá Magalhães, e pelos membros do Colegiado, presentes na sessão.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUIVODORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

**MP PE**  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

**AVISO OECPJ Nº 005/2025****Recife, 10 de novembro de 2025**

O Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, no uso de suas atribuições no artigo 12, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 27 de dezembro de 1994, com alterações posteriores c/c artigo 5º, VIII do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça;

Considerando a aprovação, à unanimidade, ocorrida na 3ª Sessão Ordinária do OECPJ, em 10 de novembro de 2025, resolve publicar o Quadro Geral dos Cargos do Ministério Público, conforme anexo.

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
Presidente do Órgão Especial do Colégio dos Procuradores de Justiça

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS****DESPACHO SUBADM Nº 03/11/2025 a 07/11/2025****Recife, 10 de novembro de 2025**

Número protocolo: 516540/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Relatório Plantão Ministerial  
Data do Despacho: 07/11/2025  
Nome do Requerente: DÉCIO DE CARVALHO PADILHA  
Despacho: Autorizo. À DMDD para as providências necessárias.

Número protocolo: 516548/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Férias (alteração/utilização)  
Data do Despacho: 07/11/2025  
Nome do Requerente: JOSE NILSON BARBOSA DA HORA  
Despacho: Autorizo. À DMDD para as providências necessárias.

Número protocolo: 514099/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Condições Especiais de Trabalho  
Data do Despacho: 07/11/2025  
Nome do Requerente: ADRIANA ALAIDE AZEVEDO MOTA VEIGA  
Despacho: Acolho integralmente o parecer do NGP e defiro o pedido da requerente. À CMGP para as providências necessárias.

Número protocolo: 515216/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Condições Especiais de Trabalho  
Data do Despacho: 07/11/2025  
Nome do Requerente: TACIANA LIMA DOS SANTOS AGUIAR  
Despacho: Acolho integralmente o parecer do NGP e defiro o pedido da requerente. À CMGP para as providências necessárias.

Número protocolo: 516590/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Relatório Plantão Ministerial  
Data do Despacho: 07/11/2025  
Nome do Requerente: SILAS BUARQUE LIRA JÚNIOR  
Despacho: Autorizo. À DMDD para as providências necessárias.

Número protocolo: 516535/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Férias (alteração/utilização)  
Data do Despacho: 07/11/2025  
Nome do Requerente: ALCIDES ANTÔNIO E SILVA SEGUNDO  
Despacho: Autorizo. À DMDD para as providências necessárias.

Número protocolo: 516450/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Abono de permanência  
Data do Despacho: 05/11/2025

Nome do Requerente: GEOVANE LAURENTINO DE VASCONCELOS  
Despacho: Acolho o parecer da AJM e defiro o pedido do requerente. À CMGP para as providências necessárias.

Número protocolo: 512796/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Promoção  
Data do Despacho: 05/11/2025  
Nome do Requerente: TAMIRES FERREIRA VIANA SOARES  
Despacho: Autorizo. Publique-se.

Número protocolo: 516267/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Licença prêmio (gozo)  
Data do Despacho: 05/11/2025  
Nome do Requerente: LUCIELLY CAVALCANTE DE OLIVEIRA  
Despacho: Autorizo. Publique-se.

Número protocolo: 515993/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Licença para realização de curso  
Data do Despacho: 05/11/2025  
Nome do Requerente: MARINA LINHARES GOMES LEMOS  
Despacho: Autorizo. Publique-se.

Número protocolo: 515387/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Licença prêmio (gozo)  
Data do Despacho: 05/11/2025  
Nome do Requerente: ANA CAROLINA CAVALCANTI MACIEL CUNHA  
Despacho: Autorizo. Publique-se.

Número protocolo: 516400/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Relatório Plantão Ministerial  
Data do Despacho: 04/11/2025  
Nome do Requerente: DÉCIO DE CARVALHO PADILHA  
Despacho: Autorizo. À DMDD para as providências necessárias.

Número protocolo: 515638/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Férias (alteração/utilização)  
Data do Despacho: 03/11/2025  
Nome do Requerente: JULIANA GÓES MOREIRA  
Despacho: Autorizo. À DMDD para as providências necessárias.

Número protocolo: 516215/2025  
Documento de Origem: Eletrônico  
Assunto: Férias (alteração/utilização)  
Data do Despacho: 03/11/2025  
Nome do Requerente: JOSÉ LUCIANO BEZERRA  
Despacho: Autorizo. À DMDD para as providências necessárias.

HÉLIO JOSÉ DE CARVALHO XAVIER  
Subprocurador-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos

**PORTARIA SUBADM Nº 1419/2025****Recife, 7 de novembro de 2025**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na Portaria PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 e publicada no Diário Oficial do Ministério Público de 29/01/2025;

Considerando o atendimento à Resolução CNMP nº 177/2017, publicada em 05/07/2017;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333, de 30 de junho de 2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando o teor do Processo nº 19.20.0137.0019216/2025-24, protocolado no SEI - Sistema Eletrônico de Informações;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

**CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

Considerando a indicação da chefia imediata;

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Modificar o teor da PORTARIA SUBADM 1257/2025, publicada em 01/10/2025 para:

Onde se Lê:

I – Designar a servidora WANESSA PARANGABA DA SILVA, Técnico Ministerial – Administração, matrícula nº 189.017-4, lotada na Divisão Ministerial de Documentação e Arquivo, para o exercício das funções de Gerente Ministerial da Divisão de Documentação e Arquivo, atribuindo-lhe a correspondente gratificação, símbolo FGMP-3, por um período de 10 dias, contados a partir de 01/10/2025, tendo em vista o gozo de férias da titular, EULINA PEDROSA ARRUDA HAHNEMANN, Técnico Ministerial – Administração, matrícula nº 188.049-7.

Leia-se:

I – Designar a servidora WANESSA PARANGABA DA SILVA, Técnico Ministerial – Administração, matrícula nº 189.017-4, lotada na Divisão Ministerial de Documentação e Arquivo, para o exercício das funções de Gerente Ministerial da Divisão de Documentação e Arquivo, atribuindo-lhe a correspondente gratificação, símbolo FGMP-3, por um período de 25 dias, sendo 15 dias contados de 25/09/2025 a 09/10/2025, tendo em vista o afastamento por licença saúde e 10 dias, referentes ao período de 10 a 19/10/2025, tendo em vista o gozo de férias da titular, EULINA PEDROSA ARRUDA HAHNEMANN, Técnico Ministerial – Administração, matrícula nº 188.049-7.

Esta portaria retroagirá ao dia 25/09/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 07 de novembro de 2025.

HÉLIO JOSÉ DE CARVALHO XAVIER  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

#### PORTARIA SUBADM Nº 1420/2025

Recife, 10 de novembro de 2025

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, contida na Portaria PGJ nº 48/2025, de 13/01/2025 e publicada no Diário Oficial do Ministério Público de 29/01/2025;

Considerando o atendimento à Resolução CNMP nº 177/2017, publicada em 05/07/2017;

Considerando a promulgação da Lei nº 17.333, de 30 de junho de 2021, que alterou dispositivos da Lei nº 12.956/2005 e Lei nº 15.996/2017;

Considerando o teor do Processo nº 19.20.2224.0022042/2025-87, protocolado no SEI - Sistema Eletrônico de Informações;

Considerando a indicação da chefia imediata;

Considerando, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I – Designar a servidora VALDELICE GODOY, Técnico Ministerial – Administração, matrícula nº 188.017-9, lotada na Corregedoria Geral do Ministério Público, para o exercício das funções de

Secretário Ministerial, atribuindo-lhe a correspondente gratificação, símbolo FGMP-1, por um período de 10 dias, contados a partir de 29/10/2025, tendo em vista o gozo de férias da titular, ANDREZA GRAZIELLE MACHADO CAVALCANTI, Analista Ministerial - Jurídica matrícula nº 188.841-2;

Esta portaria retroagirá ao dia 29/10/2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 10 de novembro de 2025.

HÉLIO JOSÉ DE CARVALHO XAVIER  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

#### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

##### DESPACHO CG Nº 199/2025

Recife, 10 de novembro de 2025

A EXCELENTÍSSIMA CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, DRA. MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA, exarou os seguintes despachos:

Protocolo Interno: 1426

Assunto: Ofício Circular nº 30/2025

Data do Despacho: 07/11/25

Interessado(a): Núcleo de Articulação Externa

Despacho: Ciente. Aos Corregedores auxiliares, para conhecimento.

Protocolo Interno: 1427

Assunto: Comunicações

Data do Despacho: 07/11/25

Interessado(a): Lorena De Medeiros Santos

Despacho: Ciente. Anote-se. Arquive-se.

Protocolo Interno: 1428

Assunto: Relatório mensal - Outubro

Data do Despacho: 07/11/25

Interessado(a): Central de Inquéritos de Paulista

Despacho: Ciente. À Corregedoria auxiliar, para conhecimento.

Protocolo Interno: 1429

Assunto: Férias

Data do Despacho: 10/11/25

Interessado(a): Kívia Roberta de Souza Ribeiro

Despacho: Ciente. Anote-se. Arquive-se.

Protocolo Interno: 1431

Assunto: Relatório de Correição Ordinária nº 172/2025

Data do Despacho: 10/11/25

Interessado(a): 2ª Promotoria de Justiça de Salgueiro

Despacho: Ciente. Junte-se ao relatório de Correição Ordinária correspondente.

Protocolo Interno: 1432

Assunto: Relatório de Inspeção nº 030/2025

Data do Despacho: 10/11/25

Interessado(a): Atuação nos feitos da 2ª Vara Criminal de Afogados da Ingazeira

Despacho: Ciente. Junte-se ao relatório de Inspeção correspondente.

Protocolo Interno: 1433

Assunto: Parecer CNMP nº 085/2025/NAD/COCI/CN

Data do Despacho: 10/11/25

Interessado(a): Lorena De Medeiros Santos

Despacho: Ciente. Junte-se ao processo SEI correspondente.

Protocolo Interno: 1435

Assunto: Comunicado

Data do Despacho: 10/11/25

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da Fossêca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000



Interessado(a): Lorena de Medeiros Santos  
Despacho: Ciente. À Corregedoria Auxiliar, para conhecimento.

Protocolo Interno: 1436  
Assunto: Ressarcimento de Combustível  
Data do Despacho: 10/11/25  
Interessado(a): 6ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru  
Despacho: Ciente. Junte-se ao processo SEI correspondente.

Protocolo Interno: 1437  
Assunto: Relatório de Atividades - Outubro  
Data do Despacho: 10/11/25  
Interessado(a): Central de Inquéritos de Jaboatão dos Guararapes  
Despacho: Ciente. À Corregedoria Auxiliar, para conhecimento.

Protocolo Interno: 1438  
Assunto: Parecer CNMP nº 087/2025/NAD/COCI/CN  
Data do Despacho: 10/11/25  
Interessado(a): 3ª Promotoria de Justiça de Igarassu  
Despacho: Ciente. Junte-se ao processo SEI correspondente.

Protocolo: (...)  
Assunto: Ofício Circular nº 029/2025/CNCGMPEU  
Data do Despacho: 06/11/25  
Interessado(a): Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União  
Despacho: Acolho o despacho da Corregedoria-Auxiliar. À secretaria administrativa para cumprir o referido despacho.

Protocolo: (...)  
Assunto: Ofício Circular nº 029/2025/CNCGMPEU  
Data do Despacho: 06/11/25  
Interessado(a): Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União  
Despacho: Acolho o despacho da Corregedoria-Auxiliar. À secretaria administrativa para cumprir o referido despacho.

Protocolo: (...)  
Assunto: Correição Ordinária nº 041/2025  
Data do Despacho: 06/11/25  
Interessado(a): 5ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital  
Despacho: Acolho o pronunciamento da Corregedoria Auxiliar. Ciente do despacho, devolva-se o presente SEI à Subprocuradoria-Geral em Assuntos Administrativos, conforme sugerido.

Protocolo: (...)  
Assunto: Designação de Membro  
Data do Despacho: 06/11/25  
Interessado(a): ...  
Despacho: À Secretaria Administrativa para as anotar. Após, archive-se no âmbito desta Corregedoria Geral.

Protocolo: (...)  
Assunto: Atribuição para fiscalização de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)  
Data do Despacho: 07/11/25  
Interessado(a): Central de Inquéritos da Capital  
Despacho: Ciente. À Corregedoria Auxiliar, para análise e pronunciamento.

Protocolo: (...)  
Assunto: Ressarcimento de Combustível  
Data do Despacho: 07/11/25  
Interessado(a): Witalo Rodrigo de Lemos Vasconcelos  
Despacho: Considerando que o deslocamento ocorreu para participação em sessão do Tribunal do Júri, remeta-se o pedido para deliberação da Chefia de Gabinete, nos termos do art. 1º, § 1º, da Instrução Normativa PGJ nº 003/2019.

Protocolo: (...)  
Assunto: Inspeção nº 019/2025

Data do Despacho: 07/11/25  
Interessado(a): Promotoria de Justiça de Triunfo  
Despacho: Acolho, na íntegra, pelos seus fundamentos, o pronunciamento da Corregedoria Auxiliar. Encaminhem-se os autos ao Conselho Superior do Ministério Público para os devidos fins, adotando-se as providências necessárias para que, após julgado pelo órgão, retorne à Corregedoria Geral para registro e arquivamento, conforme já determinado.

MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA  
Corregedoria-Geral

O EXCELENTÍSSIMO CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, DR. CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA, exarou os seguintes despachos:

Protocolo Interno: (...)  
Assunto: Procedimento Administrativo nº 050/2025  
Data do Despacho: 07/11/2025  
Interessado(a): (...)  
Despacho: Registre-se a presente manifestação como procedimento administrativo. Publique-se.

Protocolo: (...)  
Assunto: Inspeção nº 030/2025  
Data do Despacho: 07/11/25  
Interessado(a): Atuação nos feitos da 2ª Vara Criminal de Afogados da Ingazeira  
Despacho: Acolho o relatório da Corregedoria Auxiliar em todos os termos. Remeta-se o relatório ao Promotor(a) de Justiça correccionado(a) para conhecimento de seu teor, oportunizando-lhe prazo de 10 dias úteis para eventual manifestação, nos termos do artigo 25, §2º, da Resolução CGMP nº 001/2021.

CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA  
Corregedor-Geral Substituto

#### SECRETARIA-GERAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4024.2025.DEMLPA.PE.0046.MPPE**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**  
**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4024.2025.DEMLPA.PE.0046.MPPE

HOMOLOGO, nos termos da legislação em vigor, o Pregão Eletrônico nº 4024.2025.DEMLPA.PE.0046.MPPE, cujo objeto consiste na Contratação de empresa para FORNECIMENTO de MATERIAIS DE CONSUMO EM GERAL - ESTOCAGEM, tendo como vencedora a empresa ABSOLUTA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 08.363.218/0001-12, no valor global de R\$ 90.776,72 (noventa mil, setecentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), atendendo o interesse do MPPE.

Recife, 10 de novembro de 2025.

Janaina do Sacramento Bezerra  
Secretária-Geral do Ministério Público

#### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:**  
Renato da Silva Filho  
**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:**  
Hélio José de Carvalho Xavier  
**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:**  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**CORREGEDORA-GERAL**  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

**COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO**  
Charles Hamilton dos Santos Lima

**SECRETÁRIA-GERAL:**  
Janaina do Sacramento Bezerra

**CHEFE DE GABINETE**  
Frederico José Santos de Oliveira  
**COORDENADORA DE GABINETE**  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

**OUVIDORA**  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho (Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

**MP PE**  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000



**RECOMENDAÇÃO Nº 02266.000.474/2025****Recife, 7 de novembro de 2025****MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO****1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MORENO****Procedimento nº 02266.000.474/2025 — Procedimento Preparatório****RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL**

Ref. Procedimento Preparatório nº 02266.000.474/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da Promotora de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, especialmente no exercício da Curadoria de Defesa da Cidadania, com fulcro no art. 129, inc. II, da Constituição Federal; art. 26, incs. I e IV, c/c o art. 27, incs. I e II, parágrafo único, inc. IV, da Lei Federal nº 8.625/93; art. 5º, incs. I e II, parágrafo único, inc. IV, c/c o art. 6º, inc. I, da Lei Complementar Estadual nº 12/94, e ainda,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo uma de suas funções zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, caput e § 1º, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência como pilares da Administração Pública, vedando a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos;

CONSIDERANDO que a crescente e notória utilização de redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Blogs, etc.) por agentes políticos, em especial prefeitos municipais, para a divulgação de atos e programas governamentais, bem como de obras e serviços públicos, o que demanda uma clara distinção entre o uso pessoal e o institucional;

CONSIDERANDO a necessidade premente de se distinguir o uso pessoal das redes sociais do uso institucional, evitando-se a confusão entre a figura do agente político e a instituição que representa, em especial a Prefeitura Municipal de Moreno, a fim de preservar a impessoalidade da Administração Pública;

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça foi notificada - mediante denúncia anônima - quanto ao uso indevido de mídias sociais pelo agente público que, supostamente, vem vinculando sua imagem pessoal aos feitos da administração pública;

CONSIDERANDO que o entendimento consolidado e recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que firmou jurisprudência no sentido de que a utilização de perfis pessoais em redes sociais para a divulgação de ações administrativas pode configurar promoção pessoal ilícita e resultar em condenação por improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6522), estabeleceu uma clara distinção entre a publicidade institucional, custeada por verbas públicas, e a divulgação de atos e iniciativas de agentes políticos, como a prestação de contas;

CONSIDERANDO que, na referida decisão, o STF fixou a interpretação de que a divulgação de atos e iniciativas de agentes políticos, mesmo que legítima no contexto de prestação de contas, deve ser efetuada exclusivamente nos ambientes de divulgação do próprio mandatário ou do partido

político, sendo vedada a confusão ou a utilização da publicidade do órgão público ou da entidade para tal finalidade, reforçando a necessidade de canais de comunicação estritamente institucionais para a veiculação de informações oficiais custeadas pelo erário;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional deve ter caráter meramente informativo, educativo ou de orientação social, sem qualquer conotação de promoção pessoal ou eleitoral, conforme expressamente previsto no texto constitucional;

CONSIDERANDO que a mistura entre o âmbito público e privado na comunicação do agente político pode gerar desinformação, manipulação da opinião pública e desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos destinados à publicidade, comprometendo a lisura do processo democrático;

CONSIDERANDO a imperatividade da transparência e da probidade na gestão pública, exigindo que a comunicação governamental seja realizada de forma clara, objetiva e em estrita observância aos princípios constitucionais, em especial o da impessoalidade;

CONSIDERANDO a função precípua do Ministério Público de zelar pela fiel observância da Constituição e das leis, atuando na defesa do patrimônio público e social, da moralidade administrativa e de outros interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme seu mister constitucional;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar e prevenir a ocorrência de atos de improbidade administrativa, bem como de coibir práticas que possam desvirtuar a finalidade da publicidade institucional, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO a relevância de que os agentes públicos do Município de Moreno estejam cientes das vedações legais e dos entendimentos jurisprudenciais acerca da promoção pessoal em redes sociais, a fim de evitar futuras responsabilizações;

CONSIDERANDO a prerrogativa do Ministério Público de expedir recomendações, com o objetivo de alertar e orientar os órgãos e entidades públicas sobre a necessidade de adequação de suas condutas à legislação vigente, em prol da boa gestão pública;

CONSIDERANDO a potencial lesão ao erário e à moralidade administrativa decorrente da utilização de recursos públicos para fins de promoção pessoal, ainda que de forma indireta, por meio da divulgação de atos institucionais em perfis privados, o que pode configurar desvio de finalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecerem diretrizes claras para a comunicação institucional da Prefeitura Municipal de Moreno, a fim de garantir a observância dos princípios constitucionais e evitar a prática de atos de improbidade, promovendo uma gestão pública ética e transparente;

CONSIDERANDO a importância de que a população de Moreno receba informações claras e imparciais sobre as ações da administração municipal, sem que haja qualquer tipo de personalização ou exaltação da figura do gestor, assegurando o direito à informação sem viés;

CONSIDERANDO a urgência em se adotarem medidas preventivas e corretivas para evitar a perpetuação de práticas que possam configurar promoção pessoal indevida, em conformidade com o entendimento do STJ, visando a adequação imediata da conduta administrativa;

CONSIDERANDO que a presente recomendação visa aprimorar a gestão pública no Município de Moreno, fortalecendo a impessoalidade e a moralidade na comunicação governamental, em benefício de toda a coletividade;

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM**  
**ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:**  
Renato da Silva Filho  
**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM**  
**ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:**  
Hélio José de Carvalho Xavier  
**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM**  
**ASSUNTOS JURÍDICOS:**  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho**CORREGEDORA-GERAL**  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva**COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO**  
Charles Hamilton dos Santos Lima**SECRETÁRIA-GERAL:**  
Janaina do Sacramento Bezerra**CHEFE DE GABINETE**  
Frederico José Santos de Oliveira  
**COORDENADORA DE GABINETE**  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães**OUVIDORA**  
Maria Lizandra Lira de Carvalho**CONSELHO SUPERIOR**José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias MartinsRoberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO que a decisão do STJ, exemplificada pelo caso do ex-prefeito de São Paulo, João Doria, reforça a ilegalidade da divulgação de imagens publicitárias institucionais em redes sociais pessoais, especialmente quando há desproporção entre gastos com publicidade e a execução das políticas públicas;

CONSIDERANDO que as sanções aplicáveis a atos de improbidade administrativa, conforme a Lei nº 8.429/92 e mantidas pela Lei nº 14.230/2021, incluem a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, multa civil e proibição de contratar com o poder público, o que demonstra a gravidade da conduta;

CONSIDERANDO que as diretrizes do STJ estabelecem que a comunicação institucional deve ocorrer exclusivamente por canais oficiais e ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedando o uso de recursos públicos para benefício político-eleitoral.

RESOLVE RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Moreno, bem como aos demais agentes públicos e servidores da Prefeitura Municipal, o seguinte:

1. Abster-se de utilizar perfis pessoais em redes sociais para a divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas da Prefeitura Municipal de Moreno, devendo toda a comunicação institucional ser veiculada exclusivamente pelos canais oficiais da administração pública municipal.

2. Garantir que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Prefeitura Municipal de Moreno tenha caráter estritamente educativo, informativo ou de orientação social, sem qualquer elemento que configure promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, em estrita observância ao art. 37, §1º da Constituição Federal.

3. Orientar todos os secretários, diretores e demais servidores responsáveis pela comunicação institucional a adotarem as medidas necessárias para assegurar que as publicações em redes sociais e outros meios de comunicação sigam os princípios da impessoalidade, moralidade e legalidade.

4. Promover a capacitação e conscientização dos agentes públicos e servidores sobre as vedações legais e os entendimentos jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da promoção pessoal indevida em redes sociais, com foco nas consequências jurídicas decorrentes de atos de improbidade administrativa.

5. Rever e adequar, se necessário, os contratos de publicidade e comunicação da Prefeitura Municipal de Moreno, a fim de que contemplem cláusulas que proíbam expressamente a promoção pessoal de agentes políticos e garantam a observância dos princípios constitucionais da Administração Pública.

6. Manter a distinção clara entre a figura do agente político e a instituição que representa, evitando a confusão entre o âmbito público e privado na comunicação, de modo a preservar a imagem da administração municipal e a confiança da população.

7. Assegurar que os recursos públicos destinados à publicidade sejam aplicados com estrita finalidade institucional, vedando qualquer desvio para fins de promoção pessoal ou eleitoral, e que haja proporcionalidade entre os gastos com publicidade e a efetiva execução das políticas públicas.

8. Disponibilizar canais oficiais de comunicação eficientes e acessíveis à população de Moreno para a divulgação de informações sobre as ações da administração municipal, garantindo a transparência e o direito à informação de forma imparcial.

Fica estabelecido, que as providências necessárias para o imediato cumprimento desta Recomendação, informando a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas para sua efetivação.

Salienta-se que o não acatamento desta Recomendação, ou a ausência de resposta, demonstrará a falta de interesse da administração em resolver a questão de forma extrajudicial, o que ensejará a adoção das medidas judiciais cabíveis, incluindo o ajuizamento de Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa e para cumprimento de obrigação de fazer, com pedido de fixação de multa diária e responsabilização pessoal dos gestores omissos.

Publique-se. Cumpra-se.

Moreno-PE, 07 de novembro de 2025.

Jefson M. S. Romaniuc  
Promotor de Justiça

#### PORTARIA Nº 01685.000.064/2025

Recife, 31 de outubro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARAIAL

Procedimento nº 01685.000.064/2025 — Notícia de Fato

#### PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis 01685.000.064/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante infra- assinada, com exercício na Promotoria de Justiça de MARAIAL com fulcro nas disposições contidas no artigo 129, III, da Constituição Federal e, tendo em vista, ainda, os termos das Resoluções RES CSMP no. 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Pernambuco, e da Resolução RES-CNMP no. 023/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentaram o Inquérito e outros instrumentos destinados à Tutela Extrajudicial de Direitos Transindividuais;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNMP no 174, de 04 de julho de 2017, expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público que disciplina no âmbito do Ministério Público a instauração da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo é instrumento próprio da atividade-fim destinado ao acompanhamento e fiscalização, de cunho permanente ou não, de fatos ou instituições ou de políticas públicas e demais procedimentos não sujeitos a inquérito civil, instaurado pelo Ministério Público, que não tenham caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de ilícito específico;

CONSIDERANDO o art. 9º da Resolução CNMP no. 174, de 04 de julho de 2017, estabelecendo que "o procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos previstos para o inquérito civil";

CONSIDERANDO a Notícia de Fato nº 01685.000.064/2025 instaurada em 24 de abril de 2025 com o objetivo de apurar a ausência de serviços de fisioterapia na rede de saúde do

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

Município de Maraial. O noticiante, João de Barros Campelo Neto, compareceu à Promotoria de Justiça para relatar que, após a saída de uma fisioterapeuta em licença-maternidade, ele e outros cidadãos ficaram sem atendimento. Ele destacou a importância das sessões de fisioterapia para sua patologia, que é comprovada por laudo médico e benefício do INSS;

CONSIDERANDO que apesar do esgotamento do prazo da Notícia de Fato não houve o encerramento das medidas e diligências requeridas visando resolver a demanda no âmbito desta Promotoria de Justiça de Maraial;

DETERMINO A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, adotadas as seguintes providências:

Para tanto, determino:

a) Comunicação ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público, para fins de conhecimento;

b) Por meio eletrônico, remessa da presente Portaria à Secretaria Geral do Ministério Público, com vistas a sua publicação no Diário Oficial do Estado;

c) Notifique-se o noticiante para que este informe se a situação narrada persiste.

Cumpra-se.

Maraial, 31 de outubro de 2025.

Adna Leonor Deo Vasconcelos,  
Promotora de Justiça.

#### PORTARIA Nº 01789.000.062/2025

Recife, 6 de novembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO BENTO DO UNA  
Procedimento nº 01789.000.062/2025 — Notícia de Fato

#### PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Procedimento Preparatório 01789.000.062/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 111, parágrafo único, alínea “a”, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; na Lei Complementar Estadual nº 12/94 e na Resolução CSMP nº 003/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente Procedimento Preparatório com o fim de investigar o presente:

CONSIDERANDO a instauração da Notícia de Fato nº 01789.000.062/2025, em 01/04/2025, para apurar questões relativas à legalidade e regulamentação da atividade de mototaxistas no Município de São Bento do Una/PE.

CONSIDERANDO a previsão constitucional de que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis é função institucional do Ministério Público (art. 127 da CF/88).

CONSIDERANDO que a atividade de mototáxi é reconhecida e regulamentada em âmbito federal pela Lei nº 12.009/2009, que exige o cumprimento de requisitos específicos para o seu exercício e estabelece a competência municipal para a autorização e fiscalização.

CONSIDERANDO que o Município de São Bento do Una possui

legislação própria sobre a atividade de mototáxi, a saber, a Lei nº 1.589/1997, alterada em parte pela Lei nº 1.637/2000, a qual exige a expedição de Alvará de Funcionamento pelo Departamento de Tributação da Prefeitura.

CONSIDERANDO que, em Termo de Reunião realizado em 16/04/2025, foi constatada a informação de que nenhum mototaxista possui Alvará para o exercício da atividade no Município, o que configura possível omissão no dever de fiscalização e regulamentação pelo Poder Público.

CONSIDERANDO que a UNATTRAN (Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes) informou que sua fiscalização se restringe ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e ao Código de Postura, alegando que as atribuições de autorização e fiscalização das leis municipais não foram transferidas ao órgão, o que aponta para a deficiência na atuação fiscalizatória municipal.

CONSIDERANDO, por fim, que os fatos configuram, em tese, lesão ou ameaça de lesão a direitos ou interesses sociais e individuais indisponíveis, exigindo a instauração de um procedimento formal para a coleta de provas e eventual celebração de ajuste de conduta.

RESOLVE:

Converter a Notícia de Fato nº 01789.000.062/2025 em PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO.

OBJETO: Apurar e investigar a deficiência na regulamentação e fiscalização da atividade de mototáxi no Município de São Bento do Una/PE bem como promover a adequação da atuação do Poder Público Municipal para o cumprimento da legislação federal (Lei 12.009/09) e municipal (Leis nº 1.589/97 e nº 1.637/2000), visando à garantia da segurança, da regularidade e da ordem administrativa.

INVESTIGADO: Município de São Bento do Una-PE / UNATTRAN (Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes)

Por fim, os elementos apresentados até então ainda são insuficientes para identificar todos os responsáveis e delimitar seu objeto, sendo necessária uma melhor apuração por meio do presente procedimento preparatório, conforme previsto nos artigos 7º e 17, ambos da Resolução Resolução CSMP nº 003/2019, em vista do que DETERMINO:

1. Designe-se audiência extrajudicial, como medida inicial de instrução e com vistas à resolução consensual, com a finalidade de discutir o assunto e propor, se cabível, a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Deverão ser intimados para a Audiência:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal, da Procuradoria Jurídica, da UNATTRAN, e do Departamento de Tributação (responsável pela expedição de Alvarás).

b) Ciência à Câmara Municipal de Veradores da designação da audiência, facultando-lhes a participação.

2. Encaminhe-se cópia da portaria que determinar do presente Procedimento Preparatório, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional – CAO respectivo, bem como à Secretaria Geral, para publicação no Diário Oficial, comunicando-se ao CSMP e à Corregedoria Geral do Ministério Público – CGMP.

Cumpra-se.

São Bento do Una, 06 de novembro de 2025.

Jorge Gonçalves Dantas Júnior  
Promotor de Justiça

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000



**PORTARIA Nº 01872.000.183/2025****Recife, 10 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

2º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PETROLINA

Procedimento nº 01872.000.183/2025 — Notícia de Fato

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições  
01872.000.183 /2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da Constituição Federal; Pelos arts. 1º, VIII, 4º, 5º, I e 8º, §1º da Lei nº 7.347/1985 e pelo Art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21/1998,

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, segundo disposição contida no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, Trata-se de Notícia de Fato instaurada a partir do encaminhamento de e-mail feito pela Fundação Evangélica do Vale do São Francisco (FEVASF), contendo prestação de contas fundacionais relativa ao exercício de 2024, bem como a Ata da Assembleia Ordinária - AGO n.º 65, datada de 29/05/2025

CONSIDERANDO que, destaca-se que, no requerimento encaminhado pela FEVASF, a instituição solicita a autorização para aprovação de contas ou para análise e aprovação de Ata de Assembleia Geral Ordinária - AGO, com posterior registro cartorário.

CONSIDERANDO que, foi procedido o encaminhamento da documentação acostada aos autos da NF nº 01872.000.183/2025 para a Assessoria Ministerial – Área Contábil, que emitiu Parecer Técnico nº 1603/2025-S, concluindo pela gestão responsável, transparente e em estrita observância das finalidades estatutárias da FEVASF em 2024, atestando a eficiência na execução de projetos de alto impacto social.

CONSIDERANDO que, diante disso, o ministério público resolveu, APROVAR a prestação de contas da Fundação Evangélica do Vale do São Francisco (FEVASF) referente ao exercício de 2024, AUTORIZANDO o registro no Cartório competente.

CONSIDERANDO que, a necessidade de aguardar registro em cartório competente encontra-se em fase de cumprimento.

Resolve:

INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para Acompanhamento de Instituições, adotando as seguintes providências complementares:

1) REMETA-SE cópia desta portaria, via meio eletrônico, ao CAOP – Patrimônio Público e Social, e por ofício ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público de Pernambuco, para conhecimento;

2) ENCAMINHE-SE cópia da presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria Geral do Ministério Público para conhecimento e devida publicação no Diário Oficial do Estado;

3) AGUARDE-SE o registro em cartório competente.

Cumpra-se.

Petrolina, 10 de novembro de 2025.

Ana Paula Nunes Cardoso,  
Promotora de Justiça.**PORTARIA Nº 01875.000.006/2025****Recife, 7 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

3º PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE PETROLINA

Procedimento nº 01875.000.006/2025 — Notícia de Fato

**PORTARIA**Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis  
01875.000.006/2025

Trata-se de procedimento inicialmente classificado como Notícia de Fato (NF nº 01875.000.006/2025), instaurado em 03/07/2025 para análise de solicitação de Inventário e Partilha Extrajudicial dos bens deixados por Boaventura Douglas Nunes de Lima, em virtude da presença de herdeira menor e incapaz, Ana Júlia Nunes Cavalcanti de Macedo. CONSIDERANDO que a Lei nº 11.441/2007, alterando dispositivos do Código de Processo Civil, possibilitou a realização de inventário e partilha por escritura pública, desde que atendidos os requisitos legais, quais sejam: (1) inexistência de testamento; (2) herdeiros capazes; (3) acordo entre as partes quanto à partilha dos bens.

CONSIDERANDO que a Resolução nº 571 do CNJ, incluiu alterações, especialmente no que tange à possibilidade de realização de inventário por escritura pública, ainda que inclua interessado menor ou incapaz, desde que o pagamento do seu quinhão hereditário ou de sua meação ocorra em parte ideal em cada um dos bens inventariados e desde que haja manifestação favorável do Ministério Público (Art. 12-A).

CONSIDERANDO a instauração da presente Notícia de Fato n.º 01875.000.006 /2025 com o objetivo de acompanhar o procedimento de Inventário e Partilha

Extrajudicial dos bens deixados por BOAVENTURA DOUGLAS NUNES DE LIMA, em razão da existência de herdeira menor e incapaz, ANA JÚLIA NUNES CAVALCANTI DE MACÊDO, conforme o disposto nas Resoluções n.º 35 e n.º 571 do CNJ.

CONSIDERANDO que, esta Promotoria de Justiça emitiu Parecer Favorável à lavratura da escritura pública nos termos do novo pedido, em 31 de agosto de 2025, tendo sido o Parecer remetido ao Tabelionato em 1º de setembro de 2025.

CONSIDERANDO que, nos termos da Resolução-CSMP n.º 003/2019, a Notícia de Fato (NF) deve ser apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias. O prazo total de tramitação da Notícia de Fato, incluindo a prorrogação por 90 (noventa) dias determinada em 31 de agosto de 2025, expirou, uma vez que o procedimento foi instaurado em 03 de julho de 2025.

CONSIDERANDO que, exaurido o prazo da Notícia de Fato e restando atos de acompanhamento e fiscalização pendentes, especialmente a juntada do traslado da Escritura Pública de Inventário e Partilha, é necessário converter a Notícia de Fato em Procedimento Administrativo, a fim de garantir o acompanhamento da medida e a defesa dos interesses da menor incapaz, conforme a legislação e normas internas do Ministério Público de Pernambuco.

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato n.º 01875.000.006/2025 em PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, nos termos dos artigos 3º e 8º e seguintes da Resolução-CSMP n.º 003/2019, a fim de dar continuidade à fiscalização e ao acompanhamento do Inventário e Partilha Extrajudicial dos bens deixados por BOAVENTURA DOUGLAS NUNES DE LIMA, em face do interesse da menor incapaz ANA JÚLIA NUNES CAVALCANTI DE MACÊDO. No intuito de melhor instruir o feito, DETERMINO o que segue:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier FilhoSUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da SilvaCOORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos LimaSECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento BezerraCHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá MagalhãesOUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias MartinsMP PE  
Ministério Público de PernambucoRoberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

1. Aguarde-se em Cartório o decurso do prazo de 30 (trinta) dias para a juntada do traslado da Escritura.

2. Efetue a comunicação da instauração do Procedimento Administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público para conhecimento e encaminhe reprografia ao Secretário-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Petrolina, 07 de novembro de 2025.

Ana Cláudia de Sena Carvalho,  
Promotora de Justiça.

#### **PORTARIA Nº 01891.002.308/2025**

**Recife, 4 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.002.308/2025 — Notícia de Fato

#### **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de políticas públicas  
01891.002.308/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07 /2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**OBJETO:** investigar situação de supostas irregularidades administrativas por parte da gestão escolar da Escola Estadual Cônego Rochael de Medeiros

CONSIDERANDO o teor da manifestação anônima realizada em 03/06/2025, perante a Ouvidoria do MPPE, na qual há o relato de irregularidades administrativas no âmbito da Escola Estadual Cônego Rochael de Medeiros, informando que a gestão escolar daquela instituição de ensino tem agido de forma autoritária e agressiva com funcionários e alunos, tomando decisões sem diálogo com a equipe da escola, e solicitando a substituição dos membros da gestão por uma equipe mais participativa e transparente;

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF/1988);

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, caput, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o ensino será ministrado com base na valorização do profissional da educação escolar e na garantia de padrão de qualidade (art. 3º, incisos VII e IX, da LDB);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, II, da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ...

"II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas

ou instituições";

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

RESOLVE, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registre-se a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado " investigar situação de supostas irregularidades administrativas por parte da gestão escolar da Escola Estadual Cônego Rochael de Medeiros";

2- Expeça-se ofício à SEE-PE, requisitando-lhe informações atualizadas acerca do andamento da Sindicância nº 021.2025.05, no prazo de até 20 (vinte) dias;

3- Cientifique-se a denunciante, a CGMP, o CAO Educação e o CSMP a respeito da instauração do presente procedimento;

4- Publique-se a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 04 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão,  
Promotora de Justiça, em exercício cumulativo.

#### **PORTARIA Nº 01891.002.355/2025**

**Recife, 4 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.002.355/2025 — Notícia de Fato

#### **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de políticas públicas  
01891.002.355/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07 /2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**OBJETO:** investigar situação de irregularidades administrativas cometidas no âmbito da Escola Municipal Karla Patrícia.

CONSIDERANDO o teor de diversas manifestações realizadas perante a Ouvidoria do MPPE, relatando irregularidades administrativas no âmbito da Escola Municipal Karla Patrícia, principalmente quanto à conduta de uma professora da instituição (referida por alguns como coordenadora ou diretora), a quem são atribuídas práticas irregulares, dentre as quais: expulsar alunos da escola, aplicar suspensões indevidas e adotar tratamento inadequado, especialmente em relação a estudantes com deficiência, além de descumprir a carga horária de trabalho;

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### **CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

**MP PE**  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF/1988);

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, caput, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o ensino será ministrado com base na valorização do profissional da educação escolar e na garantia de padrão de qualidade (art. 3º, incisos VII e IX, da LDB);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, II, da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ... "II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições";

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

RESOLVE, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a responsabilização do(s) agente (s) envolvido(s), se for o caso, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registre-se a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado " investigar situação de irregularidades administrativas cometidas no âmbito da Escola Municipal Karla Patrícia";

2- Reitere-se a solicitação ao Analista Ministerial em Pedagogia - MPPE para que realize inspeção escolar na unidade, a fim de esclarecer melhor a situação, no prazo de 30 (trinta) dias;

3- Cientifique-se a denunciante, a CGMP, o CAO Educação e o CSMP a respeito da instauração do presente procedimento;

5- Publique-se a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 04 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão,  
Promotora de Justiça, em exercício cumulativo.

#### PORTARIA Nº 01891.002.536/2025

Recife, 6 de novembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.002.536/2025 — Notícia de Fato

#### PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Procedimento Administrativo de acompanhamento de políticas públicas  
01891.002.536/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei

Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

OBJETO: investigar situação de supostas irregularidades administrativas efetuadas contra estudante matriculada no SENAC Recife

CONSIDERANDO o teor da manifestação realizada em 13/06/2025, perante a Ouvidoria do MPPE, na qual a noticiante alega sofrer discriminação e tentativa de exclusão do curso de Design de Interiores (EAD) no Senac Recife (sede), com o bloqueio da estudante do portal do aluno, impedimento de acesso a páginas de exercícios e proibição de entrada no polo e na biblioteca, além de maus tratos e reprovações indevidas por parte dos funcionários e dos professores, respectivamente;

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF/1988);

CONSIDERANDO que o ensino será ministrado com base na valorização do profissional da educação escolar e na garantia de padrão de qualidade (art. 3º, incisos VII e IX, da LDB);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, II, da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ... "II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições";

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

RESOLVE, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a responsabilização do(s) agente (s) envolvido(s), se for o caso, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registre-se a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado " investigar situação de supostas irregularidades administrativas efetuadas contra estudante matriculada no SENAC Recife";

2- Reitere-se os termos do Ofício nº 01891.002.536/2025-0003 (SENAC), sob a forma de requisição, destacando a última reiteração, com as devidas advertências, e estabelecendo o prazo de até 20 (vinte) dias para a resposta;

3- Cientifique-se a denunciante, a CGMP, o CAO Educação e o CSMP a respeito da instauração do presente procedimento;

4- Publique-se a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 06 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão,  
Promotora de Justiça, em exercício cumulativo.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000



**PORTARIA Nº 01891.002.534/2025****Recife, 6 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.002.534/2025 — Notícia de Fato

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de políticas públicas 01891.002.534/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07 /2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**OBJETO:** investigar situação de supostas irregularidades administrativas e pedagógicas no âmbito do Colégio Decisão da Iputinga

**CONSIDERANDO** que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF/1988);

**CONSIDERANDO** que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, caput, da CF/1988);

**CONSIDERANDO** que o ensino será ministrado com base na valorização do profissional da educação escolar e na garantia de padrão de qualidade (art. 3º, incisos VII e IX, da LDB);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 8º, II, da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ... "II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições";

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

**CONSIDERANDO** o teor da manifestação realizada em 18/06/2025, perante a Ouvidoria do MPPE, na qual a noticiante relata que sua filha, estudante diagnosticada com TDAH, urinou na roupa dentro da sala de aula do Colégio Decisão Iputinga, tendo o fato ocorrido após o professor de Artes negar a ela e a outro colega a permissão para ir ao banheiro durante a prova, alegando ser uma "regra da escola", evento que levou a aluna a desenvolver sintomas de ansiedade, recusando-se a ir à escola no dia seguinte e iniciando tratamento médico;

**CONSIDERANDO** que, instado a se manifestar, o Estado de Pernambuco aduziu, por meio de Relatório de Inspeção Escolar, que não houve irregularidades administrativas por parte da gestão escolar do Colégio Decisão da Iputinga (evento 0021);

**CONSIDERANDO** que, ao tomar ciência do expediente supramencionado, a noticiante reforçou a sua versão dos fatos,

aduzindo que o relatório da Secretaria Estadual de Educação considerou tão somente a versão dos profissionais da unidade escolar (evento 0024);

**RESOLVE**, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, **INSTAURAR** o presente **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, com a responsabilização do(s) agente (s) envolvido(s), se for o caso, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registre-se a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado " investigar situação de supostas irregularidades administrativas e pedagógicas no âmbito do Colégio Decisão da Iputinga";

2- Aguarde-se o retorno da PJ Titular (10 de novembro de 2025), para marcação de audiência com a noticiante, os representantes da unidade escolar e da SEE /PE. Após o prazo supramencionado, retornem os autos conclusos;

3- Cientifique-se a denunciante, a CGMP, o CAO Educação e o CSMP a respeito da instauração do presente procedimento;

4- Publique-se a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 06 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão,  
Promotora de Justiça, em exercício cumulativo.

**PORTARIA Nº 01891.002.642/2025****Recife, 5 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.002.642/2025 — Notícia de Fato

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de políticas públicas 01891.002.642/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07 /2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**OBJETO:** investigar situação de supostas irregularidades na fiscalização do uso de vagas de estacionamento preferenciais no âmbito do Colégio Agnes

**CONSIDERANDO** o teor da manifestação realizada em 01/07/2025, perante a Ouvidoria do MPPE, na qual a noticiante informa que as vagas de estacionamento preferenciais do Colégio Agnes vêm sendo utilizadas de forma irregular, apesar da sinalização existente, e que a instituição não realiza a devida fiscalização, sendo necessário adotar medidas efetivas para assegurar o direito das pessoas com deficiência ao uso dessas vagas;

**CONSIDERANDO** que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF/1988);

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

**CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da Fossêca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

**MP PE**  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, caput, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o ensino será ministrado com base na valorização do profissional da educação escolar e na garantia de padrão de qualidade (art. 3º, incisos VII e IX, da LDB);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, II, da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ... "II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições";

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

RESOLVE, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a responsabilização do(s) agente (s) envolvido(s), se for o caso, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registre-se a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado " investigar situação de supostas irregularidades na fiscalização do uso de vagas de estacionamento preferenciais no âmbito do Colégio Agnes";

2- Aguarde-se o retorno da PJ Titular (10 de novembro de 2025) para que avalie a possibilidade de designação de audiência, tendo em vista as informações conflitantes entre a instituição de ensino privada e a senhora denunciante. Destarte, archive-se este procedimento até 10.11.2025. Após, retornem conclusos ao Gabinete;

3- Cientifique-se a denunciante, a CGMP, o CAO Educação e o CSMP a respeito da instauração do presente procedimento;

4- Publique-se a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 05 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão,  
Promotora de Justiça, em exercício cumulativo.

com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07 /2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

OBJETO: investigar situação de supostas irregularidades administrativas no âmbito da Universidade Tiradentes

CONSIDERANDO o teor da manifestação realizada em 04/07/2025, perante a Ouvidoria do MPPE, na qual há o relato de reprovações questionáveis atribuídas a docente do curso de Enfermagem da Universidade Tiradentes, a qual teria efetuado correções equivocadas de provas sem direito a vista, e reprovações sob alegação de falta de frequência sem a respectiva ata comprobatória, e que a instituição teria sido omissa ao negar canais de recurso administrativo na época dos fatos e, posteriormente, ao recusar a reanálise das ocorrências passadas sob a alegação de "prazo expirado";

CONSIDERANDO que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF/1988);

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, caput, da CF/1988);

CONSIDERANDO que o ensino será ministrado com base na valorização do profissional da educação escolar e na garantia de padrão de qualidade (art. 3º, incisos VII e IX, da LDB);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, II, da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ... "II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições";

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

RESOLVE, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a responsabilização do(s) agente (s) envolvido(s), se for o caso, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registre-se a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado " investigar situação de supostas irregularidades administrativas no âmbito da Universidade Tiradentes";

2- Expeça-se ofício à Universidade Tiradentes, encaminhando-lhe cópia integral dos autos, requisitando-lhe que se pronuncie a respeito dos fatos denunciados no prazo de 20 (vinte) dias;

3- Decorrido o prazo supra, sem resposta, reitere-se;

4- Cientifique-se a denunciante, a CGMP, o CAO Educação e o CSMP a respeito da instauração do presente procedimento;

## PORTARIA Nº 01891.002.750/2025

Recife, 6 de novembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.002.750/2025 — Notícia de Fato

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Procedimento Administrativo de acompanhamento de políticas públicas  
01891.002.750/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições,

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM

ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

## CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da Fossêca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

5- Publique-se a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 06 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão,  
Promotora de Justiça, em exercício cumulativo.

#### **PORTARIA Nº 01891.004.596/2025**

**Recife, 31 de outubro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.004.596/2025 — Notícia de Fato

#### **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis  
01891.004.596/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07 /2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**OBJETO:** acompanhar regular oferta de educação inclusiva à estudante L. T. G. B. S. na Escola Municipal Manoel Torres

CONSIDERANDO o teor da manifestação formulada pela responsável legal da estudante L. T. G. B. S., perante a Ouvidoria do MPPE, em 30.10.2025, narrando supostas irregularidades na oferta dos serviços de educação inclusiva destinados à sua filha, matriculada na Escola Municipal Manoel Torres, notadamente a ausência de apoio em sala de aula para acompanhá-la;

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, da CF/88, “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO as disposições constitucionais insertas no art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: [...] III – atendimento educacional especializado ao portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na mesma toada, prevê no seu art. 4º, III, como dever do Estado: “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de decretação do sigilo na tramitação do procedimento ora instaurado, como forma de preservação da intimidade do adolescente envolvido, consoante determinação positivada no artigo 17 da Lei nº 8096 /90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e, analogamente, no art. 26 da RES-CSMP nº 003/2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, III, da Resolução RES-

CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ... "III- apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

RESOLVE, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a responsabilização do(s) agente(s) envolvido(s), se for o caso, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registrar a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado "acompanhar regular oferta de educação inclusiva à estudante L. T. G. B. S. na Escola Municipal Manoel Torres”;

2- Assegurar o sigilo na tramitação do presente procedimento, sem necessidade de abertura de novo DP;

3- Oficiar à SEDUC Recife, encaminhando cópia integral dos autos, inclusive desta portaria, requisitando pronunciamento a respeito das medidas administrativas adotadas para garantir o apoio em sala de aula para a estudante L. T. G. B. S., matriculada na Escola Municipal Manoel Torres, no prazo de até 20 dias;

4- Cientificar à parte denunciante a respeito da instauração do presente procedimento;

5- Publicar a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 31 de outubro de 2025.

Gilka Maria Almeida Vasconcelos de Miranda,  
Promotora de Justiça.

#### **PORTARIA Nº 01891.004.678/2025**

**Recife, 6 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (EDUCAÇÃO)

Procedimento nº 01891.004.678/2025 — Notícia de Fato

#### **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis  
01891.004.678/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, III e VI, da CF/88, 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, 26, I e 27, da Lei nº 8.625/93, e na Resolução RES-CSMP nº 003/2019, de 27/02/2019 e Resolução nº 174, de 04/07 /2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**OBJETO:** acompanhar a disponibilização de vaga para a estudante N. P. S. C. na rede estadual de ensino

CONSIDERANDO o teor da manifestação formulada pela responsável legal da estudante N. P. S. C., em 03.11.2025, perante a Ouvidoria do MPPE, narrando que não conseguiu

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000



realizar a matrícula da sua filha em escola da rede estadual de ensino próxima de sua residência, notadamente na EREM Eleanor Roosevelt;

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, da CF/88, “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”;

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (art. 208, § 1º, da CF/1988), devendo ser assegurado em escola próxima da residência da parte infante (art. 53-inciso V do ECA);

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de decretação do sigilo na tramitação do procedimento ora instaurado, como forma de preservação da intimidade do adolescente envolvido, consoante determinação positivada no artigo 17 da Lei nº 8096 /90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e, analogamente, no art. 26 da RES-CSMP nº 003/2019;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º, III, da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do MPPE, que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo, autorizando o manuseio do último para: ... "III- apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis”;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento;

RESOLVE, com fulcro no artigo 8º e segs., da Resolução RES-CSMP nº 003/2019, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, INSTAURAR o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a responsabilização do(s) agente(s) envolvido(s), se for o caso, devendo o Cartório desta Promotoria de Justiça adotar, desde logo, as seguintes providências:

1- Registrar a presente portaria no Sistema Extrajudicial Eletrônico do MPPE - SIM, constando como objeto do procedimento administrativo ora instaurado "acompanhar a disponibilização de vaga para a estudante N. P. S. C. na rede estadual de ensino”;

2- Oficiar à SEE-PE, em caráter de urgência, encaminhando cópia integral dos autos, inclusive desta Portaria, requisitando pronunciamento acerca das medidas administrativas adotadas para garantir vaga para a estudante N. P. S. C. em unidade próxima de sua residência, notadamente na EREM Eleanor Roosevelt, no prazo de até 20 (vinte) dias;

3- Cientificar à parte denunciante a respeito da instauração do presente procedimento;

4- Publicar a portaria no DOE (eletrônico).

Cumpra-se.

Recife, 06 de novembro de 2025.

Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão,  
Promotora de Justiça, em exercício cumulativo.

## PORTARIA Nº 01979.000.528/2025

Recife, 2 de novembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE PAULISTA

Procedimento nº 01979.000.528/2025 — Notícia de Fato

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis 01979.000.528/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da 6ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania do Paulista, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar Estadual nº 21/1998:

CONSIDERANDO a tramitação da Notícia de Fato nº 01979.000.528/2025 registrada a partir do recebimento de Informe Técnico do CREAS Praias, através do Encaminhamento CREAS Praias nº 201/2024, acerca de suposta situação de vulnerabilidade social de M. de S. S., possivelmente sendo esta uma pessoa com deficiência mental ou transtorno mental decorrente de uso de substâncias psicoativas;

CONSIDERANDO que, o CREAS Praias enviou os Encaminhamentos 351 e 361 /2025, com informações acerca da necessidade de atendimento e tratamento em razão de quadro de surto mental da usuária, bem como que o genitor desta estaria à disposição para acompanhamento e colaboração com as equipes;

CONSIDERANDO as informações de que só haveria possibilidade de intervenção das equipes de assistência social após estabilização do quadro de saúde da usuária;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO que o assunto tutelado em conformidade com a tabela unificada vigente é “Direito Administrativo e outras matérias de direito público> Garantias constitucionais>assistência social”, bem como a necessidade de ulteriores diligências para fundamentar a adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais pertinentes;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 003/2019 do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais para a solução dos problemas apontados na representação.

## RESOLVE:

INSTAURAR, nos termos do art. 8º, inc. III da Resolução nº 003/2019 do CSMP-PE e da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, para apurar fatos que ensejam a tutela de interesses individuais indisponíveis, consistente na situação de vulnerabilidade social de M. de S. S. (qualificada nos autos), possivelmente sendo esta uma pessoa com deficiência mental ou transtorno mental decorrente de uso de substâncias psicoativas; com a atuação e registro das peças oriundas dos

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

## CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

autos enunciados.

Ademais, DETERMINO:

I - Oficie-se à Sub Procuradoria Geral para Assuntos Administrativos, encaminhando cópia desta Portaria para publicação no Diário Eletrônico do MPPE;

II - Designo para secretariar os trabalhos o Assessor Técnico Jurídico em exercício nesta Promotoria de Justiça;

III – Oficie-se à 3ª PJDC de Paulista, encaminhando cópia dos encaminhamentos 351 e 361/2025 do CREAS Praias, para fins de ciência e adoção das medidas cabíveis no âmbito de suas atribuições, para o tratamento de saúde da usuária;

IV - Aguardem os autos em cartório por 30 (trinta) dias. Após, oficie-se novamente ao CREAS Praias, solicitando informações atualizadas acerca da usuária, devendo encaminhar relatório de acompanhamento do caso, no prazo de 20 (vinte) dias;

V - Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique-se e voltem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Paulista/PE, 02 de novembro de 2025.

Elisa Cadore Foletto  
Promotora de Justiça

#### **PORTARIA Nº 02014.001.248/2025**

**Recife, 6 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

30ª E 46ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL (IDOSO)

Procedimento nº 02014.001.248/2025 — Notícia de Fato

#### **PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis 02014.001.248/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, pela 46ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, no uso das atribuições legais e constitucionais, em especial o artigo 129, II e III, da Constituição Federal, Lei Complementar nº 75/1993, Lei nº 8.625 /1993 e Resolução CSMP 003/2019, instaura o presente Procedimento Administrativo, com a finalidade de investigar possível violação aos direitos individuais indisponíveis de pessoa idosa, J.M.D.S., residente no município de Recife/PE;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, segundo disposição contida no caput do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no artigo 230, estabelece que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VII, do artigo 74, da Lei nº 741/2003, o qual estabelece que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados à pessoa idosa, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

CONSIDERANDO o artigo 4º da Lei nº 10.741/2003, o qual estabelece que nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei;

CONSIDERANDO que foi instaurada notícia de fato no Sistema de Informações do Ministério Público (SIM), com juntada de documentos, sendo realizadas diligências por parte deste órgão ministerial, em face da situação de violação de direitos vivenciada pela pessoa idosa;

CONSIDERANDO que a presente notícia de fato encontra-se com prazo expirado, não havendo possibilidade de prorrogação e por ser ainda necessária e imprescindível a realização de outras diligências;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 174 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 4 de julho de 2017, assim disciplinou o Procedimento Administrativo: "Art. 8º, I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; III – apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; IV – embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil. Parágrafo único. O procedimento administrativo não tem caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico. Art. 9º O procedimento administrativo será instaurado por portaria sucinta, com delimitação de seu objeto, aplicando-se, no que couber, o princípio da publicidade dos atos, previsto para o inquérito civil";

CONSIDERANDO que, ao analisar o presente feito, percebo que ele se insere na situação prevista no inciso III, art. 8º, do ato normativo citado;

RESOLVE instaurar Procedimento Administrativo, nos termos da Resolução Res CSMP nº 003/2019, determinando-se o registro no Sistema de Informações do Ministério Público (SIM) e a adoção das seguintes providências:

1. Considerando que as respostas do CREAS Espinheiro e da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome, não responderam as determinações ministeriais, ante o exposto, determino que sejam novamente notificados nos termos do despacho de evento 22, item 1, a), b), c) e e); item 2, a), b) e d).
2. Envie-se cópia da presente Portaria à Subprocuradoria-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos, para publicação no Diário Oficial;
3. Comunique-se o teor da presente Portaria ao Conselho Superior, ao Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania e à Corregedoria Geral do Ministério Público, para ciência;
4. Este procedimento administrativo terá prazo de 01 (um) ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos, nos termos do art. 11, da Resolução nº 003/2019 – CSMP e no art. 11, da Resolução nº 174/2017 – CNMP.

Recife, 06 de novembro de 2025.

Alexandre Fernando Saraiva da Costa,  
Promotor de Justiça.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### **CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)

Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

Aguinaldo Fenelon de Barros

Giani Maria do Monte Santos

Cristiane de Gusmão Medeiros

Carlos Alberto Pereira Vitorio

Liliane da Fonseca Lima Rocha

Charles Hamilton dos Santos Lima

Lucila Varejão Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

**PORTARIA Nº 02090.000.965/2024****Recife, 10 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE GARANHUNS

Procedimento nº 02090.000.965/2024 — Procedimento Preparatório

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Inquérito Civil 02090.000.965/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente Inquérito Civil com o fim de investigar o presente:

**OBJETO:** Apurar possível ato de improbidade administrativa referente à pintura de equipamentos de academia pública em Brejão/PE com cores que remetem a partido político da ex-Prefeita, contrariando a Lei Municipal nº 837 /2014

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF/88, art. 127);

**CONSIDERANDO** que o artigo 129, III da Constituição Federal prevê entre as funções institucionais do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, de forma a garantir o respeito à legalidade, à impessoalidade, à moralidade, à publicidade, à eficiência e, ainda, à probidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que, para assegurar o respeito aos princípios norteadores da Administração Pública – e a tantos outros princípios fundamentais a reger a atuação do Poder Público –, o próprio constituinte delineou uma categoria de atos a atrair especial sanção sobre aqueles que os praticassem: a categoria dos atos de improbidade administrativa, previstos no art. 37, §4º, da Constituição Federal [Art. 37. §4º. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível] e na Lei n.º 8.429/92;

**CONSIDERANDO** a notícia de fato nº 02090.000.965/2024, instaurada para apurar possível ato de improbidade administrativa referente à pintura de equipamentos de academia pública em Brejão/PE com cores que remetem a partido político da ex Prefeita, contrariando a Lei Municipal nº 837/2014;

**CONSIDERANDO** o que a Lei Municipal nº 837/2014 estabelece que os prédios e bens públicos do Município de Brejão devem ser pintados nas cores da bandeira do município (azul, verde e branco);

**CONSIDERANDO** a necessidade da realização de novas diligências;

Resolve, assim, promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, determinando, desde logo, a adoção das seguintes providências:

a) cópia desta portaria de instauração de inquérito civil, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional – CAOP Patrimônio Público Social, bem como à Subprocuradoria Geral para assuntos administrativos, para publicação no Diário Oficial, comunicando-se ao CSMP e à Corregedoria Geral do Ministério Público – CGMP;

b) Encaminhe-se os autos à Assessoria Jurídica para confecção da peça jurídica cabível.

Cumpra-se.

Garanhuns, 10 de novembro de 2025.

**BRUNO MIQUELÃO GOTTARDI**

Promotor de Justiça.

**PORTARIA Nº 02144.000.787/2024****Recife, 7 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Procedimento nº 02144.000.787/2024 — Procedimento Preparatório

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Inquérito Civil 02144.000.787/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente Inquérito Civil com o fim de investigar o presente:

**OBJETO:** Apurar possível situação de vulnerabilidade do idoso N.C.M.

Resolve, assim, promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, determinando, desde logo, a adoção das seguintes providências: cópia da portaria que determinar a instauração de inquérito civil será encaminhada, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional – CAOP respectivo, bem como à Secretaria Geral, para publicação no Diário Oficial, comunicando-se ao CSMP e à Corregedoria Geral do Ministério Público – CGMP.

a) Reitere-se ofício, frisando tratar-se de expediente repetido e estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias para que seja encaminhada resposta ao MP.

Cumpra-se.

Jaboatão dos Guararapes, 07 de novembro de 2025.

Ana Luiza Pereira da Silveira Figueiredo,

Promotora de Justiça.

**PORTARIA Nº 02198.000.300/2024****Recife, 10 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO LOURENÇO DA MATA

Procedimento nº 02198.000.300/2024 — Procedimento

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM**  
**ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:**

Renato da Silva Filho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM**  
**ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:**

Hélio José de Carvalho Xavier

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM**  
**ASSUNTOS JURÍDICOS:**

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**CORREGEDORA-GERAL**  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

**COORDENADORA-GERAL SUBSTITUTO**  
Charles Hamilton dos Santos Lima

**SECRETÁRIA-GERAL:**  
Janaina do Sacramento Bezerra

**CHEFE DE GABINETE**  
Frederico José Santos de Oliveira  
**COORDENADORA DE GABINETE**  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

**OUVIDORA**  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

**CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fossêca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000



Preparatório

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Inquérito Civil 02198.000.300/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua Promotora de Justiça signatária, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 003/2019, e ainda:

CONSIDERANDO a existência de PP tramitando nesta Promotoria de Justiça autuado e registrado sob o nº 02198.000.300/2024, instaurado para apurar possíveis irregularidades na locação de imóvel pela Secretaria Municipal de Educação – PROCESSO Nº 058/2022 – DISPENSA Nº 013/2022 – CONTRATO Nº 182/2022;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do patrimônio público e social, dos direitos e interesses sociais, difusos e coletivos, bem como o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, de acordo com os arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública é regida pelos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor dos arts. 14 e seguintes da Resolução RES-CSMP nº 003 /2019, que tratam da instauração do Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações, diante dos fatos trazidos ao conhecimento desta Promotoria de Justiça;

## RESOLVE:

INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de colher provas, informações e para a realização de todas as diligências que se mostrarem necessárias para a completa elucidação dos fatos;

## DETERMINAR:

1. A remessa de cópia desta portaria, por meio eletrônico:

1.1 Ao Conselho Superior do Ministério Público, à Corregedoria Geral de Justiça e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, para conhecimento;

1.2 À Subprocuradoria Geral em Assuntos Administrativos, para a devida publicação no Diário Oficial Eletrônico do MPPE;

2. Considerando ausência de resposta, reitere-se o Ofício nº 02198.000.300/2024-0001, assinalando o prazo de 15 dias.

São Lourenço da Mata, 10 de novembro de 2025.

Danielle Ribeiro Dantas de Carvalho Clementino.  
Promotora de Justiça

## PORTARIA Nº 02220.000.429/2024

Recife, 10 de novembro de 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE CAMARAGIBE

Procedimento nº 02220.000.429/2024 — Procedimento Preparatório

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Inquérito Civil 02220.000.429/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente Inquérito Civil com o fim de investigar o seguinte:

OBJETO: Licenciamento ambiental do empreendimento Reserva Atlântica Prof. José Pires

Resolve, assim, promover as diligências indispensáveis à instrução do feito, determinando, desde logo, a adoção das seguintes providências: cópia da portaria que determinar a instauração de inquérito civil será encaminhada, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional – CAO Meio Ambiente, bem como à Secretaria Geral, para publicação no Diário Oficial, comunicando-se ao CSMP e à Corregedoria Geral do Ministério Público – CGMP.

1. Aguarde-se o retorno do RAAF, em 10 (dez) dias.

Cumpra-se.

Camaragibe, 10 de novembro de 2025.

Camila Spinelli Regis de Melo,  
Promotora de Justiça.

## PORTARIA Nº 02255.000.023/2025

Recife, 3 de novembro de 2025

## PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Procedimento Administrativo de interesses individuais indisponíveis 02255.000.023/2025

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos arts. 127 e 129, inc. III, da Constituição Federal, bem como no art. 26, inc. I, da Lei n. 8.625/93, Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e art. 54, inc. I, da Lei Complementar Estadual n. 012/1994, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Pernambuco, com base na Notícia de Fato SIM n. 02255.000.023/2025, INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, o qual contará com as seguintes descrições:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, segundo disposição contida no caput do artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o art. 230 da Constituição Federal e a Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) impõem à família, à sociedade e ao Poder Público o dever de assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao bem-estar, pondo-a a salvo de toda forma de negligência, abandono e opressão;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:

Renato da Silva Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

Hélio José de Carvalho Xavier

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:

Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

## CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

MP PE  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

CONSIDERANDO a Notícia de Fato SIM n. 02255.000.023/2025, oriunda do Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa (CIAPPI) e baseada em denúncia do Disque 100, relatando que o idoso C. encontra-se em grave situação de risco;

CONSIDERANDO que a denúncia aponta que o idoso reside sozinho em condições de abandono e insalubridade (casa suja, sem higiene pessoal, utilizando um balde para necessidades fisiológicas), sem alimentação adequada, enquanto os familiares, que supostamente recebem seu benefício, não lhe prestam os cuidados devidos, configurando negligência e possível abuso financeiro;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração aprofundada dos fatos e acompanhamento das medidas protetivas pela rede, justificando a atuação ministerial por meio de instrumento mais robusto e formal, nos termos da Resolução CSMP n. 03/2019;

**RESOLVE:**

INSTAURAR Procedimento Administrativo para apuração dos fatos noticiados, determinando as seguintes diligências iniciais:

1. AUTUE-SE e REGISTRE-SE a presente Portaria, com o objeto: "Apurar e acompanhar a situação de grave risco e violação de direitos (abandono, negligência, insalubridade e suspeita de abuso financeiro) da pessoa idosa C., bem como fiscalizar a adoção das medidas protetivas cabíveis pela rede de assistência social e saúde do Município de Pesqueira/PE."

2. OFICIE-SE ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) de Pesqueira, REQUISITANDO, no prazo de 5 (cinco) dias, a realização de VISITA DOMICILIAR e ESTUDO SOCIAL no endereço Rua Tomás Sinésio, n. 153, bairro Centenário, devendo o relatório técnico circunstanciado conter: a) Atestado das condições de saúde, higiene, moradia e alimentação do idoso; b) Identificação dos familiares responsáveis e apuração da denúncia de apropriação do benefício; c) Avaliação dos vínculos familiares, rede de apoio e situação de risco; d) Indicação das medidas protetivas de assistência social aplicadas ou necessárias.

3. OFICIE-SE à Secretaria Municipal de Saúde de Pesqueira, REQUISITANDO, no prazo de 5 (cinco) dias, que a Equipe de Saúde da Família (ESF) responsável pelo território realize VISITA DOMICILIAR para avaliação integral da saúde física e mental do idoso C., informando seu estado nutricional, higiênico e necessidades de tratamento.

4. ENCAMINHE-SE cópia da presente portaria ao Conselho Municipal de Defesa do Idoso de Pesqueira e ao CIAPPI (Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa), para ciência e acompanhamento.

Acompanhar-se-á o presente procedimento pelo prazo inicial de 01 (um) ano, nos termos do art. 11 da Resolução CSMP n. 03/2019, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período quantas vezes forem necessárias.

Cumpra-se.

Pesqueira, 03 de novembro de 2025.

Vinícius Henrique Campos da Costa  
Promotor de Justiça

**PORTARIA Nº 02257.000.077/2024**

**Recife, 3 de novembro de 2025**

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO**

Inquérito Civil 02257.000.077/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição da República; no artigo 67, § 2º, inciso II, da Constituição Estadual; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 7.347/1985; no artigo 25, inciso IV, da Lei Federal nº 8.625/1993; no artigo 14 da Resolução CSMP nº 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente Inquérito Civil com o fim de investigar o presente:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal (art. 227) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) impõem à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade e ao respeito, colocando-os a salvo de toda forma de violência, crueldade ou opressão;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 131, ECA);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 40, incisos I e II, da Resolução CONANDA n. 231/2022, são deveres dos membros do Conselho Tutelar "manter conduta pública e particular ilibada" e "zelar pelo prestígio da instituição";

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato n. 02257.000.077/2024, posteriormente convertida no Procedimento Preparatório de mesma numeração, instaurada a partir da denúncia da Sra. L. C. S. N. R., relatando suposta conduta irregular da Conselheira Tutelar de Pesqueira, Sra. B. M. L. V.;

CONSIDERANDO que a denúncia foi instruída com elementos de informação (cópias de conversas em grupos de WhatsApp) que indicam que a referida Conselheira Tutelar teria celebrado e debochado de agressões físicas sofridas pela noticiante ("bem feito", "achei pouco deveria ser mais", "foi um cacete bem dado"), as quais, segundo Boletim de Ocorrência (n. 24E0195001484), teriam ocorrido na presença da filha da noticiante, de apenas 3 (três) anos de idade;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 3.430/2023, em seu art. 39, Parágrafo único, inciso II, estabelece que o descumprimento dos deveres inerentes à função de Conselheiro Tutelar será apurado perante o COMDECA;

CONSIDERANDO que, no curso do Procedimento Preparatório, o COMDECA de Pesqueira (por ex., Ofício n. 028/2024 e Ofício n. 014/2025) informou a este Órgão Ministerial a impossibilidade de instaurar o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) devido à omissão do Poder Executivo Municipal em regulamentar a referida Lei Municipal;

CONSIDERANDO que a Sra. B. M. L. V. apresentou manifestação escrita em 25/06/2025, arguindo, entre outros pontos, a ausência da referida regulamentação legal para o PAD;

CONSIDERANDO que, após atuação desta Promotoria de Justiça, a Procuradoria Geral do Município de Pesqueira comunicou (Ofício n. 302/2025, de 08/09/2025) a publicação do Decreto Municipal n. 043, de 05 de setembro de 2025, que regulamenta a Lei Municipal n. 3.430/2023 e estabelece, em seu Capítulo II (Seção II) e Capítulo III, o regramento completo para a instauração e processamento de PAD contra Conselheiros Tutelares pelo COMDECA;

CONSIDERANDO que a Procuradoria informou que o COMDECA

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:**  
Renato da Silva Filho  
**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:**  
Hélio José de Carvalho Xavier  
**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:**  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**CORREGEDORA-GERAL**  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

**COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO**  
Charles Hamilton dos Santos Lima

**SECRETÁRIA-GERAL:**  
Janaina do Sacramento Bezerra

**CHEFE DE GABINETE**  
Frederico José Santos de Oliveira  
**COORDENADORA DE GABINETE**  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

**OUVIDORA**  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

**CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

será "imediatamente acionado" para a instauração do PAD;

CONSIDERANDO que, não obstante a promessa de acionamento imediato, esta Promotoria de Justiça tentou novo contato com a Procuradora-Geral do Município para obter informações sobre a efetiva instauração do PAD, porém não obteve resposta;

CONSIDERANDO que o prazo do Procedimento Preparatório se esgota, e que, embora sanada a omissão legislativa, persiste a necessidade de apurar o mérito da conduta da Conselheira Tutelar e de fiscalizar a efetiva instauração do Processo Administrativo Disciplinar pelo órgão competente (COMDECA);

CONSIDERANDO, por derradeiro, ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos e garantias assegurados na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais, cabendo-lhe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

RESOLVE:

1. REQUISITE-SE ao Presidente do COMDECA de Pesqueira que, no prazo de 20 (vinte) dias, informe e comprove: a) a efetiva instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face da Conselheira Tutelar B. M. L. V., remetendo cópia da portaria de instauração; b) a composição da Comissão Disciplinar e de Ética, conforme art. 9º do Decreto Municipal n. 043/2025, remetendo cópia do ato de designação de seus membros.

2. CIENTIFIQUE-SE a noticiante, Sra. L. C. S. N. R., da instauração do presente Inquérito Civil e da publicação do Decreto Municipal n. 043/2025, orientando-a a, querendo, protocolar sua representação e as provas que possui diretamente ao COMDECA, para instruir o PAD.

3. COMUNIQUE-SE, em meio eletrônico, a instauração deste Inquérito Civil ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público.

4. ENCAMINHE-SE, em meio eletrônico, esta Portaria à Secretaria Geral, para fins de publicação no Diário Oficial Eletrônico do MPPE.

5. PROCEDA-SE aos devidos registros no Sistema Informatizado de Controle do MPPE e nos arquivos desta Promotoria de Justiça.

Cumpra-se.

Pesqueira, 03 de novembro de 2025.

Vinícius Henrique Campos da Costa  
Promotor de Justiça

CF/88) e que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida" (Art. 230, CF/88);

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) estabelece que "nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei" (art. 4º), sendo obrigação de todos "prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso" (art. 4º, §1º);

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório n. 02257.000.164/2024, instaurado em 04/09/2024 para apurar grave situação de negligência e maus-tratos em desfavor da pessoa idosa J. A. D. C, de 88 anos;

CONSIDERANDO os robustos relatórios emitidos pelo CREAS de Pesqueira e pela Secretaria Municipal de Saúde, os quais constataram que a idosa vivia sozinha em condições insalubres (com sujeira de urina e fezes, e sem alimentação adequada), com dificuldade de locomoção, apesar de ser lúcida;

CONSIDERANDO que a idosa é titular de Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) e possui uma sobrinha, Sra. M. J. D. S. F., nomeada sua curadora, a qual reside em Serra Talhada/PE e, à época dos fatos, administrava a aposentadoria da tia sem, contudo, demonstrar interesse em prestar os devidos cuidados;

CONSIDERANDO que, conforme art. 43, III, do Estatuto do Idoso, as medidas de proteção são aplicáveis quando verificada a "falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento";

CONSIDERANDO as informações supervenientes prestadas nos autos, dando conta de que a idosa J. A. D. C foi levada de Pesqueira para a cidade de Serra Talhada/PE, passando a residir sob os cuidados diretos da referida sobrinha e curadora;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de tramitação do Procedimento Preparatório, o que, nos termos do art. 32, parágrafo único, da Resolução CSMP n. 03/2019, impõe o ajuizamento de medida judicial, o arquivamento ou a sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento à apuração dos fatos, agora no foro de domicílio da idosa (Serra Talhada/PE), para verificar se a situação de vulnerabilidade e negligência cessou, bem como fiscalizar o regular exercício da curatela e a correta aplicação do benefício previdenciário;

CONSIDERANDO, por derradeiro, ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como a proteção dos direitos e interesses individuais indisponíveis da pessoa idosa;

RESOLVE:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no art. 15, inciso I, da Resolução CSMP n. 003/2019, tendo por objeto apurar a suposta situação de negligência, maus-tratos e eventual apropriação de benefício previdenciário em desfavor da idosa J. A. D. C, notadamente no que tange ao exercício da curatela por sua sobrinha, M. J. D. S. F., e verificar suas condições atuais de vida e saúde no município de Serra Talhada/PE, designando o servidor Victor Leandro de Oliveira, Técnico Ministerial, como secretário, determinando-se ao Cartório desta Promotoria de Justiça, desde já, a adoção das seguintes providências:

1. DECLINAR, imediatamente, da atribuição para oficiar no feito, em razão da mudança de domicílio da idosa, nos termos do art.

PORTARIA Nº 02257.000.164/2024  
Recife, 3 de novembro de 2025  
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

Inquérito Civil 02257.000.164/2024

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu Promotor de Justiça signatário, com base no artigo 129, inc. III, da Constituição da República; no art. 67, § 2º, inc. II, da Constituição Estadual; no art. 8º, § 1º, da Lei Federal n. 7.347/1985; no art. 25, inc. IV, da Lei Federal n. 8.625/1993; no art. 14 da Resolução CSMP n. 03/2019, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, instaura o presente Inquérito Civil com o fim de investigar o presente:

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III,



80 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

2. REMETER cópia integral dos presentes autos, com máxima urgência, à Promotoria de Justiça com atribuição na Defesa da Pessoa Idosa do município de Serra Talhada/PE, para ciência e prosseguimento da apuração, sugerindo-se, S.M.J, a realização de visita técnica in loco para aferir as atuais condições da idosa e do exercício da curatela;

3. COMUNICAR, em meio eletrônico, a instauração do Inquérito Civil e a respectiva remessa por declínio de atribuição ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público;

4. PROCEDER aos devidos registros no Sistema Informatizado de Controle do MPPE (SIM) e nos arquivos desta Promotoria de Justiça, para fins de baixa por declínio de atribuição.

Cumpra-se.

Pesqueira, 03 de novembro de 2025.

Vinícius Henrique Campos da Costa  
Promotor de Justiça

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 1ª Promotoria de  
Justiça da Comarca de Gravatá/PE -Procedimento nº  
02261.000.515/2025**

**Recife, 6 de novembro de 2025**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gravatá/PE

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Procedimento nº 02261.000.515/2025

Pelo presente instrumento, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por sua representante legal, Dra. Kívia Roberta de Souza Ribeiro, Promotora de Justiça em exercício simultâneo na 1ª Promotoria de Justiça de Gravatá, doravante denominado COMPROMITENTE e, de outro lado, os representantes da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE/PE, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CHÃ GRANDE, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO e CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO, doravante designados COMPROMISSÁRIOS, todos abaixo identificados, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC), mediante as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO a divulgação, pela Prefeitura Municipal de Chã Grande/PE, da realização de shows com apresentações artísticas, sendo o Bloco Arrebento no dia 16 de novembro de 2025, e o Festival Nordeste do Agricultor nos dias 29 e 30 de novembro de 2025, na Avenida São José, Centro, Chã Grande/PE;

CONSIDERANDO que, em eventos dessa natureza, são comuns excessos decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas, bem como atos de violência, muitas vezes envolvendo crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas mitigadoras de risco e de garantia de segurança, conforme constatações e sugestões da Polícia Militar de Pernambuco e da Secretaria de Administração de Chã Grande/PE;

CONSIDERANDO que o desrespeito aos horários de encerramento dos shows acarreta acúmulo de pessoas em horários avançados, aumento de ocorrências delituosas e

desgaste do efetivo policial;

CONSIDERANDO as recorrentes denúncias sobre veículos e bares com som em alto volume, causando poluição sonora e incômodos à população;

CONSIDERANDO que vasilhames de vidro podem ser utilizados como arma, devendo ser proibida sua comercialização durante os eventos;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir atendimento médico de urgência, limpeza urbana, fiscalização de ambulantes e comerciantes, e proteção à integridade de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a importância da segurança das estruturas metálicas (palcos, camarotes, arquibancadas etc.), e da disponibilização de banheiros químicos em quantidade adequada;

CONSIDERANDO o teor da Lei Estadual nº 14.133/2010, que regulamenta a realização de shows e eventos artísticos acima de 1.000 expectadores no Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO os dispositivos das Leis nº 7.347/85, nº 8.625/93 e da Lei Complementar Estadual nº 12/94, que conferem ao Ministério Público competência para atuar na defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, especialmente os relacionados ao meio ambiente e à segurança pública;

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta, que possui eficácia de título executivo extrajudicial, tem por objeto o estabelecimento de medidas voltadas à melhoria da segurança, da organização e do controle dos horários de funcionamento de bares, restaurantes e camarotes localizados no local dos eventos mencionados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHÃ GRANDE/PE**

A Prefeitura Municipal de Chã Grande obriga-se a:

I – Garantir que as festividades na Avenida São José, Centro, Chã Grande/PE, sejam realizadas:

no dia 16 de novembro, das 16h00 às 22h00;

no dia 29 de novembro (sábado), das 21h00 às 02h00;

no dia 30 de novembro (domingo), das 16h00 às 23h00.

II – Compatibilizar os horários de início e término dos eventos com os períodos de cobertura da Secretaria de Defesa Social (com 30 minutos de tolerância após os horários acima indicados), vedada a extensão das apresentações além do horário de presença das forças de segurança pública;

III – Determinar o fechamento de bares e restaurantes após o encerramento dos shows, mediante fiscalização municipal, inclusive com apreensão e desligamento de equipamentos ("paredões" e similares);

IV – Proibir a comercialização e o consumo de bebidas em vasilhames de vidro, permitindo apenas copos e garrafas descartáveis, com ampla divulgação da medida e troca de recipientes nas imediações do evento Bloco Arrebento. Proibir, também, o uso de cadeiras e mesas por barraqueiros e frequentadores dos eventos. No Festival Nordeste do Agricultor, o órgão municipal e a organização do evento deverão fiscalizar minuciosamente todos aqueles que acessarem a área do evento, incluindo itens pessoais que

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

**CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da FONSECA Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

**MP PE**  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

portarem (como bolsas, pochetes e etc), com o fim de coibir a entrada de pessoas com objetos que possam ser utilizados como arma e vasilhames de vidro, além de cooler, caixas térmicas e similares;

V – Proibir a venda de alimentos servidos em espetos ou objetos perfurantes;

VI – Apresentar, junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, toda a documentação administrativa e os respectivos laudos técnicos exigidos para a montagem das estruturas e dos trios elétricos;

VII – Atender às solicitações das forças de segurança (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal), fornecendo meios e estrutura física necessários à logística operacional;

VIII – Orientar e fiscalizar os vendedores de bebidas, quanto ao uso de copos descartáveis e à proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos;

IX – Divulgar nas rádios locais o conteúdo deste TAC, enfatizando a proibição de vasilhames de vidro e demais proibições elencadas;

X – Assegurar a limpeza urbana e a desinfecção dos recipientes de lixo após os eventos;

XI – Garantir a presença de ambulância e equipe médica qualificada para primeiros socorros e remoção de pacientes à UPA ou hospital mais próximo, com duas viaturas disponíveis durante os eventos;

XII – Garantir vias livres e rápidas para o deslocamento de ambulâncias, mediante atuação da Guarda Municipal para controle do trânsito.

XIII – Informar à população que, após o encerramento das apresentações artísticas, fica terminantemente proibido o uso de som nos bares e restaurantes localizados no Pátio de Eventos e demais polos de animação, competindo à Prefeitura, por meio de seus fiscais, garantir o imediato desligamento de quaisquer aparelhos sonoros, incluindo “paredões” e equipamentos similares, antes, durante e após os eventos, salvo aqueles estritamente vinculados à programação oficial. Ressalta-se que é expressamente proibida a presença e funcionamento de “paredões” e/ou similares pela população e/ou público do evento, sob pena de intervenção policial, com apreensão do equipamento;

XIV – Garantir que o pessoal contratado como segurança privada e/ou monitoramento e apoio esteja devidamente identificado, com rosto visível e sem a utilização de qualquer adereço (bala clava e congêneres) que impeça sua imediata identificação, ficando terminantemente proibido o porte de arma de fogo para quaisquer seguranças particulares contratados para prestar serviço no evento;

XV – A Secretaria de Administração deverá assegurar o funcionamento do Corpo de Bombeiros Civil mediante contratação de efetivo suficiente, conforme previsto na Lei Estadual nº 15.232/2014 (art. 5º);

XVI - Determinar às bandas contratadas que se abstenham de propagar músicas com conteúdo de apologia ao crime e discriminatório, etc.

XVII - Comunicar imediatamente à Polícia Militar em caso de necessidade de substituição de atração musical, para as providências que se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS AÇÕES MITIGADORAS

O Município executará todas as ações mitigadoras de risco previstas na Lei Estadual nº 14.133/2010, visando à segurança do público e do efetivo envolvido.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

Durante os eventos, o Município deverá fiscalizar as barracas, bares e restaurantes localizados no pátio e arredores, verificando o cumprimento das normas de segurança (extintores, saídas de emergência, lotação etc).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS

I – Atender às ocorrências advindas dos eventos por meio do sistema 193, garantindo pronta resposta a emergências.

II – Verificar, através do Centro de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CAT/CBMPE), a regularização das estruturas provisórias montadas, tais como palcos, camarotes e Trios Elétricos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA A Polícia Militar e Guarda Municipal deverão:

I – Impedir o uso de equipamentos sonoros acima dos níveis legais, apreendendo os aparelhos e lavrando Boletim de Ocorrência; II – Cumprir as obrigações legais e as demais previstas neste Termo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

I – Atuar em regime de plantão nos pontos de animação, durante as festividades; II – Fiscalizar a venda, o fornecimento e o consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes, com apoio policial, se necessário.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO DESCUMPRIMENTO

O descumprimento deste Termo sujeitará o Município de Chã Grande/PE às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis:

I- Suspensão do evento;

II – Interdição do local do evento;

III – Multa de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

IV – Duplicação do valor da multa em caso de reincidência;

V – Nova reincidência implicará suspensão da licença para realização de eventos por 6 (seis) meses.

Parágrafo único: Os valores das multas serão revertidos à Área Integrada de Segurança (AIS) da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, divididos proporcionalmente entre a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

#### CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O Ministério Público do Estado de Pernambuco providenciará a publicação deste Termo no Diário Oficial do Ministério Público de Pernambuco.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Gravatá/PE como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

O presente Termo produzirá efeitos legais a partir de sua

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM  
ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorino  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

assinatura, possuindo eficácia de título executivo extrajudicial, conforme o artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil e o artigo 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Ajustamento de Conduta foi lido perante todos os presentes e, por estarem as partes de acordo com suas cláusulas, segue devidamente assinado, a fim de que produza seus efeitos jurídicos e legais a partir desta data, nos termos do §6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985.

Gravatá, 06 de novembro de 2025.

Kívia Roberta de Souza Ribeiro  
Promotora de Justiça

José Emeson Albuquerque Campos  
Secretário de Administração de Chã Grande, representando também a Prefeitura Municipal de Chã Grande

José Roberto Oliveira da Costa  
Tenente Coronel da 5ª CIPM

Marcos Vinícios Pergentino de Santana  
2ª Tenente do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO

Maria Verônica Santos de Paula Silva  
CONSELHO TUTELAR DE CHÃ GRANDE/PE

Paulo Ricardo Silva de Souza  
CONSELHO TUTELAR DE CHÃ GRANDE/PE

#### DEPARTAMENTO MINISTERIAL DE LICITAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUXILIARES - DEMLPA

**AVISO DE SESSÃO DE ABERTURA Nº PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4037.2025.DEMLPA.PE.0050.MPPE**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Procuradoria Geral de Justiça  
DEPARTAMENTO MINISTERIAL DE LICITAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUXILIARES

#### AVISO DE SESSÃO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4037.2025.DEMLPA.PE.0050.MPPE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de LICENÇAS DE SOFTWARE MICROSOFT E SERVIÇOS CORRELATOS, conforme especificações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

DATA DA ABERTURA: 27/11/2025

ENTREGA DAS PROPOSTAS até: 27/11/2025, quinta-feira, às 09h00; Abertura das Propostas: 27/11/2025, às 09h10; Início da Disputa: 27/11/2025, às 09h30. Horário de Brasília. Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Endereço Eletrônico do Sistema: [www.peintegrado.pe.gov.br](http://www.peintegrado.pe.gov.br) e no site do Ministério Público do Estado de Pernambuco <https://portal.mppe.mp.br/licitacoes>. Valor global máximo estimado: R\$ 1.918.520,00 (um milhão, novecentos e dezoito mil, quinhentos e vinte reais). As dúvidas e/ou esclarecimentos poderão ser sanados através do e-mail: [licitacoes@mppe.mp.br](mailto:licitacoes@mppe.mp.br).

Recife, 10 de novembro de 2025.

Onélia Carvalho de Oliveira Holanda  
Pregoeira/MPPE

#### AVISO DE SESSÃO DE ABERTURA Nº PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4039.2025.DEMLPA.PE.0051.MPPE

**Recife, 10 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procuradoria Geral de Justiça

DEPARTAMENTO MINISTERIAL DE LICITAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUXILIARES

#### AVISO DE SESSÃO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4039.2025.DEMLPA.PE.0051.MPPE EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Nos termos do Art. 48 inciso I da Lei Complementar 123/2006)

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de MATERIAIS DE CONSUMO EM GERAL - CONFECÇÃO GRÁFICA (IMPRESSOS, SÍMBOLOS CÍVICOS, CONFECÇÃO DE CAPAS e CONFECÇÃO DE TAPETES), conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I) do edital.

DATA DA ABERTURA: 28/11/2025

ENTREGA DAS PROPOSTAS até: 28/11/2025, sexta-feira, às 09h00; Abertura das Propostas: 28/11/2025, às 09h10; Início da Disputa: 28/11/2025, às 09h30. Horário de Brasília. Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Endereço Eletrônico do Sistema: [www.peintegrado.pe.gov.br](http://www.peintegrado.pe.gov.br) e no site do Ministério Público do Estado de Pernambuco <https://portal.mppe.mp.br/licitacoes>. Valor global máximo estimado: R\$ 117.675,47 (cento e dezessete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos). As dúvidas e/ou esclarecimentos poderão ser sanados através do e-mail: [licitacoes@mppe.mp.br](mailto:licitacoes@mppe.mp.br).

Recife, 10 de novembro de 2025.

Onélia Carvalho de Oliveira Holanda  
Pregoeira/MPPE

#### CENTRAL DE INQUÉRITOS

**RELATÓRIO Nº CENTRAL DE INQUÉRITOS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE OUTUBRO/2025**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

CENTRAL DE INQUÉRITOS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE OUTUBRO/2025  
(Conforme art. 8º, §3º da RES-CPJ nº 004/2008)

NÚCLEO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – NANPP  
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE OUTUBRO/2025  
(Conforme art. 8º, §3º da RES-CPJ nº 004/2008)

#### PROCURADORIA DE JUSTIÇA REGIONAL CÍVEL

**RELATÓRIO Nº RELATÓRIO Nº 10/2025 DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA EM MATÉRIA CÍVEL**  
**Recife, 10 de novembro de 2025**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Procuradoria de Justiça em Matéria Cível

RELATÓRIO Nº 10/2025 DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA EM MATÉRIA CÍVEL

O Coordenador da Procuradoria de Justiça em Matéria Cível, no uso de suas atribuições legais, torna público o Relatório de Produtividade dos Membros da Procuradoria de Justiça em Matéria Cível, em anexo, referente ao mês de outubro de 2025.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:  
Renato da Silva Filho  
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:  
Hélio José de Carvalho Xavier  
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

CORREGEDORA-GERAL  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO  
Charles Hamilton dos Santos Lima

SECRETÁRIA-GERAL:  
Janaina do Sacramento Bezerra

CHEFE DE GABINETE  
Frederico José Santos de Oliveira  
COORDENADORA DE GABINETE  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

OUVIDORA  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

#### CONSELHO SUPERIOR

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins

**MP PE**  
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: [imprensa@mppe.mp.br](mailto:imprensa@mppe.mp.br)  
Fone: 81 3182-7000



Recife, 10 de novembro de 2025.

Valdir Barbosa Júnior  
14º Procurador de Justiça Cível  
Coordenador da Procuradoria de Justiça em Matéria Cível

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**  
José Paulo Cavalcanti Xavier Filho

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:**  
Renato da Silva Filho  
**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:**  
Hélio José de Carvalho Xavier  
**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:**  
Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**CORREGEDORA-GERAL**  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva

**COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO**  
Charles Hamilton dos Santos Lima

**SECRETÁRIA-GERAL:**  
Janaina do Sacramento Bezerra

**CHEFE DE GABINETE**  
Frederico José Santos de Oliveira  
**COORDENADORA DE GABINETE**  
Ana Carolina Paes de Sá Magalhães

**OUVIDORA**  
Maria Lizandra Lira de Carvalho

**CONSELHO SUPERIOR**

José Paulo Cavalcanti Xavier Filho  
(Presidente)  
Maria Ivana Botelho Vieira da Silva  
Aguinaldo Fenelon de Barros  
Giani Maria do Monte Santos  
Cristiane de Gusmão Medeiros  
Carlos Alberto Pereira Vitorio  
Liliane da Fonseca Lima Rocha  
Charles Hamilton dos Santos Lima  
Lucila Varejão Dias Martins



Roberto Lyra - Edifício Sede  
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio  
CEP 50.010-240 - Recife / PE  
E-mail: imprensa@mppe.mp.br  
Fone: 81 3182-7000

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª INSTÂNCIA

nº	Instância	Entrância	Município	Cargo	Atuação	Lei/Ato de definição de atribuição	Atribuição	Circunscrição	Promotor de Justiça	Causa do Último Provimento	Data do último provimento - Vigência/publicação	Portaria do Último Provimento	Data Vacância	Portaria de vacância
1	2ª	-	Recife	1º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	ZULENE SANTANA DE LIMA NORBERTO	Remoção por A	17/05/2002	Ato PGJ nº 076/2002		
2	2ª	-	Recife	1º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	MÁRIO GERMANO PALHA RAMOS	Remoção por Permuta	13/02/2001	Ato PGJ nº 007/2001		
3	2ª	-	Recife	2º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	LUCIANA MARINHO MARTINS MOTA E ALBUQUERQUE	Promoção por M	07/11/2003	668/2003		
4	2ª	-	Recife	2º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	JOSE LOPES DE OLIVEIRA FILHO	Promoção por A	24/12/2010	1597/2010		
5	2ª	-	Recife	3º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e Res. CPJ 002/2019	Cível	2ª Instância	CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA	Promoção por M	26/04/2016	1025/2016		
6	2ª	-	Recife	3º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	FERNANDO BARROS DE LIMA	Remoção por Permuta	04/01/2003	Ato PGJ nº 001/2003		
7	2ª	-	Recife	4º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e RES CPJ 09/2018 e RES CPJ 005/2019	Cível	2ª Instância	MARIA DA GLORIA GONCALVES SANTOS	Promoção por M	26/04/2018	941/2018		
8	2ª	-	Recife	4º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA	Promoção por M	08/11/2012	1818/2012		
9	2ª	-	Recife	5º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994, Resolução CPJ nº 009/2019	Cível	2ª Instância	MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA	Promoção por A	26/09/2019	2442/2019	05/07/2019	1791/2019
10	2ª	-	Recife	5º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO	Remoção por Permuta	15/02/2011	420/2011		
11	2ª	-	Recife	6º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e Res. CPJ 005/2019	Cível	2ª Instância	YELENA DE FATIMA MONTEIRO ARAUJO	Promoção por A	26/04/2018	940/2018		
12	2ª	-	Recife	6º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	ELEONORA DE SOUZA LUNA	Remoção por M	17/10/2003	609/2003		
13	2ª	-	Recife	7º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	NELMA RAMOS MACIEL QUAIOTTI	Remoção por A	20/07/2003	401/2003		
14	2ª	-	Recife	7º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	CRISTIANE DE GUSMÃO MEDEIROS	Remoção por M	28/10/2021	2919/2021	30/07/2021	1904/2021
15	2ª	-	Recife	8º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 497 E 501/2022 e Res-CPJ nº 004/2022	Câmaras Cíveis e/ou de Direito Público	2ª Instância	LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS	Remoção por M	20/10/2022	2489/2022		
16	2ª	-	Recife	8º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	ANDREA KARLA MARANHÃO CONDE FREIRE	Remoção por M	02/09/2013	1340/2013		
17	2ª	-	Recife	9º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	LAIS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI	Promoção por A	26/04/2006	323/2006		
18	2ª	-	Recife	9º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	LAISE TARCILA ROSA DE QUEIROZ	Promoção por M	25/02/2011	490/2011		
19	2ª	-	Recife	10º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	IZABEL CRISTINA DE NOVAES DE SOUZA SANTOS	Promoção por A	22/08/2003	477/2003		
20	2ª	-	Recife	10º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA	Remoção por A	01/04/2006	263/2006		

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª INSTÂNCIA

21	2ª	-	Recife	11º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	LÚCIA DE ASSIS	Remoção por A	04/07/2014	1064/2014		
22	2ª	-	Recife	11º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	SINEIDE MARIA DE BARROS SILVA CANUTO	Remoção por Permuta	01/12/2016	2386/16		
23	2ª	-	Recife	12º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	GERALDO DOS ANJOS NETTO DE MENDONÇA JUNIOR	Promoção por A	12/11/2013	1799/2013		
24	2ª	-	Recife	12º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	RICARDO LAPENDA FIGUEIROA	Promoção por A	13/08/2014	1249/2014		
25	2ª	-	Recife	13º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 001/2018	Cível	2ª Instância	CARLOS ROBERTO SANTOS	Promoção por A	26/04/2016	1028/2016		
26	2ª	-	Recife	13º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI	Promoção por M	30/04/1999	Ato PGJ nº 50/1999		
27	2ª	-	Recife	14º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994	Cível	2ª Instância	VALDIR BARBOSA JUNIOR	Promoção por M	26/08/2006	756/2006		
28	2ª	-	Recife	14º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 12/1994	Crime	2ª Instância	RENATO DA SILVA FILHO	Promoção por M	20/05/1995	Ato PGJ nº 116/1995		
29	2ª	-	Recife	15º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e RES CPJ 007/2019	Cível	2ª Instância	CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS	Promoção por M	26/09/2019	2443/2019	08/08/2019	2050/2019
30	2ª	-	Recife	15º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 497 E 501/2022 e Res-CPJ nº 004/2022	1ª Câmara Criminal	2ª Instância	RICARDO VAN DER LINDEN DE VASCONCELLO S COELHO	Remoção por A	20/10/2022	2490/2022		
31	2ª	-	Recife	16º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2002	Cível	2ª Instância	JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES	Remoção por M	03/07/2002	Ato PGJ nº 103/2002		
32	2ª	-	Recife	16º Procurador de Justiça Criminal	Câmaras Criminais	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2009	Crime	2ª Instância	ADRIANA GONÇALVES FONTES	Remoção por A	04/03/2010	272/2010		
33	2ª	-	Recife	17º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2002	Cível	2ª Instância	LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA	Remoção por A	04/09/2025	2.943/2025	23/07/2025	2.362/2025
34	2ª	-	Recife	17º Procurador de Justiça Criminal	Câmaras Criminais	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2009	Crime	2ª Instância	CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO	Remoção por M	15/07/2021	1740/2021	01/01/2020	715/2020
35	2ª	-	Recife	18º Procurador de Justiça Cível	Cível	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2002	Cível	2ª Instância	FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE	Promoção por M	10/07/2002	Ato PGJ nº 108/2002		
36	2ª	-	Recife	18º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 497 E 501/2022 e Res-CPJ nº 004/2022	2ª Câmara Criminal	2ª Instância	GIANI MARIA DO MONTE SANTOS RODOLFO DE MELO	Remoção por M	20/10/2022	2491/2022		
37	2ª	-	Recife	19º Procurador de Justiça Cível	Câmaras Cíveis	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 003/2009	Cível	2ª Instância	ALDA VIRGÍNIA DE MOURA	Promoção por A	15/07/2010	891/2010		
38	2ª	-	Recife	19º Procurador de Justiça Criminal	Câmaras Criminais	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2009	Crime	2ª Instância	MARILÉA DE SOUZA CORREIA ANDRADE	Promoção por A	15/07/2010	889/2010		
39	2ª	-	Recife	20º Procurador de Justiça Cível	Matéria Cível	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2015	Cível	2ª Instância	SÍLVIO JOSÉ MENEZES TAVARES	Promoção por M	13/11/2014	1704/2014		
40	2ª	-	Recife	20º Procurador de Justiça Criminal	Câmaras Criminais	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2009	Crime	2ª Instância	ULISSES DE ARAÚJO E SA JUNIOR	Remoção por M	04/09/2025	2.942/2025	21/07/2025	2.361/2025



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª INSTÂNCIA

41	2ª	-	Recife	21º Procurador de Justiça Cível	Matéria Cível	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2015	Cível	2ª Instância	JOSÉ ELIAS DUBARD DE MOURA ROCHA	Promoção por A	13/11/2014	1705/2014		
42	2ª	-	Recife	21º Procurador de Justiça Criminal	Matéria Criminal	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 002/2015	Crime	2ª Instância	EDSON JOSE GUERRA	Remoção por M	21/12/2023	3756/2023	01/08/2023	2227/2023
43	2ª	-	Recife	22º Procurador de Justiça Criminal	Matéria Criminal	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 003/2017 e Res. CPJ nº 005/2019	Crime	2ª Instância	JOSE CORREIA DE ARAUJO	Promoção por M	22/06/2017	1210/2017		
44	2ª	-	Recife	23º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 497 E 501/2022 e Res-CPJ nº 004/2022	3ª Câmara Criminal	2ª Instância	AUREA ROSANE VIEIRA	Remoção por A	20/10/2022	2492/2022		
45	2ª	-	Recife	24º Procurador de Justiça Criminal	Crime	LC nº 497 E 501/2022 e Res-CPJ nº 004/2022	4ª Câmara Criminal	2ª Instância	AGUINALDO FENELON DE BARROS	Remoção M	20/10/2022	2493/2022		
46	2ª	-	Caruaru	1º Procurador de Justiça Cível de Caruaru	Cível Regional de Caruaru	LC nº 497 E 501/2022 e Res-CPJ nº 004/2022	1ª e 2ª Turmas da Câmara Regional de Caruaru	2ª Instância	JOSE BISPO DE MELO	Promoção por A	22/10/2025	3.662/2025	04/09/2025	2.943/2025
47	2ª	-	Caruaru	1º Procurador de Justiça Criminal de Caruaru	Criminal Regional de Caruaru	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 003/2017, Res. CPJ nº 002/2019 e Res. CPJ nº 004/2022	1ª e 2ª Turmas da Câmara Regional de Caruaru	2ª Instância	MARIA IVANA BOTELHO VIEIRA DA SILVA	Promoção por A	01/12/2022	2857/2022	20/10/2022	2489/2022
48	2ª	-	Caruaru	2º Procurador de Justiça Cível de Caruaru	Cível Regional de Caruaru	LC nº 497 E 501/2022 e Res-CPJ nº 004/2022	1ª e 2ª Turmas da Câmara Regional de Caruaru	2ª Instância	LUCIANA DE BRAGA VAZ DA COSTA	Promoção A	29/08/2024	2.616/2024	04/07/2024	2.147/2024
49	2ª	-	Caruaru	2º Procurador de Justiça Criminal de Caruaru	Criminal Regional de Caruaru	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 009/2018 e Res. CPJ nº 004/2022	1ª e 2ª Turmas da Câmara Regional de Caruaru	2ª Instância	ANDREA FERNANDES NUNES PADILHA	Promoção por M	01/12/2022	2858/2022	20/10/2022	2493/2022
50	2ª	-	Caruaru	3º Procurador de Justiça Criminal de Caruaru	Criminal Regional de Caruaru	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 003/2017, Res. CPJ nº 005/2019, Res. CPJ nº 009/2019 e Res. CPJ nº 004/2022	1ª e 2ª Turmas da Câmara Regional de Caruaru	2ª Instância	NORMA DA MOTA SALES LIMA	Promoção por M	22/10/2025	3.661/2025	04/09/2025	2.942/2025
51	2ª	-	Caruaru	4º Procurador de Justiça Criminal de Caruaru	Criminal Regional de Caruaru	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 001/2018, RES CPJ nº 005/2019, Res-CPJ 007/2019 e Res. CPJ nº 004/2022	1ª e 2ª Turmas da Câmara Regional de Caruaru	2ª Instância	HÉLIO JOSÉ DE CARVALHO XAVIER	Promoção por M	01/12/2022	2860/2022	20/10/2022	2490/2022
52	2ª	-	Caruaru	5º Procurador de Justiça Criminal de Caruaru	Criminal Regional de Caruaru	LC nº 12/1994 e Res-CPJ nº 003/2017, Res. CPJ nº 005/2019 e Res. CPJ	1ª e 2ª Turmas da Câmara Regional de Caruaru	2ª Instância	EDUARDO LUIZ SILVA CAJUEIRO	Remoção por M	04/07/2024	2.147/2024	-	-

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª INSTÂNCIA

						nº 004/2022								
53	2ª	-		Procurador de Justiça		OLC nº 562/2025 de 18/06/2025		2ª Instância	VAGO	Cargo Nunca Provido			18/06/2025	
54	2ª	-		Procurador de Justiça		OLC nº 562/2025 de 18/06/2025		2ª Instância	VAGO	Cargo Nunca Provido			18/06/2025	
55	2ª	-		Procurador de Justiça		OLC nº 562/2025 de 18/06/2025		2ª Instância	VAGO	Cargo Nunca Provido			18/06/2025	
56	2ª	-		Procurador de Justiça		OLC nº 562/2025 de 18/06/2025		2ª Instância	VAGO	Cargo Nunca Provido			18/06/2025	
57	2ª	-		Procurador de Justiça		OLC nº 562/2025 de 18/06/2025		2ª Instância	VAGO	Cargo Nunca Provido			18/06/2025	
58	2ª	-		Procurador de Justiça		OLC nº 562/2025 de 18/06/2025		2ª Instância	VAGO	Cargo Nunca Provido			18/06/2025	

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

nº	Instância	Entrância	Município	Cargo	Atuação	Lei/Ato de definição de atribuição	Atribuição	Circunscrição	Promotor de Justiça	Causa do Último Provimento	Data do último provimento	Portaria do Último Provimento	Data Vacância	Portaria de vacância
1	1ª	3ª	Capital (Recife)	1º Promotor de Justiça Cível	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 36ª Varas Cíveis – Seção B	Res-CPJ nº008/2017	Cível	Capital	PAULO HENRIQUE QUEIROZ FIGUEIREDO	Promoção por A	20/10/2010	1267/2010	----	----
2	1ª	3ª	Capital (Recife)	2º Promotor de Justiça Cível	18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª, 32ª, 33ª, 34ª e 35ª Varas Cíveis – Seção B	Res-CPJ nº008/2017	Cível	Capital	ANA CAROLINA PAES DE SA MAGALHAES	Remoção por A	05/06/2025	1.750/2025	01/12/2021	3158/2021
3	1ª	3ª	Capital (Recife)	3º Promotor de Justiça Cível	5ª Vara de Sucessões e Registros Públicos	Res-CPJ nº005/2011	Cível	Capital	JOSE AUGUSTO DOS SANTOS NETO	Remoção por A	07/03/2007	395/2007	----	----
4	1ª	3ª	Capital (Recife)	4º Promotor de Justiça Cível	5ª Vara de Família e Registro Civil	Res-CPJ nº001/2001	Cível	Capital	HILÁRIO MARINHO PATRIOTA JUNIOR	Promoção por A	06/02/2025	356/2025	01/08/2024	2.345/2024
5	1ª	3ª	Capital (Recife)	5º Promotor de Justiça Cível	6ª Vara de Família e Registro Civil	Res-CPJ nº001/2001	Cível	Capital	DELUSE AMARAL ROLIM FLORENTINO	Remoção por P	31/03/2004	190/2004	31/04/2004	190/2004
6	1ª	3ª	Capital (Recife)	6º Promotor de Justiça Cível	7ª Vara de Família e Registro Civil	Res-CPJ nº001/2001	Cível	Capital	LUCIANA ALBUQUERQUE PRADO	Promoção por A	27/01/2012	207/2012	----	----
7	1ª	3ª	Capital (Recife)	7º Promotor de Justiça Cível	8ª Vara de Família e Registro Civil	Res-CPJ nº001/2001	Cível	Capital	EDUARDO HENRIQUE BORBA LESSA	Remoção por M	12/06/2010	760/2010	----	----
8	1ª	3ª	Capital (Recife)	8º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara de Família e Registro Civil	LC nº21/1998	Cível	Capital	PAULO CESAR DO NASCIMENTO	Promoção por A	05/11/2014	1711/2014	----	----
9	1ª	3ª	Capital (Recife)	9º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara de Família e Registro Civil	LC nº21/1998	Cível	Capital	RAIMUNDA NONATA BORGES PIAULINO FERNANDES	Promoção por M	10/08/2017	1507/2017	18/08/2016	1850/2016
10	1ª	3ª	Capital (Recife)	10º Promotor de Justiça Cível	3ª Vara de Família e Registro Civil	LC nº21/1998	Cível	Capital	MAINAN MARIA DA SILVA	Promoção por A	05/11/2014	1713/2014	----	----
11	1ª	3ª	Capital (Recife)	11º Promotor de Justiça Cível	4ª Vara de Família e Registro Civil	LC nº21/1998	Cível	Capital	MONICA ERLINE SOUZA LEAO AZEVEDO LIMA	Promoção por A	07/03/2007	391/2007	----	----
12	1ª	3ª	Capital (Recife)	12º Promotor de Justiça Cível	9ª Vara de Família e Registro Civil	Res- CPJ nº001/2001	Cível	Capital	VAGO	Remoção por M	13/11/2004	653/2004	22/10/2025	3.661/2025
13	1ª	3ª	Capital (Recife)	13º Promotor de Justiça Cível	10ª Vara de Família e Registro Civil	Res- CPJ nº001/2001	Cível	Capital	RIVALDO GUEDES DE FRANÇA	Remoção por Permuta	05/10/2016	2207/2016	05/10/2016	2207/2016
14	1ª	3ª	Capital (Recife)	15º Promotor de Justiça Cível	11ª Vara de Família e Registro Civil	Res- CPJ nº001/2001	Cível	Capital	RICARDO GUERRA GABINIO	Remoção por M	17/12/2010	1545/2010	----	----
15	1ª	3ª	Capital (Recife)	16º Promotor de Justiça Cível	1ª e 2ª Varas de Sucessões e Registros Públicos	Res-CPJ nº003/2015	Cível	Capital	PATRICIA DA FONSECA LAPENDA PIMENTEL	Promoção por A	01/08/2024	2.348/2024	26/09/2019	2442/2019
16	1ª	3ª	Capital (Recife)	18º Promotor de Justiça Cível	3ª e 4ª Varas de Sucessões e Registros Públicos	Res-CPJ nº003/2015	Cível	Capital	IZABEL CRISTINA HOLANDA TAVARES LEITE	Promoção por M	20/10/2010	1266/2010	----	----
17	1ª	3ª	Capital (Recife)	20º Promotor de Justiça Cível	2ª e 3ª Varas da Fazenda Pública da Capital	Res- CPJ nº 008/2017	Cível	Capital	VAGO	Promoção por M	27/01/2012	210/2012	01/11/2024	3.307/2024



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

18	1ª	3ª	Capital (Recife)	22º Promotor de Justiça Cível	4ª e 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital	Res- CPJ nº 008/2017	Cível	Capital	EVA REGINA DE ALBUQUERQUE BRASIL	Remoção M	06/02/2025	350/2025	01/12/2022	2861/2022
19	1ª	3ª	Capital (Recife)	23º Promotor de Justiça Cível	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, 1º Colégio Recursal do Estado de Pernambuco e Central de Cartas de Ordem, Precatórias e Rogatórias, todos da Capital	Res- CPJ nº011/2016 e RES CPJ 008/2019	Cível	Capital	CRISTIANE WILIENE MENDES CORREIA	Promoção por M	06/02/2025	353/2025	13/11/2014	1702/2014
20	1ª	3ª	Capital (Recife)	24º Promotor de Justiça Cível	18ª,19ª,20ª,21ª,22ª,23ª,24ª,25ª,26ª,27ª,28ª,29ª,30ª,31ª,32ª,33ª,34ª e 35ª Varas Cíveis – Seção A	Res-CPJ nº 008/2017	Cível	Capital	CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA	Remoção por A	01/08/2024	2.343/2024	10/12/2019	585/2021
21	1ª	3ª	Capital (Recife)	25º Promotor de Justiça Cível	1ª e 7ª Varas da Fazenda Pública	Res- CPJ nº011/2016	Cível	Capital	VAGO	Remoção por A	17/12/2010	1548/2010	13/11/2014	1705/2014
22	1ª	3ª	Capital (Recife)	26º Promotor de Justiça Cível	6ª e 8ª Vara da Fazenda Pública	Res-CPJ nº 008/2017	Cível	Capital	VAGO	Remoção por M	15/08/2001	Ato 078/2001	03/10/2015	1836/2015
23	1ª	3ª	Capital (Recife)	31º Promotor de Justiça Cível	1ª,2ª,3ª,4ª,5ª,6ª,7ª,8ª,9ª,10ª,11ª,12ª,13ª,14ª,15ª,16ª,17ª e 36ª Varas Cíveis – Seção A	Res- CPJ nº 008/2017	Cível	Capital	ROBERTO BURLAMAQUE CATUNDA SOBRINHO	Remoção por Permuta	03/11/2017	2202/17	03/11/2015	2202/2017
24	1ª	3ª	Capital (Recife)	32º Promotor de Justiça Cível	12ª Vara de Família e Registro Civil	Res- CPJ nº005/2006	Cível	Capital	EMANUELE MARTINS PEREIRA	Promoção por M	06/02/2025	357/2025	29/08/2024	2.616/2024
25	1ª	3ª	Capital (Recife)	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	ANA CLAUDIA DE MOURA WALMSLEY	Promoção por A	09/02/2023	564/2023	20/10/2022	2496/2022
26	1ª	3ª	Capital (Recife)	2º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	VAGO	Remoção por M	17/12/2010	1543/2010	31/08/2025	----
27	1ª	3ª	Capital (Recife)	3º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	VIVIANE MARIA FREITAS MELO MONTEIRO DE MENEZES	Promoção por M	10/08/2017	1499/2017	13/11/2014	1709/2014
28	1ª	3ª	Capital (Recife)	4º Promotor de Justiça Criminal	4ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	VALDECY VIEIRA DA SILVA	Promoção por M	20/02/2020	395/2020	25/01/2018	190/2018
29	1ª	3ª	Capital (Recife)	5º Promotor de Justiça Criminal	5ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	ANA JOEMIA MARQUES DA ROCHA	Remoção por M	05/06/2025	1.751/2025	08/01/2025	01/2025
30	1ª	3ª	Capital (Recife)	6º Promotor de Justiça Criminal	6ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	ALEN DE SOUZA PESSOA	Promoção por A	06/11/2013	1766/2013	----	----
31	1ª	3ª	Capital (Recife)	7º Promotor de Justiça Criminal	7ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	FERNANDO CAVALCANTI MATTOS	Remoção por A	21/09/2013	1436/2013	----	----
32	1ª	3ª	Capital (Recife)	8º Promotor de Justiça Criminal	8ª Vara Criminal	LC nº21/1998	Crime	Capital	GEOVANA ANDREA CAJUEIRO BELFORT	Remoção por A	01/08/2024	2.347/2024	01/06/2024	1720/2024

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

33	1ª	3ª	Capital (Recife)	9º Promotor de Justiça Criminal	17ª Vara Criminal da Capital	LC nº21/1998. Res - CPJ nº 017/2017	Crime	Capital	FRANCISCO ORTENCIO DE CARVALHO	Remoção por A	18/09/2025	3.069/2025	01/05/2025	1.447/2025
34	1ª	3ª	Capital (Recife)	10º Promotor de Justiça Criminal	10ª Vara Criminal transformo u-se em 9ª Vara Criminal pela LC 204/2012	LC nº21/1998	Crime	Capital	SUELI ARAÚJO COSTA	Promoção por M	07/03/2007	390/2007	----	----
35	1ª	3ª	Capital (Recife)	11º Promotor de Justiça Criminal	11ª Vara Criminal transformo u-se em 10ª Vara Criminal pela LC 204/2012	LC nº21/1998	Crime	Capital	FERNANDO PORTELA RODRIGUES	Promoção por A	10/08/2017	1500/2017	13/11/2014	1704/2014
36	1ª	3ª	Capital (Recife)	12º Promotor de Justiça Criminal	12ª Vara Criminal transformo u-se em 11ª Vara Criminal pela LC 204/2012	LC nº21/1998	Crime	Capital	EUCLIDES RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR	Promoção por A	18/03/2015	574/2015	----	----
37	1ª	3ª	Capital (Recife)	13º Promotor de Justiça Criminal	14ª Vara Criminal da Capital	Res- CPJ nº017/2017	Crime	Capital	IVALDO RODRIGUES MACHADO FILHO	Promoção por A	27/01/2012	209/2012	----	----
38	1ª	3ª	Capital (Recife)	14º Promotor de Justiça Criminal	Vara de Crimes contra a Administração Pública e Ordem Tributária	Res- CPJ nº004/2002	Crime	Capital	VAGO	Remoção por M	07/03/2007	396/2007	06/02/2025	351/2025
39	1ª	3ª	Capital (Recife)	15º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara do Tribunal do Júri	LC nº21/1998	Crime	Capital	ANDRÉ MÚCIO RABELO DE VASCONCELOS	Remoção por Permuta	20/03/2010	376/2010	20/03/2010	376/2010
40	1ª	3ª	Capital (Recife)	16º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara do Tribunal do Júri	LC nº21/1998	Crime	Capital	FERNANDO DELLA LATA CAMARGO	Remoção por A	05/01/2023	049/2023	20/10/2022	2494/2022
41	1ª	3ª	Capital (Recife)	17º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara do Tribunal do Júri	LC nº21/1998	Crime	Capital	VAGO	Promoção por M	07/09/2017	1699/2017	22/10/2025	3.667/2025
42	1ª	3ª	Capital (Recife)	18º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara do Tribunal do Júri	LC nº21/1998	Crime	Capital	LUIS SAVIO LOUREIRO DA SILVEIRA	Promoção por M	18/03/2015	575/2015	----	----
43	1ª	3ª	Capital (Recife)	19º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara de Execuções Penais	Res- CPJ nº002/2000	Crime	Capital	FERNANDO FALCÃO FERRAZ FILHO	Promoção por M	06/06/2019	1513/2019	30/04/2019	1031/2019
44	1ª	3ª	Capital (Recife)	20º Promotor de Justiça Criminal	Vara de Execuções Penais e Penas Alternativas	Res-CPJ nº005/2011	Crime	Capital	MARIA HELENA DE OLIVEIRA E LUNA	Promoção por M	08/05/2002	Ato 052/2002	----	----
45	1ª	3ª	Capital (Recife)	21º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara de Execuções Penais e Corregedoria	LC nº21/1998	Crime	Capital	CARLA VERÔNICA PEREIRA FERNANDES	Promoção por M	05/06/2025	1.753/2025	06/02/2025	352/2025
46	1ª	3ª	Capital (Recife)	22º Promotor de Justiça Criminal	Auditoria da Justiça Militar	Res- CPJ nº004/2018	Crime	Capital	QUINTINO GERALDO DINIZ DE MELO	Promoção por A	18/03/2015	576/2015	----	----
47	1ª	3ª	Capital (Recife)	23º Promotor de Justiça Criminal	15ª Vara Criminal da Capital	Res- CPJ nº017/2017	Crime	Capital	ALFREDO PINHEIRO MARTINS NETO	Promoção por M	18/03/2015	577/2015	----	----
48	1ª	3ª	Capital (Recife)	24º Promotor de Justiça Criminal	Processos relativos aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, que tramitam perante a 1ª Vara Crimes contra a	Res- CPJ nº006/2011	Crime	Capital	HUMBERTO DA SILVA GRAÇA	Remoção por A	16/07/2020	1374/2020	29/05/2020	1142/2020

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					Criança e o Adolescente da Capital.									
49	1ª	3ª	Capital (Recife)	25º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	POR-PGJ 1205/2008	Crime	Capital	EDGAR BRAZ MENDES	Promoção por A	20/10/2010	1271/2010	----	----
50	1ª	3ª	Capital (Recife)	26º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	POR-PGJ 1205/2008	Crime	Capital	ANA CLÉZIA FERREIRA NUNES	Remoção por M	22/10/2025	3.667/2025	18/09/2025	3.070/2025
51	1ª	3ª	Capital (Recife)	27º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	POR-PGJ 1205/2008	Crime	Capital	ALLANA UCHOA DE CARVALHO	Remoção por M	01/08/2024	2.346/2024	21/12/2023	3761/2023
52	1ª	3ª	Capital (Recife)	28º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res-CPJ 006/2024	Criminal	Capital	ROSÂNGELA FURTADO PADELA ALVARENGA	Promoção por M	20/10/2022	2498/2022	26/09/2019	2443/2019
53	1ª	3ª	Capital (Recife)	29º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	POR-PGJ 1205/2008	Crime	Capital	ERICA LOPES CEZAR DE ALMEIDA	Promoção por A	06/07/2004	373/2004	----	----
54	1ª	3ª	Capital (Recife)	30º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	POR-PGJ 1205/2008	Crime	Capital	JOÃO ELIAS DA SILVA FILHO	Promoção por A	20/10/2022	2497/2022	26/09/2019	2440/2019
55	1ª	3ª	Capital (Recife)	31º Promotor de Justiça Criminal	1º Juizado Especial Criminal	RES-CPJ Nº 11/2016	Crime	Capital	DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA	Remoção por M	01/04/2021	764/2021	06/09/2017	1694/17
56	1ª	3ª	Capital (Recife)	32º Promotor de Justiça Criminal	3º Juizado Especial Criminal	RES-CPJ Nº 11/2016	Crime	Capital	VAGO	Remoção por A	17/12/2010	1544/2010	16/09/2017	1768/2017
57	1ª	3ª	Capital (Recife)	33º Promotor de Justiça Criminal	2º Juizado Especial Criminal	RES-CPJ Nº 11/2016	Crime	Capital	VAGO	Promoção por M	05/01/2023	050/2023	22/10/2025	3.665/2025
58	1ª	3ª	Capital (Recife)	34º Promotor de Justiça Criminal	4º Juizado Especial Criminal	RES-CPJ Nº 11/2016	Crime	Capital	ANA JAQUELINE BARBOSA LOPES	Promoção por A	18/03/2015	578/2015	----	----
59	1ª	3ª	Capital (Recife)	35º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos da Capital	Res- CPJ nº004/2018	Crime	Capital	PATRICIA CARNEIRO TAVARES	Remoção por M	20/02/2020	390/2020	22/06/2017	1210/2017
60	1ª	3ª	Capital (Recife)	36º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos da Capital	Res- CPJ nº004/2018	Crime	Capital	JOSE ROBERTO DA SILVA	Promoção por M	08/05/2002	Ato 054/2002	----	----
61	1ª	3ª	Capital (Recife)	37º Promotor de Justiça Criminal	19ª Vara Criminal	Res- CPJ nº 017/2017	Crime	Capital	ANTONIO FERNANDES OLIVEIRA MATOS JUNIOR	Promoção por M	18/03/2015	571/2015	----	----
62	1ª	3ª	Capital (Recife)	38º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res- CPJ nº 005/2006 Portaria POR-PGJ nº1205/2008	Crime	Capital	MARIA DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MARTINS	Remoção por M	08/05/2013	796/2013	----	----
63	1ª	3ª	Capital (Recife)	39º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res- CPJ nº 005/2006 Portaria POR-PGJ nº1205/2008	Crime	Capital	EDUARDO HENRIQUE TAVARES DE SOUZA	Remoção por M	23/06/2006	489/2006	----	----
64	1ª	3ª	Capital (Recife)	40º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res- CPJ nº 005/2006 Portaria POR-PGJ nº1205/2008	Crime	Capital	SONIA MARA ROCHA CARNEIRO	Remoção por A	23/06/2006	490/2006	----	----
65	1ª	3ª	Capital (Recife)	41º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res- CPJ nº 005/2006 Portaria POR-PGJ nº1205/2008	Crime	Capital	GLÁUCIA HULSE DE FARIAS	Promoção por M	01/08/2024	2.349/2024	17/03/2022	645/2022
66	1ª	3ª	Capital (Recife)	42º Promotor de Justiça Criminal	13ª Vara Criminal transformou-se em 12ª Vara Criminal pela LC 204/2012	Res - CPJ nº005/2006	Crime	Capital	MUNI AZEVEDO CATÃO	Remoção por A	22/10/2025	3.666/2025	18/09/2025	3.069/2025

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

67	1ª	3ª	Capital (Recife)	43º Promotor de Justiça Criminal	Processos relativos aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, que tramitam perante a 2ª Vara Crimes contra a Criança e o Adolescente da Capital.	Res-CPJ nº006/2011	Crime	Capital	VAGO	Remoção por Permuta	01/10/2020	1740/2020	22/10/2025	3.666/2025
68	1ª	3ª	Capital (Recife)	44º Promotor de Justiça Criminal	1º Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Res-CPJ nº011/2006	Crime	Capital	JOAO MARIA RODRIGUES FILHO	Remoção por M	07/03/2007	402/2007	----	----
69	1ª	3ª	Capital (Recife)	45º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Privativa do Juri	Res- CPJ nº 005/2014 e Res- CPJ nº 001/2007	Crime	Capital	ANTONIO AUGUSTO DE ARROXELAS MACEDO FILHO	Promoção por A	18/03/2015	572/2015	----	----
70	1ª	3ª	Capital (Recife)	46º Promotor de Justiça Criminal	4ª Vara Privativa do Juri	Res- CPJ nº 005/2014 e Res- CPJ nº 001/2007	Crime	Capital	ROSEMARY SOUTO MAIOR DE ALMEIDA	Remoção por Permuta	01/12/2016	2384/16	01/12/2016	2384/2016
71	1ª	3ª	Capital (Recife)	47º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res- CPJ nº006/2014 e LC nº 229	Crime	Capital	PETRUCIO JOSE LUNA DE AQUINO	Remoção por M	21/09/2013	1435/2013	----	----
72	1ª	3ª	Capital (Recife)	48º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal do Idoso da Capital	Res- CPJ nº001/2014	Crime	Capital	VAGO	Remoção por Permuta	06/04/2018	768/2018	22/10/2025	3.663/2025
73	1ª	3ª	Capital (Recife)	49º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Privativa do Juri da Capital	Res- CPJ nº001/2014	Crime	Capital	ELIANE GAIA ALENCAR DANTAS	Promoção por A	11/06/2015	1183/2015	----	----
74	1ª	3ª	Capital (Recife)	50º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Privativa do Juri da Capital	Res- CPJ nº001/2014	Crime	Capital	DALVA CABRAL DE OLIVEIRA NETA	Remoção por M	18/03/2015	566/2015	----	----
75	1ª	3ª	Capital (Recife)	51º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da Capital	Res- CPJ nº001/2014	Crime	Capital	AÍDA ACIOLI LINS DE ARRUDA	Promoção A	29/08/2024	2.618/2024	01/08/2024	2.347/2024
76	1ª	3ª	Capital (Recife)	52º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res- CPJ nº003/2015	Crime	Capital	ROBERTO BRAYNER SAMPAIO	Remoção por M	06/02/2025	352/2025	02/10/2024	2.946/2024
77	1ª	3ª	Capital (Recife)	53º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res- CPJ nº003/2015	Crime	Capital	SERGIO ROBERTO DA SILVA PEREIRA	Remoção por A	20/10/2022	2496/2022	01/03/2022	489/2022
78	1ª	3ª	Capital (Recife)	54º Promotor de Justiça Criminal	Vara de Execução s Penais da Capital em Meio Aberto (VEPEMA)	Res-CPJ nº 003/2023	Crime	Capital	JOSE EDIVALDO DA SILVA	Remoção por M	17/03/2022	643/2022	04/06/2019	1487/2019
79	1ª	3ª	Capital (Recife)	55º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara do Tribunal do Juri	Res- CPJ nº008/2017	Crime	Capital	ANGELA MARCIA FREITAS DA CRUZ	Promoção por M	07/09/2017	1697/2017	26/04/2016	1028/2016
80	1ª	3ª	Capital (Recife)	56º Promotor de Justiça Criminal	4ª Vara do Tribunal do Juri	Res- CPJ nº 008/2017	Crime	Capital	DANIEL DE ATAÍDE MARTINS	Promoção por M	09/02/2023	563/2023	20/10/2022	2495/2022
81	1ª	3ª	Capital (Recife)	57º Promotor de Justiça Criminal	13ª Vara Criminal	RES CPJ nº 017/2017	Crime	Capital	ANDRÉ SILVANI DA SILVA CARNEIRO	Remoção por M	25/01/2018	189/2018	18/03/2015	567/2015
82	1ª	3ª	Capital (Recife)	58º Promotor de Justiça Criminal	20ª Vara Criminal	RES CPJ nº 017/2017	Crime	Capital	VAGO	Remoção por A	25/01/2018	190/2018	06/02/2025	350/2025
83	1ª	3ª	Capital (Recife)	59º Promotor de Justiça Criminal	16ª Vara Criminal	RES CPJ nº 017/2017	Crime	Capital	JANAINA DO SACRAMENTO BEZERRA	Promoção M	29/08/2024	2.617/2024	01/08/2024	2.343/2024



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

84	1ª	3ª	Capital (Recife)	60º Promotor de Justiça Criminal	18ª Vara Criminal	RES CPJ nº 017/2017	Crime	Capital	HELDER LIMEIRA FLORENTIN O DE LIMA	Remoção por A	25/01/2018	192/2018		
85	1ª	3ª	Capital (Recife)	61º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	LC nº 21/1998 e Res CPJ nº 008/2018	Crime	Capital	GUILHERME VIEIRA CASTRO	Remoção por A	18/09/2025	3.071/2025	05/06/2025	1.751/2025
86	1ª	3ª	Capital (Recife)	62º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital	LC nº 21/1998 e Res CPJ nº 006/2019	Crime	Capital	MARCELO GREENHAL GH DE CERQUEIRA LIMA E MORAES PENALVA SANTOS	Promoção por A	01/04/2021	766/2021	21/09/2019	1436/2013
87	1ª	3ª	Capital (Recife)	63º Promotor de Justiça Criminal	4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital	LC nº 21/1998 e Res CPJ nº 006/2019	Crime	Capital	SANDRA MARIA MESQUITA DE PAULA PESSOA LAPENDA	Promoção por M	01/02/2024	240/2024	05/01/2023	049/2023
88	1ª	3ª	Capital (Recife)	1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	1ª Vara da Infância e Juventude	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	HELOISA POLLYANNA BRITO DE FREITAS	Remoção por M	23/06/2006	493/2006	----	----
89	1ª	3ª	Capital (Recife)	2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	2ª Vara da Infância e Juventude	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	ANA MARIA MOURA MARANHÃO DA FONTE	Promoção por M	15/02/2002	Ato 7/2002	----	----
90	1ª	3ª	Capital (Recife)	3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	1ª Vara da Infância e Juventude	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	NUBIA MAURICIO BRAGA	Promoção por M	06/07/2004	368/2004	----	----
91	1ª	3ª	Capital (Recife)	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	2ª Vara da Infância e Juventude	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	NANCY TOJAL DE MEDEIROS	Promoção por A	10/08/2017	1506/2017	26//04/201 6	1027/2016
92	1ª	3ª	Capital (Recife)	5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Em todas as etapas dos procedime ntos especiais de apuração de práticas de atos infracionai s	Res- CPJ nº006/2011	Defesa da Cidadania	Capital	JOAO LUIZ DA FONSECA LAPENDA	Promoção por M	23/06/2006	486/2006	----	----

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

93	1ª	3ª	Capital (Recife)	6º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e acompanhamento das ações judiciais na tutela de direitos coletivos e difusos e em relação à política de atendimento das entidades que desenvolvem programas de execução de todas as medidas socioeducativas; realização de inspeções nas unidades de internação provisória, de internação e semiliberdade situadas no Recife e na sua Região Metropolitana, onde tenha atribuição legal, à exceção das localizadas no Cabo de Santo Agostinho, adotando as providências cabíveis; nos procedimentos especiais judiciais de execução de medida socioeducativa e de outras medidas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei e, nos demais feitos que tramitarem perante a Vara Regional da 1ª Circunscrição que não estejam relacionados a adolescentes em conflito com a lei	Res-CPJ nº005/2016	Defesa da Cidadania	Capital	ANDRÉA KARLA REINALDO DE SOUZA QUEIROZ	Promoção por A	26/04/2016	1030/2016	----	----
----	----	----	---------------------	---	--	--------------------	---------------------	---------	--	----------------	------------	-----------	------	------

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

94	1ª	3ª	Capital (Recife)	7º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa de Direitos Humanos	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	WESTEY CONDE Y MARTIN JUNIOR	Remoção por M	13/11/2004	661/2004	----	----
95	1ª	3ª	Capital (Recife)	8º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa de Direitos Humanos	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	MAXWELL ANDERSON DE LUCENA VIGNOLI	Promoção por M	04/07/2012	1148/2012	----	----
96	1ª	3ª	Capital (Recife)	9º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Tutela de Fundações, Entidades e Organizações Sociais	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	VAGO	Promoção por A	05/06/2025	1.752/2025	01/07/2025	2.115/2025
97	1ª	3ª	Capital (Recife)	10º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Tutela de Fundações, Entidades e Organizações Sociais	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	REGINA COELI LUCENA HERBAUD	Promoção por A	16/09/2021	2383/2021	26/04/2018	941/2018
98	1ª	3ª	Capital (Recife)	11º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa à Saúde	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	ELEONORA MARISE SILVA RODRIGUES	Remoção por permuta	01/10/2021	2298/2021	01/10/2021	2.298/2021
99	1ª	3ª	Capital (Recife)	12º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-Cultural	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	SÉRGIO GADELHA SOUTO	Promoção por M	05/01/2023	052/2023	29/05/2020	1141/2020
100	1ª	3ª	Capital (Recife)	13º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Meio Ambiente e Patrimônio Histórico-Cultural	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	IVO PEREIRA DE LIMA	Promoção por M	10/08/2017	1503/2017	11/06/2012	1182/2015
101	1ª	3ª	Capital (Recife)	14º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Patrimônio Público	LC nº 21/1998 - Res CPJ 014/2017	Defesa da Cidadania	Capital	NATÁLIA MARIA CAMPELO	Promoção por M	17/03/2022	647/2022	20/02/2020	391/2020
102	1ª	3ª	Capital (Recife)	15º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Patrimônio Público	LC nº 21/1998 - Res CPJ 014/2017	Defesa da Cidadania	Capital	HODIR FLAVIO GUERRA LEITÃO DE MELO	Promoção por M	20/02/2020	397/2020	26/09/2019	2439/2019
103	1ª	3ª	Capital (Recife)	16º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	MAVIAEL DE SOUZA SILVA	Promoção por A	23/06/2006	487/2006	----	----
104	1ª	3ª	Capital (Recife)	17º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	HELENA MARTINS GOMES E SILVA	Remoção A	06/02/2025	351/2025	05/12/2022	743/2023
105	1ª	3ª	Capital (Recife)	18º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	VAGO	Remoção por A	15/08/2001	Ato 071/2001	01/12/2022	2855/2022
106	1ª	3ª	Capital (Recife)	19º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	SOLON IVO DA SILVA FILHO	Remoção por Permuta	21/09/2013	1438/2013	----	----
107	1ª	3ª	Capital (Recife)	20º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Habituação e Urbanismo	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	Capital	MARIA LIZANDRA LIRA DE CARVALHO	Promoção por M	10/08/2017	1501/2017	13/11/2014	1708/2014
108	1ª	3ª	Capital (Recife)	21º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	1ª e 2ª Varas de Acidentes do Trabalho	LC nº 21/1998 - RES-CPJ Nº 11/2016	Defesa da Cidadania	Capital	VAGO	Promoção por A	20/10/2010	1269/2010	14/11/2011	1094/2014

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

109	1ª	3ª	Capital (Recife)	22º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Direito Humano à Educação	Res-CPJ nº002/2004	Defesa da Cidadania	Capital	SALOMÃO ABDO AZIZ ISMAIL FILHO	Remoção por permuta	01/10/2020	1740/2020	01/10/2020	1740/2020
110	1ª	3ª	Capital (Recife)	23º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Atuar em todas as etapas dos procedimentos especiais de apuração de práticas de atos infracionais	Res-CPJ nº006/2011	Defesa da Cidadania	Capital	LUIZ GUILHERME DA FONSECA LAPENDA	Promoção por A	18/03/2015	570/2015	----	----
111	1ª	3ª	Capital (Recife)	24º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Atuar em todas as etapas dos procedimentos especiais de apuração de práticas de atos infracionais	Res-CPJ nº006/2011	Defesa da Cidadania	Capital	FRANCISCO EDILSON DE SA JUNIOR	Remoção por M	18/09/2025	3.070/2025	05/06/2025	1.750/2025
112	1ª	3ª	Capital (Recife)	25º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Patrimônio Público	LC nº 21/1998 - Res. CPJ 002/2000 e Res CPJ 014/2017	Defesa da Cidadania	Capital	ANDRÉA MAGALHÃES PORTO OLIVEIRA	Promoção por A	01/08/2024	2..350/2024	01/12/2022	2858/2022
113	1ª	3ª	Capital (Recife)	26º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Patrimônio Público	LC nº 21/1998 - Res. CPJ 002/2000 e Res CPJ 014/2017	Defesa da Cidadania	Capital	JOSENILDO DA COSTA SANTOS	Remoção por A	01/04/2021	765/2021	07/02/2020	281/2020
114	1ª	3ª	Capital (Recife)	27º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Patrimônio Público	LC nº 21/1998 - Res CPJ 014/2017	Defesa da Cidadania	Capital	JOÃO ALVES DE ARAÚJO	Promoção por M	06/02/2025	355/2025	06/03/2024	558/2024
115	1ª	3ª	Capital (Recife)	28º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Direito Humano à Educação	Res-CPJ nº 02/2003	Defesa da Cidadania	Capital	FREDERICO JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA	Promoção por A	21/12/2023	3758/2023	01/12/2022	2857/2022
116	1ª	3ª	Capital (Recife)	29º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Direito Humano à Educação	Res- CPJ nº 02/2003	Defesa da Cidadania	Capital	GILKA MARIA DE ALMEIDA VASCONCELOS DE MIRANDA	Promoção por M	01/04/2021	767/2021	04/07/2012	1150/2012
117	1ª	3ª	Capital (Recife)	30º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos à Pessoa Idosa	Res-CPJ nº 004/2005	Defesa da Cidadania	Capital	LUCIANA MACIEL DANTAS FIGUEIREDO	Remoção por M	07/03/2007	394/2007	----	----
118	1ª	3ª	Capital (Recife)	31º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa da Função Social da Propriedade Rural	Res- CPJ nº01/2004	Defesa da Cidadania	Capital	VAGO	Remoção por A	13/11/2004	658/2004	01/12/2022	2856/2022
119	1ª	3ª	Capital (Recife)	32º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (Extrajudicial)	Res-CPJ nº002/2005	Defesa da Cidadania	Capital	ROSA MARIA SALVI DA CARVALHEIRA	Remoção por M	07/03/2006	181/2006	----	----
120	1ª	3ª	Capital (Recife)	33º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do	Res-CPJ nº002/2005	Defesa da Cidadania	Capital	JECQUELIN E GUILHERME AYMAR ELIHIMAS	Remoção por A	07/03/2006	182/2006	----	----



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					Adolescente (Extrajudicial)									
121	1ª	3ª	Capital (Recife)	34º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa à Saúde	Res- CPJ nº007/2006	Defesa da Cidadania	Capital	HELENA CAPELA GOMES CARNEIRO LIMA	Promoção por A	04/07/2012	1149/2012	----	----
122	1ª	3ª	Capital (Recife)	35º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Habitação e Urbanismo	Res- CPJ nº010/2006	Defesa da Cidadania	Capital	FERNANDA HENRIQUES DA NOBREGA	Promoção por A	17/03/2022	646/2022	31/01/2019	219/2019
123	1ª	3ª	Capital (Recife)	36º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Direito Humano ao Transporte na Região Metropolitana do Recife	Res- CPJ nº 010/2006	Defesa da Cidadania	Capital	LEONARDO BRITO CARIBÉ	Promoção por A	05/01/2023	053/2023	16/07/2020	1374/2020
124	1ª	3ª	Capital (Recife)	39º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e acompanhamento das ações judiciais e extrajudiciais na tutela de direitos coletivos e difusos e em relação à política de atendimento das entidades que desenvolvem programas de execução de todas as medidas socioeducativas; realização de inspeções nas unidades de internação provisória, de internação e semiliberdade situadas no Recife e na sua Região Metropolitana, onde tenha atribuição legal, à exceção das localizadas no Cabo de Santo Agostinho, adotando as providências cabíveis; na fiscalização da implantação da execução das medidas socioeduc	Res- CPJ nº 005/2016	Defesa da Cidadania	Capital	JOSÉ PAULO CAVALCANTI XAVIER FILHO	Remoção por M	17/03/2022	645/2022	04/11/2021	2960/2021

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					ativas dispostas no ECA; nos procedimentos especiais judiciais de execução de medidas socioeducativas e de outras medidas aplicadas ao adolescente e em conflito com a lei e nos demais feitos que tramitem perante a Vara Regional da 1ª Circunscrição que não estejam relacionados a adolescentes em conflito com a lei									
125	1ª	3ª	Capital (Recife)	41º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Atuar em todas as etapas dos procedimentos especiais de apuração de atos infracionais	Res- CPJ nº006/2011	Defesa da Cidadania	Capital	KATARINA MORAIS DE GUSMÃO	Remoção por M	04/07/2012	1150/2012		
126	1ª	3ª	Capital (Recife)	42º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Atuar em todas as etapas dos procedimentos especiais de apuração de atos infracionais	Res- CPJ nº006/2011	Defesa da Cidadania	Capital	MARIA IZAMAR CIRIACO PONTES	Promoção por M	21/12/2023	3759/2023	01/12/2022	2860/2022
127	1ª	3ª	Capital (Recife)	43º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Patrimônio Público	LC nº229/2013	Defesa da Cidadania	Capital	FABIANO DE MELO PESSOA	Promoção por M	21/12/2023	3757/2023	14/10/2021	2706/2021
128	1ª	3ª	Capital (Recife)	44º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa do Patrimônio Público	LC nº229/2013	Defesa da Cidadania	Capital	EPAMINONDAS RIBEIRO TAVARES	Promoção por A	05/01/2023	051/2023	20/02/2020	390/2020

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

129	1ª	3ª	Capital (Recife)	45º Promotor de Justiça Defesa da Cidadania da Capital	1 - Promover e acompanh ar as Ações judiciais e extrajudici ais na tutela de direitos coletivos e difusos e em relação à política de atendimen to das entidades que desenvolv em programas de execução de todas as MSE; 2 - Realizar inspeções nas unidades de internação provisória, de internação e semiliberd ade situadas no Recife e na sua Região Metropolit ana, onde tenha atribuição legal, à exceção das localizada s no Cabo de Santo Agostinho, adotando as providênci as cabíveis; 3 - Fiscalizar a implantaçã o da execução das medidas MSE dispostas no ECA. 4 - Funcionar nos procedime ntos especiais judiciais de execução das MSE e de outras medidas aplicadas ao adolescent e em conflito com a lei. 5 - Funcionar nos demais feitos que tramitem	LC nº 21/1998 - RES CPJ nº 005/2022	Defesa da Cidadania	Capital	DANIELA MARIA FERREIRA BRASILEIRO	Remoção por M	05/01/2023	048/2023		
-----	----	----	---------------------	---	---	--	------------------------	---------	--	------------------	------------	----------	--	--

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					perante a Vara Regional da 1ª Circunscrição e que não estejam relacionados a adolescentes em conflito com a lei.									
130	1ª	3ª	Capital (Recife)	Promotor de Justiça Especializado do Torcedor	Juizado Especial do Torcedor	LC nº230/2013	Geral	Capital	VAGO	Remoção por A	13/11/2014	1710/2014	22/10/2025	3.662/2025
131	1ª	3ª	Capital (Recife)	4º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	ERICKA GARMES PIRES VERAS	Promoção por M	23/04/2019	945/2019	04/07/2012	1151/2012
132	1ª	3ª	Capital (Recife)	5º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	VAGO	Promoção por A	25/01/2018	1451/2018	19/01/2024	-
133	1ª	3ª	Capital (Recife)	64º Promotor de Justiça Criminal da Capital	Vara de Execução s Penais da Capital (VEPEC)	Res-CPJ nº003/2023	Criminal	Capital	PATRICIA DE FATIMA OLIVEIRA TORRES	Remoção por M	21/12/2023	3761/2023	20/06/2019	1711/2019
134	1ª	3ª	Capital (Recife)	7º Promotor de Justiça Substituto da Capital	Comarca da Capital	Res-CPJ nº005/2014	Substituto	Capital	LILIANE JUBERT GOUVEIA FINIZOLA DA CUNHA	Promoção por M	04/07/2012	1146/2012	----	----
135	1ª	3ª	Capital (Recife)	8º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	VAGO	Promoção por A	11/06/2013	1764/2013	22/10/2025	3.664/2025
136	1ª	3ª	Capital (Recife)	10º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	RINALDO JORGE DA SILVA	Promoção por A	23/04/2018	944/2019	24/01/2012	348/2012
137	1ª	3ª	Capital (Recife)	46º Promotor de Justiça da Cidadania	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos à Pessoa Idosa	LC nº 21/1998 - RES CPJ 21/2024	Cidadania	Capital	ALEXANDRE FERNANDO SARAIVA DA COSTA	Promoção por A	06/02/2025	354/2025	25/01/2018	191/2018
138	1ª	3ª	Capital (Recife)	13º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	MARCIA BASTOS BALAZEIRO COELHO	Remoção por A	20/10/2022	2494/2022	21/09/2013	1437/2013
139	1ª	3ª	Capital (Recife)	14º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	VAGO	Promoção por M	25/01/2018	1452/2018	18/09/2025	3.071/2025
140	1ª	3ª	Capital (Recife)	15º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	Res-CPJ nº005/2011	Substituto	Capital	SHIRLEY PATRIOTA LEITE	Promoção por M	15/07/2009	881/2009	----	----
141	1ª	3ª	Capital (Recife)	16º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	Res-CPJ nº005/2011	Substituto	Capital	PAULA CATHERINE DE LIRA AZIZ ISMAIL	Remoção por M	20/10/2022	2495/2022	06/02/2015	330/2015
142	1ª	3ª	Capital (Recife)	14ª Promotor de Justiça Cível da Capital	13ª Vara de Família e Registro Civil da Capital	LC nº 21/1998 - Res-CPJ 006/2024	Cível	Capital	MARIA FABIANNA RIBEIRO DO VALE ESTIMA	Remoção por M	01/08/2024	2.344/2024	20/02/2020	393/2020
143	1ª	3ª	Capital (Recife)	18º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	ANDRE FELIPE BARBOSA DE MENEZES	Promoção por A	04/07/2012	1147/2012	----	----
144	1ª	3ª	Capital (Recife)	20º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	FLAVIO ROBERTO FALCAO PEDROSA	Promoção por A	04/07/2012	1145/2012	----	----
145	1ª	3ª	Capital (Recife)	22º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	TATIANA DE SOUZA LEAO ARAUJO ANTUNES	Promoção por M	15/02/2002	Ato 023/2002	----	----
146	1ª	3ª	Capital (Recife)	17ª Promotor de Justiça Cível	14ª Vara de Família e Registro Civil da Capital	LC nº 21/1998	Cível	Capital	MARIA DO SOCORRO SANTOS OLIVEIRA	Remoção por A	01/08/2024	2.345/2024	17/03/2022	644/2022



Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

147	1ª	3ª	Capital (Recife)	47º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital	Defesa dos Direitos Humanos com atuação nas Execuções Penais em todo Estado: Tutela coletiva extrajudicial e judicial dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade, incluindo a tutela coletiva do direito à saúde, à educação, à nutrição e à alimentação adequada, à assistência social, à assistência material e demais direitos assegurados às pessoas privadas de liberdade pelos instrumentos internacionais, pela Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Execução Penal e demais instrumentos normativos; Promoção de procedimentos investigatórios, Inquérito Civil e Ação Civil Pública, nos termos da Lei nº 7.347/85, para tutela dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade; Promoção de procedimento	LC nº 21/1998 - RES-CPJ 004/2025	Cidadania	Capital	IRENE CARDOSO SOUSA	Remoção por M	22/10/2025	3.663/2025	01/08/2024	2.346/2024
-----	----	----	---------------------	---	--	----------------------------------	-----------	---------	---------------------	---------------	------------	------------	------------	------------

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					administrativo para o acompanhamento e fiscalização, de forma continuada, de políticas públicas e instituições relativas às pessoas privadas de liberdade e ao sistema prisional estadual; bem como apuração de fatos que ensejam a tutela de interesses individuais indisponíveis das pessoas privadas de liberdade.									
148	1ª	3ª	Capital (Recife)	31º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	VAGO	Promoção por A	06/11/2013	1762/2013	05/01/2023	048/2023
149	1ª	3ª	Capital (Recife)	34º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	SELMA MAGDA PEREIRA BARBOSA BARRETO	Remoção por M	13/11/2014	1707/2014	----	----
150	1ª	3ª	Capital (Recife)	44º Promotor de Justiça Substituto	Comarca da Capital	LC nº 21/1998	Substituto	Capital	VAGO	Promoção por M	08/05/2002	Ato 070/2002	01/08/2024	2.344/2024
151	1ª	3ª	Petrolina	1º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara da Família e Registro Civil e Centro Judiciário de Soluções e Conflitos e Cidadania, ambas de Petrolina	Res-CPJ nº 011/2016 e RES CPJ nº 008/2019 (atuação CEJUSC)	Cível	2	ÉRICO DE OLIVEIRA SANTOS	Remoção por M	05/01/2023	055/2023	16/09/2021	2384/2021
152	1ª	3ª	Petrolina	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	LC nº 21/1998	Crime	2	BRUNO PEREIRA BENTO DE LIMA	Promoção por A	04/11/2021	2976/2021	20/02/2020	402/2020
153	1ª	3ª	Petrolina	1º Promotor de Justiça da Defesa da Cidadania	Vara Regional da Infância e Juventude da 18ª circunscrição judiciária. Defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais, seja homogêneos, seja indisponíveis	Res-CPJ nº 012/2018	Defesa da Cidadania	2	TANÚSIA SANTANA DA SILVA	Promoção por M	14/11/2018	2284/2018	12/07/2018	1596/2018
154	1ª	3ª	Petrolina	2º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara de Família e Registro Civil e Central de Conciliação, Mediação	Res-CPJ nº 001/2001 e 003/2014	Cível	2	IGOR DE OLIVEIRA PACHECO	Promoção por M	21/12/2023	3.764/2023	01/04/2021	773/2021

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					e Arbitragem									
155	1ª	3ª	Petrolina	2º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Crime	2	JULIANA PAZINATO	Remoção por M	30/11/2017	2320/2017	22/06/2017	1233/2017
156	1ª	3ª	Petrolina	2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Patrimônio Público e Social e Fundações e Entidades de Assistência Social	Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Defesa da Cidadania	2	CARLAN CARLO DA SILVA	Promoção por A	30/11/2017	2331/2017	22/06/2017	1223/2017
157	1ª	3ª	Petrolina	3º Promotor de Justiça Cível	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis, Vara da Fazenda Pública, 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis	Res-CPJ nº 011/2016	Cível	2	CINTIA MICAELLA GRANJA	Promoção por A	25/10/2018	2088/2018	09/05/2018	1014/2018
158	1ª	3ª	Petrolina	3º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal de Petrolina	Res-CPJ nº 001/2001 e nº 002/2014	Crime	2	BRUNO DE BRITO VIEGA	Promoção por A	23/04/2019	966/2019	14/11/2018	2277/2018
159	1ª	3ª	Petrolina	3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Cidadania (Idoso, Educação, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos, Habitação e Urbanismo). Meio Ambiente e Acidentes do Trabalho	Res-CPJ nº 011/2017	Defesa da Cidadania	2	ROSANE MOREIRA CAVALCANTI	Promoção por A	30/11/2017	2337/2017	10/08/2017	1502/2017
160	1ª	3ª	Petrolina	4º Promotor de Justiça Criminal	Vara Privativa do Juri	Res-CPJ nº 001/2001 e nº 011/2016	Crime	2	LUIZ MARCELO DA FONSECA FILHO	Promoção por M	05/01/2023	068/2023	20/10/2022	2499/2022
161	1ª	3ª	Petrolina	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Sonegação Fiscal, Consumidor e Saúde	Res-CPJ nº 011/2017	Defesa da Cidadania	2	ANA PAULA NUNES CARDOSO	Remoção por M	20/02/2020	402/2020	23/04/2019	954/2019
162	1ª	3ª	Petrolina	5º Promotor de Justiça Criminal	4ª Vara Regional de Execução Penal	LC nº 354/2017 e Res-CPJ nº 004/2017	Crime	2	JULIANA FALCÃO DE MESQUITA ABREU MARTINEZ	Promoção por A	05/06/2025	1.769/2025	06/02/2025	365/2025
163	1ª	3ª	Petrolina	5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Em todas as etapas dos procedimentos especiais de apuração de práticas de atos infracionais, inclusive execução da medida socioeducativa, relativos à Vara Regional da Infância e Juventude da 18ª circunscrição	LC nº 399/2018, Res-CPJ nº 012/2018	Defesa da Cidadania	2	ANA CLÁUDIA DE SENA CARVALHO	Remoção por A	23/04/2019	954/2019	02/01/2019	

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					ão judiciária									
164	1ª	3ª	Petrolina	6º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos de Petrolina	LC nº 354/2017 e Res-CPJ nº 004/2017	Crime	2	DJALMA RODRIGUES VALADARES	Remoção por A	22/06/2017	1234/2017		
165	1ª	3ª	Petrolina	7º Promotor de Justiça Criminal	Vara do Tribunal do Júri	Res-CPJ nº 006/2018	Crime	2	JAMILE FIGUEIROA SILVEIRA	Promoção por A	06/04/2023	1104/2023	05/01/2023	055/2023
166	1ª	3ª	Petrolina	8º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos de Petrolina	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Crime	2	LAURINEY REIS LOPES	Remoção por A	01/04/2021	773/2021		Cargo nunca provido
167	1ª	3ª	Petrolina	9º Promotor de Justiça Criminal	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Petrolina	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Crime	2	ALMIR OLIVEIRA DE AMORIM JÚNIOR	Remoção por A	01/04/2021	774/2021		Cargo nunca provido
168	1ª	3ª	Caruaru	10º Promotor de Justiça Criminal	4ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 002/2013	Crime	6	THEMES JACIARA MERGULHÃ O DA COSTA	Promoção por M	21/12/2023	3.768/2023	05/01/2023	054/2023
169	1ª	3ª	Caruaru	11º Promotor de Justiça Criminal	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de Caruaru	LC nº 354/2017 e Res-CPJ nº 004/2017	Crime	6	SARAH LEMONS SILVA	Promoção por A	17/03/2022	658/2022	10/07/2019	1810/2019
170	1ª	3ª	Caruaru	12º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Crime	6	HENRIQUE RAMOS RODRIGUES	Remoção por M	01/04/2021	775/2021		
171	1ª	3ª	Caruaru	1º Promotor de Defesa da Cidadania	Promoção e defesa dos direitos individuais , difusos e coletivos da Educação; atuação judicial das ações propostas pela 1ª Promotori a e na Vara da Infância e Juventude de Caruaru, excluídas as atribuições judiciais das 5ª e 7ª Promotori as de Cidadania de Caruaru.	Res-CPJ nº 010/2017 e Res. CPJ nº 001/2021 - RES-CPJ 006/2025	Defesa da Cidadania	6	ANTONIO ROLEMBER G FEITOSA JUNIOR	Promoção por A	08/01/2024	2.360/2024	21/12/2023	3757/2023
172	1ª	3ª	Caruaru	1º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara de Família e Registro Civil de Caruaru	Res-CPJ nº 009/2014 e Res-CPJ nº 001/2020	Cível	6	ANTÔNIO CARLOS ARAÚJO	Remoção por A	16/03/2000	Ato PGJ nº 020/2000 (Designação para antigo 4º PJ Cível de Caruaru, cargo transformad o em 2º PJ Cível de Caruaru pela Res- CPJ nº 004/2002. Após isso, o cargo de 2º PJ Cível foi transformad o em 1º PJ Cível pela Res-CPJ nº 009/2014)	----	----



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

173	1ª	3ª	Caruaru	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	6	LORENA DE MEDEIROS SANTOS	Remoção por M	05/06/2025	1.754/2025	06/02/2025	358/2025
174	1ª	3ª	Caruaru	2º Promotor de Defesa da Cidadania	Patrimônio Público, Fundação e Entidades Assistenciais	Res-CPJ nº 001/2008	Defesa da Cidadania	6	MARCUS ALEXANDRE TIEPPO RODRIGUES	Promoção por M	05/11/2014	1721/2014	----	----
175	1ª	3ª	Caruaru	2º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara de Família e Registro Civil de Caruaru	Res-CPJ nº 009/2014 e Res-CPJ nº 001/2020	Cível	6	VAGO	Promoção por M	11/08/1994	Ato PGJ nº 103/1994 (Designação para antigo 3º PJ Cível de Caruaru, cargo posteriormente transformado em 2º PJ Cível de Caruaru pela Res. CPJ 009/2014)	21/12/2023	3758/2023
176	1ª	3ª	Caruaru	2º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	6	EDEILSON LINS DE SOUSA JUNIOR	Promoção por A	22/06/2017	1221/2017	26/04/2016	1029/2016
177	1ª	3ª	Caruaru	3º Promotor de Defesa da Cidadania	Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo	Res-CPJ nº 001/2008	Defesa da Cidadania	6	JEANNE BEZERRA SILVA	Remoção por M	20/10/2022	2501/2022	01/04/2021	767/2021
178	1ª	3ª	Caruaru	3º Promotor de Justiça Cível	CEJUSC, Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória, 1ª e 2ª Vara da Fazenda Pública, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Vara Cível, todas de Caruaru	Res-CPJ nº 011/2016, RES CPJ nº 008/2019 (atuação CEJUSC) e RES CPJ 001/2020	Cível	6	VAGO	Promoção por A	29/07/2006	651/2006 (Designação para antigo 4º PJ Cível de Caruaru, cargo posteriormente renomeado para 3º PJ Cível de Caruaru pela Res-CPJ nº 009/2014)	27/01/2012	202/2012
179	1ª	3ª	Caruaru	3º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res-CPJ nº 004/2002 e Res. CPJ nº 001/2021	Crime	6	MARIANA CÂNDIDO SILVA	Promoção por A	05/01/2023	064/2023	01/04/2021	775/2021
180	1ª	3ª	Caruaru	4º Promotor de Defesa da Cidadania	Atuação na Defesa da Saúde e do Consumidor	Res-CPJ nº 009/2014	Defesa da Cidadania	6	SOPHIA WOLFOVITCH SPINOLA	Remoção por A	21/12/2023	3771/2023	28/11/2022	2.825/2022
181	1ª	3ª	Caruaru	4º Promotor de Justiça Criminal	Vara Privativa do Júri	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	6	JUANA VIANA OURIQUES DE OLIVEIRA	Promoção por A	06/04/2023	1106/2023	05/01/2023	058/2023
182	1ª	3ª	Caruaru	5º Promotor de Defesa da Cidadania	Promoção e defesa individuais, difusos e coletivos da criança e do adolescente; fiscalização das entidades de acolhimento institucional e atuação perante a Vara da Infância e Juventude de Caruaru	Res-CPJ nº 010/2017 e Res. CPJ nº 001/2021 - RES-CPJ 006/2025	Defesa da Cidadania	6	VAGO	Remoção por A	17/03/2022	651/2022	22/10/2025	3.668/2025

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					exclusiva mente nas ações propostas pela própria Promotori a.									
183	1ª	3ª	Caruaru	5º Promotor de Justiça Criminal	Vara Privativa do Júri	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	6	EDUARDO PIMENTEL DE VASCONCEL OS DE AQUINO	Promoção por A	17/03/2022	656/2022	23/04/2019	950/2019
184	1ª	3ª	Caruaru	6º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquérito	Res-CPJ nº 004/2002 e Res. CPJ nº 001/2021	Crime	6	GEORGE DIÓGENES PESSOA	Remoção por A	05/01/2023	054/2023	19/05/2021	1263/2021
185	1ª	3ª	Caruaru	6º Promotor de Justiça da Defesa da Cidadania	Atuação na Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Cidadania Residual	Res-CPJ nº 009/2014	Defesa da Cidadania	6	ITAPUAN DE VASCONCEL OS SOBRAL FILHO	Remoção por Permuta	02/01/2020	3399/2019	02/01/2020	3399/2019
186	1ª	3ª	Caruaru	7º Promotor de Justiça da Defesa da Cidadania	Em todas as etapas dos procedime ntos especiais de apuração de ato infracional, instrução e julgament o de práticas de atos infracionai s, na execução de medida socioeduc ativa, fiscalizaçã o das unidades da FUNASE e acompanh amento das ações decorrente s dessa fiscalizaçã o	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Defesa da Cidadania	6	OSCAR RICARDO DE ANDRADE NÓBREGA	Remoção por A	01/04/2021	776/2021		Cargo nunca provido
187	1ª	3ª	Caruaru	7º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquérito	Res-CPJ nº 004/2002 e Res. CPJ nº 001/2021	Crime	6	RHYZEANE ALAIDE CAVALCANTI DE MORAIS	Promoção por M	01/08/2024	2.356/2024	17/03/2022	647/2022
188	1ª	3ª	Caruaru	8º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Regional de Execução Penal	Res-CPJ nº 003/2011	Crime	6	FABIANO MORAIS DE HOLANDA BELTRÃO	Promoção por A	01/04/2021	781/2021	06/06/2019	1512/2019
189	1ª	3ª	Caruaru	9º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 002/2013	Crime	6	MARCELO TEBET HALFELD	Promoção por A	30/11/2017	2333/2017	22/06/2017	1235/2017
190	1ª	3ª	Olinda	10º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Lei 229/2013 - Res-CPJ nº 002/2013	Crime	9	FABIANA MACHADO RAIMUNDO DE LIMA	Promoção por M	05/01/2023	060/2023	14/11/2018	2275/2018
191	1ª	3ª	Olinda	11º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal de Olinda	Res-CPJ nº 006/2018	Crime	9	JOSE RAIMUNDO GONÇALVES DE CARVALHO	Remoção por A	14/11/2018	2276/2018		
192	1ª	3ª	Olinda	1º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara Cível e 3ª Vara de Família e registro Civil de Olinda	Res-CPJ nº 006/2018	Cível	9	TANIA ELIZABETE DE MOURA FELIZARDO	Promoção por M	22/05/1999	Ato PGJ nº 081/1999 (Designação para antigo 7º PJ Cível de Olinda, cargo renomeado pela Res-CPJ nº 001/2001)	----	----

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

193	1ª	3ª	Olinda	1º Promotor de Justiça Criminal	Vara do Tribunal do Júri	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	9	MARIA CAROLINA MIRANDA JUCÁ CAVALCANTI	Promoção por M	06/10/2011	1612/2011	----	----
194	1ª	3ª	Olinda	1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Infância e Juventude (Extrajudicial)	Res-CPJ nº 002/2016	Defesa da Cidadania	9	ALINE ARROXELAS GALVÃO DE LIMA	Promoção por M	05/11/2014	1723/2014	----	----
195	1ª	3ª	Olinda	2º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara Cível e 2º Vara da Família e Registro Civil	Res-CPJ nº 006/2018	Cível	9	ÉDIPO SOARES CAVALCANT E FILHO	Remoção por A	22/10/2025	3.664/2025	01/08/2024	2.348/2024
196	1ª	3ª	Olinda	2º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	9	VINICIUS COSTA E SILVA	Promoção por A	05/01/2023	063/2023	20/02/2020	397/2020
197	1ª	3ª	Olinda	2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Defesa do Consumidor e Saúde	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	9	MAISA SILVA MELO DE OLIVEIRA	Promoção por M	15/02/2014	275/2014	----	----
198	1ª	3ª	Olinda	3º Promotor de Justiça Cível	3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis, Vara de Sucessões e Registros Públicos e Central de Cartas de Ordem, Rogatória e Precatória de Olinda	Res-CPJ nº 006/2018	Cível	9	VAGO	Promoção por M	25/11/2010	1443/2010	01/02/2024	240/2024
199	1ª	3ª	Olinda	3º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	9	SORAYA CRISTINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO	Promoção por M	21/12/2023	3.763/2023	20/02/2020	395/2020
200	1ª	3ª	Olinda	3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	9	BELIZE CAMARA CORREIA	Remoção por Permuta	01/06/2016	1532/2016	----	----
201	1ª	3ª	Olinda	4º Promotor de Justiça Cível	1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública, 1ª Vara de Família e registro civil e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Olinda	Res-CPJ nº 006/2018 e RES CPJ nº 008/2019 (atuação CEJUSC)	Cível	9	FLÁVIO HENRIQUE SOUZA DOS SANTOS	Remoção por M	22/10/2025	3.665/2025	06/02/2025	353/2025
202	1ª	3ª	Olinda	4º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Criminal	LC nº 21/1998	Crime	9	HENRIQUETA DE BELLI LEITE DE ALBUQUERQUE	Promoção por A	25/11/2010	1446/2010	----	----
203	1ª	3ª	Olinda	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Defesa do Patrimônio Público	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	9	ANA MARIA SAMPAIO BARROS DE CARVALHO	Promoção por M	05/11/2014	1725/2014	----	----
204	1ª	3ª	Olinda	5º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res-CPJ nº 006/2018	Crime	9	DIEGO PESSOA COSTA REIS	Promoção por M	04/07/2012	1161/2012	----	----
205	1ª	3ª	Olinda	5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Tutela das Fundações e Entidades do Terceiro Setor e Direito à Educação	Res-CPJ nº 006/2018	Defesa da Cidadania	9	ANDREIA APARECIDA MOURA DE COUTO	Promoção por M	01/08/2024	2.359/2024	05/01/2023	052/2023

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

206	1ª	3ª	Olinda	6º Promotor de Justiça Criminal	Vara Privativa do Tribunal do Júri	LC nº 21/1998	Crime	9	MARIO LIMA COSTA GOMES DE BARROS	Promoção por M	22/06/2017	1220/2017		
207	1ª	3ª	Olinda	6º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Infância e Juventude (Judicial)	Res-CPJ nº 002/2016	Defesa da Cidadania	9	WESLEY ODEON TELES DOS SANTOS	Promoção por M	30/11/2017	2342/2017	07/09/2017	1696/2017
208	1ª	3ª	Olinda	7º Promotor de Justiça Criminal	Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Olinda	Res-CPJ nº 011/2016	Crime	9	FELIPE AKEL PEREIRA DE ARAÚJO	Promoção por M	14/11/2018	2282/2018	25/01/2018	1451/2018
209	1ª	3ª	Olinda	7º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Defesa do Idoso, Direitos Humanos e Cidadania Residual	Res-CPJ nº 006/2018	Defesa da Cidadania	9	MARIA CÉLIA MEIRELES DA FONSÊCA	Promoção por A	04/07/2012	1158/2012	----	----
210	1ª	3ª	Olinda	8º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res-CPJ nº 006/2018	Crime	9	TAYJANE CABRAL DE ALMEIDA	Promoção por A	01/08/2024	2.358/2024	20/10/2022	2498/2022
211	1ª	3ª	Olinda	9º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res-CPJ nº 006/2018	Crime	9	ISABEL DE LIZANDRA PENHA ALVES	Remoção por Permuta	14/07/2016	1712/2016	14/07/2016	1712/2016
212	1ª	3ª	Paulista	1º Promotor de Justiça Cível	1ª, 2ª e 4ª Varas Cíveis e 1ª Vara de Família	Res-CPJ nº 004/2002 e nº 005/2024	Cível	9	BIANCA CUNHA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE	Promoção por M	05/01/2023	065/2023	16/09/2021	2383/2021
213	1ª	3ª	Paulista	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 007/2016	Crime	9	ADEMILTON DAS VIRGENS CARVALHO LEITÃO	Promoção por A	23/04/2019	962/2019	14/11/2018	2273/2018
214	1ª	3ª	Paulista	1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Vara da Infância e Juventude	LC nº 21/1998	Defesa da Cidadania	9	RAFAELA MELO DE CARVALHO VAZ	Promoção por A	05/11/2014	1728/2014	----	----
215	1ª	3ª	Paulista	2º Promotor de Justiça Cível	3ª Vara Cível, Vara da Fazenda, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, 2ª Vara da Família e Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória	Res-CPJ nº 004/2002, RES CPJ nº 008/2019 (atuação CEJUSC) e nº 005/2024	Cível	9	JOÃO PAULO PEDROSA BARBOSA	Remoção por M	20/02/2020	398/2020	27/01/2012	207/2012
216	1ª	3ª	Paulista	2º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal das 1ª e 2ª Varas Criminais e Central de Inquéritos de Paulista (inclusive nos feitos extrajudiciais relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher e os feitos extrajudiciais relativos à	Res-CPJ nº 007/2016	Crime	9	VAGO	Remoção por M	04/07/2012	1169/2012	22/10/2025	3.669/2025

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					sonegação fiscal)									
217	1ª	3ª	Paulista	2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Patrimônio Público, Fundações e Entidades do terceiro setor	Res-CPJ nº 001/2013	Defesa da Cidadania	9	ALINE DANIELA FLORÊNCIO LARANJEIRA	Promoção por M	20/02/2020	410/2020	06/06/2019	1513/2019
218	1ª	3ª	Paulista	3º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal das 1ª e 2ª Varas Criminais e Central de Inquéritos de Paulista (inclusive nos feitos extrajudiciais relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher e os feitos extrajudiciais relativos à sonegação fiscal)	Res-CPJ nº 007/2016	Crime	9	MARCUS BRENER GUALBERTO DE ARAGÃO	Promoção por M	06/05/2025	1.766/2025	06/02/2025	356/2025
219	1ª	3ª	Paulista	3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa da Saúde e dos Direitos da Pessoa Idosa	Res-CPJ nº 001/2013	Defesa da Cidadania	9	CHRISTIANA RAMALHO LEITE CAVALCANT E	Promoção por M	25/11/2010	1457/2010	----	----
220	1ª	3ª	Paulista	4º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002 e nº 007/2016	Crime	9	CAMILA AMARAL DE MELO TEIXEIRA	Promoção por A	22/06/2017	1215/2017	18/03/2015	569/2015
221	1ª	3ª	Paulista	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural e Habitação e Urbanismo	Res-CPJ nº 004/2002 e nº 004/2015	Defesa da Cidadania	9	MIRELA MARIA IGLESIAS LAUPMAN	Promoção por M	18/03/2015	594/2015	----	----
222	1ª	3ª	Paulista	5º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002 e nº 007/2016	Crime	9	LIANA MENEZES SANTOS	Promoção por M	22/06/2017	1216/2017	18/03/2015	577/2015
223	1ª	3ª	Paulista	5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Promoção e Defesa dos direitos da Infância e Juventude	Res-CPJ nº 001/2013	Defesa da Cidadania	9	KAMILA RENATA BEZERRA GUERRA	Promoção por M	01/08/2024	2.361/2024	21/12/2023	3759/2023
224	1ª	3ª	Paulista	6º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Criminal de Paulista	Res-CPJ nº 14/2024	Crime	9	ALLISON DE JESUS CAVALCANTI DE CARVALHO	Remoção por M	14/11/2018	2273/2018		
225	1ª	3ª	Paulista	6º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Educação, Cidadania Residual e Consumidor	Res-CPJ nº 004/2015	Defesa da Cidadania	9	ELISA CADORE FOLETTO	Promoção por M	22/06/2017	1222/2017	26/04/2016	1030/2016
226	1ª	3ª	Paulista	7º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos, nos feitos de competência do Juizado Especial Criminal e da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, no combate à sonegação fiscal e controle	Res-CPJ nº 005/2018	Crime	9	JULIETA MARIA BATISTA PEREIRA DE OLIVEIRA	Remoção por A	14/11/2018	2274/2018		



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					da atividade policial									
227	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	10º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara do Tribunal do Juri	RES CPJ nº 010/2014	Crime	13	EMMANUEL CAVALCANTI PACHECO	Promoção por A	30/11/2017	2343/2017	07/09/2017	1699/2017
228	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	11º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara do Tribunal do Júri	RES CPJ nº 010/2014	Crime	13	FABIANA VIRGINIO PATRIOTA TAVARES	Permuta	24/05/2016	1383/2016 (Permuta de Dr. Marcelo Greenhalg e Fabiana Patriota, entre a 1ª PJ Ribeirão e a 11ª Criminal de Jaboatão dos Guararapes)	----	----
229	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	12º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	RES CPJ nº 011/2018	Crime	13	GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS KERSHAW	Promoção por M	29/08/2024	2.620/2024	01/08/2024	2.349/2024
230	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	1º Promotor de Justiça Cível	1ª e 6ª Varas Cíveis, 1ª Vara de Família e Registro Civil e Central Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, todas de Jaboatão dos Guarape s	RES CPJ nº 011/2018 e RES CPJ nº 008/2019 (atuação CEJUSC)	Cível	13	HUGO EUGÊNIO FERREIRA GOUVEIA	Promoção por A	05/06/2025	1.767/2025	06/02/2025	357/2025
231	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara do Tribunal do Júri	LC nº 21/1998 e RES CPJ nº 010/2014	Crime	13	FABIANA DE SOUZA SILVA ALBUQUER QUE	Promoção por A	25/01/2018	195/2018	30/11/2017	2316/2017
232	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Em todas as etapas dos procedime ntos especiais de apuração de ato infracional, instrução e julgament o de práticas de atos infracionai s e na execução de medida sócio-educ ativa.	RES CPJ nº 011/2018	Defesa da Cidadania	13	MARIA DE FÁTIMA DE MOURA FERREIRA	Promoção por M	04/04/2013	606/2013	----	----
233	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	2º Promotor de Justiça Cível	4ª Vara Cível, 4ª Vara de Família e Registro Civil e 1ª e 2ª Varas de Fazenda Pública	RES CPJ nº 011/2018	Cível	13	PATRICIA FERREIRA WANDERLE Y DE SIQUEIRA GOLDING	Promoção M	06/02/2025	372/2025	29/08/2024	2.618/2024
234	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	2º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal por Distribuiçã o e Sonegaçã o Fiscal	Portaria POR-PGJ nº 184/2000 e Res CPJ nº 004/2002	Crime	13	CAMILA MENDES DE SANTANA COUTINHO	Promoção por M	22/10/2025	3.669/2025	05/06/2025	1.753/2025
235	1ª	3ª	Jaboatão dos Guarape s	2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Consumid or e Saúde	LC nº 21/1998, Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Defesa da Cidadania	13	MILENA CONCEIÇÃO REZENDE MASCAREN HAS SANTOS	Promoção por A	05/11/2014	1726/2014	----	----

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

236	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	3º Promotor de Justiça Cível	2ª e 5ª Varas Cíveis e 2ª Vara de Família e Registro Civil e Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória	RES CPJ nº 007/2024	Cível	13	FERNANDA ARCOVERDE CAVALCANTI NOGUEIRA	Remoção por Permuta	01/06/2016	1532/2016	----	----
237	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	3º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal por Distribuição	RES CPJ nº 004/2002	Crime	13	CAROLINA MACIEL DE PAIVA	Promoção por M	15/02/2014	279/2014	----	----
238	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural e Urbanismo	RES CPJ nº 010/2014	Defesa da Cidadania	13	ZÉLIA DINÁ CARVALHO NEVES	Promoção por A	18/03/2015	588/2015	----	----
239	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	4º Promotor de Justiça Cível	3ª e 7ª Varas Cíveis, 3ª Vara da Família e Registro Civil e Vara de Sucessões e Registros Públicos	RES CPJ nº 007/2024	Cível	13	CLÁUDIA RAMOS MAGALHÃES	Remoção por A	23/04/2019	946/2019	03/08/2009	881/2009
240	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	4º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Criminal	RES CPJ nº 004/2002	Crime	13	DIEGO ALBUQUERQUE TAVARES	Promoção por M	20/02/2020	408/2020	23/04/2019	947/2019
241	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Patrimônio Público	RES CPJ nº 004/2002	Defesa da Cidadania	13	ANA LUIZA PEREIRA DA SILVEIRA	Promoção por M	22/12/2011	1944/2011	----	----
242	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	5º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara do Tribunal do Júri	RES CPJ nº 010/2014	Crime	13	DANIEL CEZAR DE LIMA VIEIRA	Remoção por M	05/06/2025	1.757/2025	06/02/2025	362/2025
243	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Atribuição extrajudicial concorrente na promoção e defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis da criança e do adolescente, e atuação judicial concorrente e na Vara da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes, exceto na instrução e julgamento de ações de apuração de ato infracional e execução de medida socioeducativa;	RES CPJ nº 001/2022	Defesa da Cidadania	13	DILIANI MENDES RAMOS	Remoção por A	17/03/2022	649/2022	23/04/2019	949/2019

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					Fiscalização de entidades de acolhimento institucional. Fiscalização da atuação e do processo de escolha dos Conselhos Tutelares de Jaboatão dos Guararapes.									
244	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	6º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal	RES CPJ nº 010/2014	Crime	13	JOSE FRANCISCO BASÍLIO DE SOUZA DOS SANTOS	Promoção por A	30/11/2017	2341/2017	10/08/2017	1507/2017
245	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	6º Promotor de Justiça da Cidadania	Educação, Idoso, Grupos em Situação de Vulnerabilidade, Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Público e dos Direitos Humanos não específica dos nas atribuições dos demais cargos.	RES CPJ nº 010/2014	Defesa da Cidadania	13	ISABELA RODRIGUES BANDEIRA CARNEIRO LEÃO	Promoção por M	25/11/2010	1459/2010	----	Cargo nunca provido
246	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	7º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	RES CPJ nº 010/2014	Crime	13	ERIKA SAMPAIO CARDOSO KRAYCHETE	Promoção por A	05/04/2013	605/2013	----	----
247	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararapes	7º Promotor de Justiça da Cidadania	Atribuição extrajudicial concorrente na promoção e defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis da criança e do adolescente, e atuação judicial concorrente e na Vara da Infância e Juventude de Jaboatão dos Guararapes, exceto na instrução e julgamento de ações de apuração de ato infracional	RES CPJ nº 001/2022	Defesa da Cidadania	13	TATHIANA BARROS GOMES	Remoção por M	23/04/2019	957/2019	01/02/2019	Cargo nunca provido

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 3ª ENTRANCIA

					e execução de medida socioeduc ativa; Fiscalizaç ão de entidades de acolhiment o institucion al; Fiscalizaç ão da atuação e do processo de escolha dos Conselhos Tutelares de Jaboatão dos Guararape s.									
248	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararape s	8º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	RES CPJ nº 010/2014	Crime	13	DANIEL GUSTAVO MENEGUZ MORENO	Promoção por M	05/01/2023	062/2023	20/02/2020	396/2020
249	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararape s	9º Promotor de Justiça Criminal	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher	RES CPJ nº 002/2013	Crime	13	SÍLVIA AMÉLIA DE MELO OLIVEIRA	Promoção por A	22/10/2025	3.668/2025	05/06/2025	1.752/2025
250	1ª	3ª	Caruaru	13º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 e RES CPJ 15/2024	Crime	6	ANA PAULA SANTOS MARQUES	Remoção por A	06/02/2025	358/2025	14/06/2024	-
251	1ª	3ª	Jaboatão dos Guararape s	13º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 19/2024	Crime	13	IZABELA MARIA LEITE MOURA DE MIRANDA	Remoção por A	06/02/2025	362/2025	14/06/2024	-
252	1ª	3ª	Petrolina	10º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 28/2024	Crime	2	JÚLIO CÉSAR SOARES LIRA	Remoção por A	06/02/2025	365/2025	14/06/2024	-

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

nº	Instância	Entrância	Município	Cargo	Atuação	Lei/Ato de definição de atribuição	Atribuição	Circun-scrição	Promotor de Justiça	Causa do Último Provimento	Data do último provimento	Portaria do Último Provimento	Data Vacância	Portaria de vacância
1	1ª	2ª	Araripina	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Cível de Araripina, Defesa das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e Urbanismo	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 184/2000 e Res. CPJ nº 001/2021	Cível	1	OTÁVIO MACHADO DE ALENCAR	Remoção por A	29/08/2024	2.622/2024	01/08/2024	2.351/2024
2	1ª	2ª	Araripina	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Cível de Araripina, Defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 184/2000 e Res. CPJ nº 001/2021	Cível	1	FABIO DE SOUSA CASTRO	Remoção por M	16/05/2019	1296/2019	23/04/2019	958/2019
3	1ª	2ª	Araripina	3º Promotor de Justiça	Vara Criminal de Araripina	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Crime	1	GUILHERME GOULART SOARES	Promoção por A	22/10/2025	3.676/2025	23/06/2025	2.565/2025
4	1ª	2ª	Ouricuri	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Curadorias Extrajudiciais: Defesa dos Direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e Urbanismo	LC nº 21/1998 e RES CPJ 13/2024	Geral	1	MANOEL DIAS DA PURIFICAÇÃO NETO	Promoção por M	11/10/2018	2064/2018	25/01/2018	193/2018
5	1ª	2ª	Ouricuri	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Curadorias Extrajudiciais: Defesa dos Direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso	LC nº 21/1998 e RES CPJ 13/2024	Geral	1	LÚCIO LUIZ DE ALMEIDA NETO	Remoção C	03/08/2023	2238/2023	20/02/2020	401/2020
6	1ª	2ª	Salgueiro	2º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - 1ª Vara Cível de Salgueiro e CEJUSC Atividades Extrajudiciais - Patrimônio Público, Consumidor, Fundações, Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo	LC nº 21/1998 e Res. CPJ 004/2024	Geral	1	NARA THAMYRES BRITO GUIMARÃES ALENCAR	Promoção por A	01/08/2024	2.355/2024	01/04/2021	774/2021
7	1ª	2ª	Salgueiro	3º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - 2ª Vara Cível de Salgueiro e CEJUSC Atividades Extrajudiciais - Infância e Juventude, Saúde, Educação, Idoso e Direitos Humanos	LC nº 21/1998 e Res. CPJ 004/2024	Geral	1	JAIRO JOSE DE ALENCAR SANTOS	Promoção por A	01/04/2021	779/2021	14/11/2018	2271/2018



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

8	1ª	3ª	Salgueiro	1º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - Vara Criminal de Salgueiro Atividades Extrajudiciais - Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial	LC nº 21/1998 e Res. CPJ 004/2024	Crime	1	DIÓGENES LUCIANO NOGUEIRA MOREIRA	Remoção por A	15/07/2021	1743/2021	01/04/2021	769/2021
9	1ª	3ª	Afogados da Ingazeira	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Curadorias Extrajudiciais: Cidadania, Patrimônio Público e Social, Fundações e Entidades de Assistência Social e Sonegação Fiscal	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Geral	3	VAGO	Promoção por A	05/06/2025	1.763/2025	22/10/2025	3.675/2025
10	1ª	3ª	Afogados da Ingazeira	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Curadorias Extrajudiciais: Meio Ambiente, Consumidor e Acidentes de Trabalho	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Geral	3	DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA	Promoção por A	01/02/2024	241/2024	20/10/2022	2502/2022
11	1ª	2ª	Afogados da Ingazeira	3º Promotor de Justiça	Vara Criminal de Afogados da Ingazeira	RES-CPJ 11/2016 de 22/11/2016	Crime	3	ROMERO TADEU BORJA DE MELO FILHO	Promoção por A	29/08/2024	2.619/2024	21/12/2023	3772/2023
12	1ª	2ª	São José do Egito	1º Promotor de Justiça	1ª Vara	LC nº 21/1998 e RES CPJ nº 004/2017	Geral	3	AURINILTON LEÃO CARLOS SOBRINHO	Promoção por A	23/04/2019	964/2019	14/11/2018	2270/2018
13	1ª	2ª	São José do Egito	2º Promotor de Justiça	2ª Vara	LC nº 354/2017 e Res-CPJ nº 004/2017	Geral	3	VAGO	Remoção por A	18/09/2025	3.079/2025	22/10/2023	3.673/2025
14	1ª	2ª	Sertânia	1º Promotor de Justiça	1ª Vara, Patrimônio Público, Meio Ambiente, Consumidor, Habitação e Urbanismo, Fundações e Combate à Sonegação Fiscal	LC nº 21/1998 e RES CPJ 23/2024	Geral	3	ANDRÉ JACINTO DE ALMEIDA NETO	Promoção A	06/02/2025	369/2025	05/01/2023	056/2023
15	1ª	2ª	Sertânia	2º Promotor de Justiça	2ª Vara, Saúde, Educação, Idoso, Infância e Juventude, Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial	LC nº 354/2017 e RES-CPJ 23/2024	Geral	3	THIAGO BARBOSA BERNARDO	Remoção por A	22/10/2025	3.675/2025	18/09/2025	3.078/2025
16	1ª	2ª	Arcoverde	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Cível, Defesa do consumidor, saúde e cidadania residual	Res CPJ nº 012/2018	Geral	4	CICERO BARBOSA MONTEIRO JUNIOR	Remoção por M	17/03/2022	654/2022	16/09/2021	2385/2021
17	1ª	2ª	Arcoverde	2º Promotor de Justiça	Vara Regional da Infância e Juventude da 14ª Circunscrição Judiciária, Defesa da educação e dos direitos da Infância e Juventude	Res CPJ nº 012/2018	Geral	4	VAGO	Remoção por M	01/04/2021	769/2021	22/10/2025	3.672/2025
18	1ª	2ª	Arcoverde	3º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 1ª Vara Criminal, Curadorias Extrajudiciais: Sonegação Fiscal	RES CPJ 24/2024	Geral	4	MAURÍCIO SCHIBUOLA DE CARVALHO	Remoção por M	22/10/2025	3.674/2025	18/09/2025	3.077/2025

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

19	1ª	2ª	Arcoverde	4º Promotor de Justiça	2ª Vara Cível, Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Público e Fundações	LC nº 399/2018, Res CPJ nº 012/2018	Geral	4	EDSON DE MIRANDA CUNHA FILHO	Promoção por A	05/01/2023	066/2023	17/03/2022	653/2022
20	1ª	2ª	Arcoverde	5º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 2ª Vara Criminal, Curadorias Extrajudiciais: Controle Externo da Atividade Policial	LC nº 487/2022 - RES CPJ 24/2024	Geral	4	JOANA TURTON LOPES	Promoção por A	29/08/2024	2.621/2024	01/08/2024	2.353/2024
21	1ª	3ª	Belo Jardim	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Curadorias Extrajudiciais: Cidadania, Patrimônio Público e Social, Fundações e Entidades de Assistência Social e Sonegação Fiscal	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Geral	4	MARCELO RIBEIRO HOMEM	Remoção por A	01/08/2024	2.351/2024	09/02/2023	563/2023
22	1ª	3ª	Belo Jardim	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Curadorias Extrajudiciais: Meio Ambiente, Consumidor e Acidentes de Trabalho	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Geral	4	ADRIANA CECILIA LORDELO WLUDARSKI	Remoção por A	01/08/2024	2.353/2024	21/12/2023	3771/2023
23	1ª	3ª	Belo Jardim	3º Promotor de Justiça	Vara Criminal de Belo Jardim, bem como para atuação extrajudicial no combate à sonegação fiscal e controle externo da atividade policial	LC nº 354/2017 e Res-CPJ nº 004/2017	Crime	4	HIGOR ALEXANDRE ALVES DE ARAÚJO	Remoção por A	18/09/2025	3.077/2025	05/06/2025	1.756/2025
24	1ª	3ª	Pesqueira	1º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 1ª Vara Cível e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Curadorias Extrajudiciais: Defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e Urbanismo.	LC nº 21/1998 e Res-CPJ 008/2024	Cível	4	SÉRGIO ROBERTO ALMEIDA FELICIANO	Remoção por A	21/12/2023	3770/2023	20/10/2022	2501/2022
25	1ª	2ª	Pesqueira	2º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 2ª Vara Cível. Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Curadorias Extrajudiciais: Defesa dos Direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso.	LC nº 21/1998 e Res-CPJ 008/2024	Cível	4	VINÍCIUS HENRIQUE CAMPOS DA COSTA	Remoção por M	06/02/2025	366/2025	01/08/2024	2.350/2024

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

26	1ª	2ª	Pesqueira	Promotor de Justiça Criminal	Atribuições Judiciais: Vara Criminal Curadorias Extrajudiciais: Combate à Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial	LC 229/2013 e Res-CPJ 008/2024	Crime	4	DENIS RENATO DOS SANTOS CRUZ	Promoção por M	05/06/2025	1.770/2025	06/02/2025	366/2025
27	1ª	2ª	São Bento do Una	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	4	MARCIO JOSÉ DA SILVA FREITAS	Remoção por A	22/10/2025	3.673/2025	18/09/2025	3.076/2025
28	1ª	2ª	Bom Conselho	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	ALEXANDRE AUGUSTO BEZERRA	Remoção por M	20/02/2020	400/2020	30/11/2017	2317/2017
29	1ª	2ª	Canhotinho	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	ROMUALDO SIQUEIRA FRANÇA	Promoção por A	25/11/2010	1460/2010	----	----
30	1ª	2ª	Garanhuns	1º Promotor de Justiça Cível	1ª, 2ª e 3ª Varas Cíveis e Vara da Fazenda Pública	Res-CPJ nº 011/2016	Cível	5	STANLEY ARAUJO CORREIA	Promoção por A	23/11/2010	1450/2010	----	----
31	1ª	2ª	Garanhuns	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	5	CARLOS HENRIQUE TAVARES ALMEIDA	Promoção por M	16/09/2021	2389/2021	15/07/2021	1742/2021
32	1ª	2ª	Garanhuns	1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Saúde, consumidor, meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, habitação, urbanismo e cidadania residual	Res-CPJ nº 002/2013	Defesa da Cidadania	5	DOMINGOS SÁVIO PEREIRA AGRA	Remoção por M	15/07/2021	1741/2021	20/02/2020	400/2020
33	1ª	2ª	Garanhuns	2º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara de Família e Registro Civil e Central Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, ambas de Garanhus	Res-CPJ nº 011/2016 e RES CPJ nº 008/2019 (atuação CEJUSC)	Cível	5	FRANCISCO DIRCEU BARROS	Remoção por M	05/06/2025	1.755/2025	06/02/2025	360/2025
34	1ª	2ª	Garanhuns	2º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	Res-CPJ nº 004/2002	Crime	5	JORGE GONCALVES DANTAS JUNIOR	Remoção por M	18/09/2025	3.076/2025	05/06/2025	1.755/2025
35	1ª	2ª	Garanhuns	2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Patrimônio público e social, fundações e entidades de interesse social, educação e idoso	Res-CPJ nº 002/2013 e Res-CPJ nº 004/2021	Defesa da Cidadania	5	BRUNO MIQUELLO GOTTARDI	Remoção por A	17/03/2022	653/2022	15/07/2021	1741/2021
36	1ª	2ª	Garanhuns	3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Garanhus	Curadoria extrajudicial da infância e juventude e Vara da Infância e Juventude de Garanhus	Res-CPJ nº 004/2002 e Res-CPJ nº 004/2021	Defesa da Cidadania	5	LARISSA DE ALMEIDA MOURA ALBUQUERQUE	Promoção por M	06/04/2023	1107/2023	05/01/2023	059/2023
37	1ª	2ª	Garanhuns	3º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal	Res-CPJ nº 004/2002 e Res. CPJ nº 001/2021	Crime	5	FRANCISCA MAURA FARIAS BEZERRA SANTOS	Promoção por A	26/02/1992	Ato PGJ nº 008/1992 (Designação para antigo 5º PJ Cível de Garanhus, cargo posteriormente renomeado para 3º PJ Criminal pela Res-CPJ nº 004/2002)	----	----
38	1ª	2ª	Garanhuns	3º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara de Família e Registro Civil, Juizado Especial Cível e Colégio Recursal	LC nº 354/2017, Res-CPJ nº 004/2017 e Res-CPJ nº 004/2021	Cível	5	MARIA APARECIDA ALCÂNTARA SIEBRA	Remoção por A	30/11/2017	2317/2017		

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

39	1ª	2ª	Garanhuns	4º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	Res-CPJ nº 002/2013	Crime	5	MARINALVA SEVERINA DE ALMEIDA	Remoção por A	05/01/2023	059/2023	22/07/2022	1556/2023
40	1ª	2ª	Garanhuns	5º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal de Garanhuns	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Crime	5	WELSON BEZERRA DE SOUSA	Remoção por A	15/07/2021	1742/2021	01/03/2021	
41	1ª	2ª	Altinho	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	VAGO	Remoção por Permuta	20/12/1997	141/1997	21/12/2023	3760/2023
42	1ª	2ª	Bezerros	1º Promotor de Justiça	1ª Vara	LC nº 21/1998	Geral	6	FÁBIO HENRIQUE CAVALCANTI ESTEVAM	Promoção por M	17/03/2022	655/2022	30/11/2017	2325/2017
43	1ª	2ª	Bezerros	2º Promotor de Justiça	2ª Vara	LC nº 21/1998	Geral	6	CRISLEY PATRICK TOSTES	Promoção por M	21/12/2023	3.766/2023	05/01/2023	050/2023
44	1ª	2ª	Panelas	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	FILIFE WESLEY LEANDRO PINHEIRO DA SILVA	Promoção por M	30/11/2017	2334/2017	22/06/2017	1225/2017
45	1ª	2ª	Santa Cruz do Capibaribe	1º Promotor de Justiça Cível	Atribuições judiciais junto à 3ª Vara Cível e aos processos de numeração ímpar da Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem; Curadorias Extrajudiciais: Infância e Juventude, Educação, Saúde e Idoso.	Res-CPJ nº 007/2014	Geral	6	TIAGO SALES BOULHOSA GONZALEZ	Remoção por A	05/01/2023	056/2023	17/03/2022	648/2022
46	1ª	2ª	Santa Cruz do Capibaribe	1º Promotor de Justiça Criminal	Atribuições judiciais junto à Vara Criminal, nos processos de numeração ímpar, inclusive de competência do Tribunal do Júri; Curadorias Extrajudiciais: crimes contra a ordem tributária e no controle externo da atividade policial	Res-CPJ nº 007/2014	Geral	6	ANDRÉ ÂNGELO DE ALMEIDA	Remoção por A	01/04/2021	768/2021	21/09/2013	1429/2013
47	1ª	2ª	Santa Cruz do Capibaribe	2º Promotor de Justiça Cível	Atribuições judiciais junto à 1ª e 2ª Varas Cíveis, Vara da Fazenda Pública, Juizado Especial Cível e aos processos de numeração par da Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem; Curadorias Extrajudiciais: Patrimônio Público e Social, Fundações, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Consumidor e Cidadania Residual	LC 73/2005 e Res-CPJ nº 007/2014	Cível	6	ARIANO TERCIO SILVA DE AGUIAR	Promoção por A	20/02/2020	409/2020	23/04/2019	953/2019

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

48	1ª	2ª	Santa Cruz do Capibaribe	2º Promotor de Justiça Criminal	Atribuições judiciais junto à Vara Criminal, nos processos de numeração par, inclusive de competência do Tribunal do Júri; Curadorias Extrajudiciais: crimes contra a ordem tributária e controle externo da atividade policial	LC 229/2013 e Res-CPJ nº 007/2014	Geral	6	IRON MIRANDA DOS ANJOS	Remoção por A	21/09/2013	1420/2013	----	----
49	1ª	2ª	São Caetano	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	JOÃO PAULO CARVALHO DOS SANTOS	Remoção por A	18/09/2025	3.075/2025	05/06/2025	1.754/2025
50	1ª	2ª	Água Preta	1º Promotor de Justiça	Atuação perante pelo menos um órgão jurisdicional (1ª Vara) e na defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor, Habitação e Urbanismo e Sonegação Fiscal.	LC nº 21/1998, Res CPJ 007/2023	Geral	7	WITALO RODRIGO DE LEMOS VASCONCELOS	Remoção por A	05/06/2025	1.756/2025	06/02/2025	361/2025
51	1ª	2ª	Água Preta	2º Promotor de Justiça	Atuação perante pelo menos um órgão jurisdicional (2ª Vara) e na defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação, Pessoa Idosa e Controle externo da atividade policial.	LC nº 21/1998, Res CPJ 007/2023	Geral	7	JOÃO VICTOR DA GRAÇA CAMPOS SILVA	Promoção por M	01/08/2024	2.354/2024	01/04/2021	770/2021
52	1ª	2ª	Catende	1º Promotor de Justiça	1ª Vara	LC nº 21/1998	Geral	7	ROMULO SIQUEIRA FRANCA	Promoção por A	06/09/1996	66/1996	----	----
53	1ª	2ª	Palmares	1º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara Cível, Juizado Especial Cível, Curadorias: Pessoa Idosa e Direitos Humanos e Registro Civil	LC nº 21/1998 - RES CPJ 20/2024	Cível	7	CAROLINA DE MOURA CORDEIRO PONTES	Promoção por M	18/03/2015	589/2015	----	----
54	1ª	2ª	Palmares	2º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara Cível e Juizado Especial Cível, Curadorias: Defesa do Patrimônio Público e Fundações, Consumidor, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo	LC nº 21/1998, Res-CPJ nº 002/2023 - RES CPJ 20/2024	Cível	7	REGINA WANDERLEY LEITE DE ALMEIDA	Promoção por M	23/04/2019	967/2019	14/11/2018	2278/2018
55	1ª	2ª	Palmares	3º Promotor de Justiça Cível	3ª Vara Cível e Regional da Infância e Juventude, CEJUSC, Juizado Especial Cível, Curadorias:	LC nº 21/1998 - RES CPJ 20/2024	Cível	7	MICHEL DE ALMEIDA CAMPELO	Remoção por M	22/10/2025	3.672/2025	18/09/2025	3.075/2025



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

					Direitos da Infância e Juventude, Saúde e Educação									
56	1ª	2ª	Palmares	2º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal e Juizado Especial Criminal, Curadoria: Combate à Sonegação Fiscal	LC nº 21/1998, Portaria POR- PGJ nº 184/2000 - RES CPJ 20/2024	Crime	7	IGOR HOLMES DE ALBUQUERQUE	Promoção por A	15/07/2021	1744/2021	01/04/2021	771/2021
57	1ª	2ª	Barreiros	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	8	JULIO CESAR CAVALCANTI ELIHIMAS	Remoção por A	23/04/2019	952/2019	14/11/2018	2272/2018
58	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	1º Promotor de Justiça Cível	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis CEJUSC	Res-CPJ nº 03/2025	Cível	8	BRUNO MELQUIADES DIAS PEREIRA	Remoção por A	14/11/2018	2269/2018	04/07/2012	1166/2012
59	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal, extrajudicial no controle externo da atividade policial	Res-CPJ nº 004/2002 - RES CPJ 26/2024	Crime	8	HENRIQUE DO REGO MACIEL SOUTO MAIOR	Promoção por M	25/01/2018	194/2018	30/11/2017	2322/2017
60	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	1º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Infância e Juventude (extrajudicial) e Educação (extrajudicial)	Res-CPJ nº 03/2025	Defesa da Cidadania	8	MANOELA POLIANA ELEUTÉRIO DE SOUZA	Promoção por M	23/04/2019	963/2019	14/11/2018	2274/2018
61	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	5º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Curadorias da Saúde e do Consumidor	Res-CPJ nº 03/2025	Cível	8	VANESSA CAVALCANTI DE ARAÚJO	Remoção por M	18/09/2025	3.072/2025	05/11/2014	1711/2014
62	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	2º Promotor de Justiça Criminal	Vara Regional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, extrajudicial no controle externo da atividade policial relacionado a temática de violência doméstica e familiar contra mulher.	Res-CPJ nº 011/2016 e RES CPJ 003/2020 - RES CPJ 26/2024	Crime	8	FREDERICO GUILHERME DA FONSECA MAGALHÃES	Remoção por M	22/10/2025	3.671/2025	18/09/2025	3.072/2025
63	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	2º Promotor de Justiça da Cidadania	Vara da Fazenda Pública Curadoria do Patrimônio Público e do Terceiro Setor	Res-CPJ nº 03/2025	Defesa da Cidadania	8	ALICE DE OLIVEIRA MORAIS	Promoção por M	04/07/2012	1159/2012	----	----
64	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	3º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal e extrajudicial no controle externo da atividade policial	Res-CPJ nº 004/2002 - RES CPJ 26/2024	Crime	8	DANIELLE BELGO DE FREITAS	Remoção por A	01/04/2021	772/2021	23/04/2019	946/2019
65	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	3º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Curadoria do Idoso, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo	Res-CPJ nº 03/2025	Defesa da Cidadania	8	EVÂNIA CINTIAN DE AGUIAR PEREIRA	Promoção por A	23/04/2019	961/2019	30/11/2017	2315/2017
66	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	4º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal e extrajudicial no Controle Externo da Atividade Policial	Res-CPJ nº 011/2016 e RES CPJ 003/2020 - RES CPJ 26/2024	Crime	8	VAGO	Remoção por M	17/03/2022	650/2022	18/09/2025	3.073/2025
67	1ª	2ª	Escada	1º Promotor de Justiça	1ª Vara de Escada: Defesa das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e Urbanismo.	Portaria POR-PGJ nº 441/2001, Res CPJ nº 008/2018	Geral	8	VAGO	Remoção por M	14/11/2018	2279/2018	22/10/2025	3.671/2025

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

68	1ª	2ª	Escada	2º Promotor de Justiça	2ª Vara de Escada: Defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso	LC nº 21/1998, Res CPJ nº 008/2018	Geral	8	FERNANDO HENRIQUE FERREIRA CUNHA RAMOS	Promoção por M	30/11/2017	2338/2017	10/08/2017	1503/2017
69	1ª	2ª	Ipojuca	1º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara Cível: Defesa dos direitos da Infância e Juventude e Educação	Res-CPJ nº 008/2018	Cível e Defesa da Cidadania	8	EDUARDO LEAL DOS SANTOS	Promoção por A	05/11/2014	1724/2014	----	----
70	1ª	2ª	Ipojuca	1º Promotor de Justiça Criminal	Vara Criminal	Res-CPJ nº 002/2013	Crime	8	THINNEKE HERNALSTEEN S	Promoção por A	14/11/2018	2283/2018	25/01/2018	1452/2018
71	1ª	2ª	Ipojuca	2º Promotor de Justiça Cível	Vara da Fazenda Pública: Defesa dos direitos do Consumidor, Patrimônio Público, Histórico e Social, Fundações e Entidades de Interesse Social, Direitos Humanos e cidadania residual	Res-CPJ nº 008/2018	Cível e Defesa da Cidadania	8	LUIZ EDUARDO BRAGA LACERDA	Promoção por M	05/06/2025	1.768/2025	06/02/2025	363/2025
72	1ª	2ª	Ipojuca	2º Promotor de Justiça Criminal	Vara Criminal	LC 229/2013 e Res-CPJ nº 002/2013	Crime	8	RODRIGO ALTOBELLO ANGELO ABATAYGUARA	Promoção por A	20/02/2020	407/2020	23/04/2019	944/2019
73	1ª	2ª	Ipojuca	3º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara Cível: Defesa do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Saúde e Idoso	LC nº 21/1998 e Res-CPJ nº 008/2018	Cível e Defesa da Cidadania	8	RENATA DE LIMA LANDIM	Promoção por A	20/10/2022	2504/2022	17/03/2022	650/2022
74	1ª	2ª	Ribeirão	Promotor de Justiça	Vara Única de Ribeirão: Geral	LC nº 21/1998 e Portaria POR-PGJ nº 441/2001, Res CPJ nº 008/2018	Geral	8	MILENA DE OLIVEIRA SANTOS DO CARMO	Remoção por M	16/09/2021	2385/2021	01/04/2021	766/2021
75	1ª	2ª	Abreu e Lima	1º Promotor de Justiça	Vara Criminal, Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial	Lei 9.924/86 - Res CPJ 010/2019	Crime	9	CARLOS EUGENIO DO REGO BARROS QUINTAS LOPES	Remoção por M	01/04/2021	771/2021	23/04/2019	955/2019
76	1ª	2ª	Abreu e Lima	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Cível, defesa dos Direitos do Consumidor, Direitos do Idoso, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo e Residual	Lei 9.924/86 - Res CPJ 010/2019	Geral	9	RODRIGO COSTA CHAVES	Remoção por M	23/04/2019	948/2019	22/06/2017	1228/2017
77	1ª	2ª	Abreu e Lima	3º Promotor de Justiça	3ª Vara Cível, defesa dos direitos da Infância e Juventude e Educação	Lei 9.924/86, art. 1, II - Res CPJ 010/2019	Geral	9	LILIANE ASFORA CUNHA CAVALCANTI DA FONTE	Remoção por Permuta	30/07/2018	1486/2018	30/07/2018	1486/2018
78	1ª	2ª	Abreu e Lima	4º Promotor de Justiça	1ª Vara Cível, Saúde, Fundações e Patrimônio Público	LC 21/94, art. 25, II, "26" e Res. CPJ 010/2019	Geral	9	FABIANA KIUSKA SEABRA DOS SANTOS	Promoção por A	18/03/2015	590/2015	----	----
79	1ª	2ª	Goiana	1º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara, Defesa do Patrimônio Público e Social, Fundações e Entidades de	Res-CPJ nº 012/2018	Cível	9	PATRICIA RAMALHO DE VASCONCELOS	Promoção por A	04/07/2012	1162/2012	----	----

Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

					Assistência Social									
80	1ª	2ª	Goiana	2º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara, Defesa da Educação e Consumidor	Res-CPJ nº 012/2018	Cível	9	GENIVALDO FAUSTO DE OLIVEIRA FILHO	Promoção por M	04/07/2012	1155/2012	----	----
81	1ª	2ª	Goiana	3º Promotor de Justiça Cível	Vara da Infância e Juventude da 5ª circunscrição judiciária, Defesa dos Direitos da Infância e Juventude	LC nº 399/2018, Res-CPJ nº 012/2018	Cível	9	MARIA AMÉLIA GADELHA SCHULER	Remoção por M	23/04/2019	955/2019	02/01/2019	cargo nunca provido
82	1ª	2ª	Goiana	1º Promotor de Justiça Criminal	Juizado Especial Criminal de Goiana, Extrajudicial criminal, inclusive nos feitos de sonegação fiscal, e no controle externo da atividade policial	LC 229/2013 e Res-CPJ nº 002/2013 e Res. CPJ nº 001/2021	Crime	9	MARIA DA CONCEIÇÃO NUNES DA LUZ PESSOA	Remoção por M	21/09/2013	1427/2013	----	----
83	1ª	2ª	Goiana	2º Promotor de Justiça Criminal	Vara Criminal	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Crime	9	ROSEMILLY POLLYANA OLIVEIRA DE SOUSA	Remoção por M	01/04/2021	777/2021		
84	1ª	2ª	Goiana	Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Idoso, Saúde, Habitação, Urbanismo e Cidadania Residual	LC 229/2013 e Res-CPJ nº 002/2013 e nº 012/2018	Defesa da Cidadania	9	FABIANO DE ARAÚJO SARAIVA	Remoção por M	10/10/2013	1421/2013	----	----
85	1ª	2ª	Igarassu	1º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - Vara Criminal de Igarassu e Inquéritos Policiais. Atividades Extrajudiciais - Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial.	LC nº 21/1998, Res-CPJ nº 02/2025	Crime	9	JOSÉ DA COSTA SOARES	Promoção por A	16/09/2021	2388/2021	01/04/2021	777/2021
86	1ª	2ª	Igarassu	2º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - 2ª Vara Cível de Igarassu Atividades Extrajudiciais - Defesa dos Direitos da Infância e Juventude, Educação, Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Consumidor e Defesa dos Direitos das Fundações	LC nº 21/1998, Res-CPJ nº 02/2025	Geral	9	MANUELA DE OLIVEIRA GONÇALVES	Promoção por A	30/11/2017	2339/2017		
87	1ª	2ª	Igarassu	3º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - 1ª Vara Cível de Igarassu Atividades Extrajudiciais - Patrimônio Público, Direitos Humanos, Saúde e Idoso.	LC nº 21/1998, Res-CPJ nº 02/2025	Geral	9	MARIANA LAMENHA GOMES DE BARROS	Promoção por A	30/11/2017	2327/2017	18/03/2015	582/2015

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

88	1ª	2ª	Igarassu	4º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - Vara Regional de Violência Doméstica e Familiar e Inquéritos Policiais de mesma natureza. Atividades Extrajudiciais - Controle Externo da Atividade Policial referentes à Violência Doméstica e Familiar.	LC nº 354/2017 e Res-CPJ nº 02/2025	Crime	9	CLARISSA DANTAS BASTOS	Promoção por M	05/06/2025	1.764/2025	06/02/2025	354/2025
89	1ª	2ª	Itambé	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	10	JANINE BRANDÃO MORAIS	Promoção por A	22/06/2017	1217/2017	18/03/2015	579/2015
90	1ª	2ª	Nazaré da Mata	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	10	VAGO	Promoção por A	04/07/2012	1156/2012	22/10/2025	3.670/2025
91	1ª	2ª	Timbaúba	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Meio Ambiente, Acidentes do Trabalho e Cidadania	LC nº 21/1998, Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Geral	10	EDUARDO HENRIQUE GIL MESSIAS DE MELO	Promoção por M	04/11/2021	2977/2021	01/04/2021	778/2021
92	1ª	2ª	Timbaúba	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Fundações e Entidades Sociais, Sonegação Fiscal, Consumidor e Patrimônio Público	LC nº 21/1998, Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Geral	10	HELMER RODRIGUES ALVES	Promoção por M	01/08/2024	2.357/2024	20/10/2022	2497/2022
93	1ª	2ª	Bom Jardim	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	RODRIGO AMORIM DA SILVA SANTOS	Remoção por M	17/03/2022	652/2022	01/04/2021	772/2021
94	1ª	2ª	Carpina	1º Promotor de Justiça	1ª Vara	LC nº 21/1998 - RES CPJ 16/2024	Geral	11	ELSON RIBEIRO	Promoção por A	30/11/2017	2329/2017	26/04/2016	1037/2016
95	1ª	2ª	Carpina	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Meio Ambiente e Patrimônio Público e Cidadania	LC nº 21/1998, Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Defesa da Cidadania	11	GUILHERME GRACILIANO ARAÚJO LIMA	Promoção por M	20/02/2020	406/2020	30/11/2017	2323/2017
96	1ª	2ª	Carpina	3º Promotor de Justiça	3ª Vara Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Consumidor e Fundações e Entidades de Assistência Social	LC nº 21/1998, Portaria POR-PGJ nº 184/2000	Defesa da Cidadania	11	SYLVIA CÂMARA DE ANDRADE	Remoção por Permuta	14/07/2016	1712/2016	14/07/2016	1712/2016
97	1ª	2ª	Carpina	4º Promotor de Justiça	Vara Criminal de Carpina, bem como para atuação extrajudicial no combate à sonegação fiscal e controle externo da atividade policial	RES-CPJ 004/2017	Crime	11	DANIEL JOSÉ MESQUITA MONTEIRO DIAS	Promoção por M	17/03/2022	657/2022	23/04/2019	951/2019
98	1ª	2ª	Limoeiro	1º Promotor de Justiça	1ª Vara, Defesa das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Saúde, Consumidor, Habitação e Urbanismo	LC nº 21/1998, Res CPJ nº 012/2018	Geral	11	PAULO DIEGO SALES BRITO	Promoção por M	30/11/2017	2340/2017	10/08/2017	1505/2017
99	1ª	2ª	Limoeiro	2º Promotor de Justiça	2ª Vara, Defesa da educação e dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos,	LC nº 21/1998, Res CPJ nº 012/2018	Geral	11	FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS JUNIOR	Remoção por A	03/07/2012	1167/2012	----	----

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

					Educação e Idoso									
100	1ª	2ª	Limoeiro	3º Promotor de Justiça	Vara Criminal de Limoeiro, Combate à sonegação fiscal e controle externo da atividade policial	LC nº 399/2018, Res-CPJ nº 012/2018	Crime	11	LUCIO CARLOS MALTA CABRAL	Remoção por M	17/03/2022	648/2022	01/02/2019	cargo nunca provido
101	1ª	2ª	Paudalho	Promotor de Justiça	1ª e 2ª Varas	LC nº 21/1998	Geral	11	CARLOS EDUARDO DOMINGOS SEABRA	Promoção por M	04/07/2012	1157/2012	----	----
102	1ª	2ª	Surubim	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Cível Defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e Urbanismo	LC nº 21/1998, RES CPJ nº 12/2024	Geral	11	GABRIELA LIMA LAPENDA FIGUEIROA	Promoção por M	01/04/2021	784/2021	20/02/2020	403/2020
103	1ª	2ª	Surubim	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Cível Defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso	LC nº 21/1998, RES CPJ nº 12/2024	Geral	11	GARIBALDI CAVALCANTI GOMES DA SILVA	Promoção por M	20/03/1997	ATO 021/1997	----	----
104	1ª	2ª	Vertentes	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	JAIME ADRIÃO CAVALCANTI GOMES DA SILVA	Promoção por A	18/08/1994	ATO 108/1994	25/08/1994	----
105	1ª	2ª	Bonito	1º Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	12	LUCIANO BEZERRA DA SILVA	Remoção por Permuta	07/07/2012	1212/2012	----	----
106	1ª	2ª	Bonito	2º Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	12	ADRIANO CAMARGO VIEIRA	Remoção por M	14/11/2018	2270/2018	30/11/2017	2321/2017
107	1ª	2ª	Glória do Goitá	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	12	ANA RITA COELHO COLAÇO DIAS	Remoção por M	18/09/2025	3.078/2025	05/06/2025	1.757/2025
108	1ª	2ª	Gravatá	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Cível Defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor, Habitação e Urbanismo	Res. CPJ 003/2024	Geral	12	KATARINA KIRLEY DE BRITO GOUVEIA	Promoção por A	04/11/2021	2978/2021	16/09/2021	2386/2021
109	1ª	2ª	Gravatá	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Cível Defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso	Res. CPJ 003/2024	Geral	12	IVAN VIEGAS RENAUX DE ANDRADE	Promoção por M	20/10/2022	2503/2022	17/03/2022	646/2022
110	1ª	2ª	Gravatá	2º Promotor de Justiça Criminal	Vara Criminal, Juizado Especial Criminal e Curadoria de Combate à Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial	Res. CPJ 003/2024 - RES CPJ 27/2024	Crime	12	MARIA CECILIA SOARES TERTULIANO	Promoção por M	01/04/2021	780/2021	23/04/2019	948/2019
111	1ª	2ª	Moreno	1º Promotor de Justiça	1ª Vara	LC nº 21/1998	Geral	12	JEFFSON MARCIO SILVA ROMANIUC	Promoção por M	06/02/2025	368/2025	05/01/2023	053/2023
112	1ª	2ª	Moreno	2º Promotor de Justiça	2ª Vara	LC nº 21/1998	Geral	12	RUSSEAU VIEIRA DE ARAUJO	Promoção por M	18/03/2015	587/2015	----	----
113	1ª	2ª	Vitória de Santo Antão	1º Promotor de Justiça Cível	Vara Regional da Infância e Juventude da 4ª Circunscrição, Defesa de	RES-CPJ Nº 012/2018	Cível	12	KIVIA ROBERTA DE SOUZA RIBEIRO	Remoção por A	20/02/2020	403/2020	23/04/2019	957/2019

Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

					Infância e Juventude									
114	1ª	2ª	Vitória de Santo Antão	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal e Tribunal do Juri de Vitória do Santo Antão, Controle externo da atividade policial e sonegação fiscal	LC nº 21/1998, Res CPJ nº 004/2002, Res CPJ nº 001/2001 e Res. CPJ nº 001/2021	Crime	12	MANUELA XAVIER CAPISTRANO LINS	Promoção por A	25/01/2018	196/2018	30/11/2017	2318/2017
115	1ª	2ª	Vitória de Santo Antão	2º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara Cível, Defesa do patrimônio público e fundações	RES-CPJ Nº 012/2018	Geral	12	LUCILE GIRAO ALCANTARA	Promoção por A	04/04/2013	603/2013	----	----
116	1ª	2ª	Vitória de Santo Antão	2º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal, Juizado Especial Criminal, Sonegação Fiscal	RES-CPJ Nº 13/2017	Crime	12	JOANA CAVALCANTI DE LIMA MUNIZ	Remoção por A	16/03/2000	31/2000 (Designação para a 1ª PJ Cível de Vitória de Santo Antão, cargo alterado para 2ª PJ Criminal através da Res CPJ nº 004/2002)	----	----
117	1ª	2ª	Vitória de Santo Antão	3º Promotor de Justiça Cível	3ª Vara Cível Defesa da saúde, idoso e cidadania residual	RES-CPJ Nº 012/2018	Cível	12	DIOGO GOMES VITAL	Promoção por A	05/06/2025	1.765/2025	06/02/2025	355/2025
118	1ª	2º	Vitória de Santo Antão	3º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal e Tribunal do Juri de Vitória do Santo Antão, Controle externo da atividade policial e sonegação fiscal	LC nº 439/2020 e Res CPJ nº 001/2021	Crime	12	PETRONIO BENEDITO BARATA RALILE JUNIOR	Remoção por A	01/04/2021	778/2021		Cargo nunca provido
119	1ª	2ª	Vitória de Santo Antão	4º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara Cível, Defesa do consumidor, meio ambiente, habitação e urbanismo e Educação	LC nº 399/2018, Res-CPJ nº 012/2018	Cível	12	FRANCISCO ASSIS DA SILVA	Remoção por A	20/10/2022	2500/2022	01/02/2019	cargo nunca provido
120	1ª	2ª	Camaragibe	1º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara Cível, Saúde, Consumidor e Cidadania Residual	Lei 9.924/86 e Res CPJ nº 016/2017	Cível	13	MARIA DE FÁTIMA DE ARAÚJO FERREIRA	Remoção por A	23/04/2019	949/2019	05/12/2017	Cargo nunca provido
121	1ª	2ª	Camaragibe	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal	Lei 9.924/86 e Res CPJ nº 016/2017	Crime	13	LEANDRO GUEDES MATOS	Promoção por M	06/04/2023	1105/2023	05/01/2023	057/2023
122	1ª	2ª	Camaragibe	2º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara Cível Meio Ambiente, Patrimônio Público e Fundações	Lei 9.924/86 e Res CPJ nº 016/2017	Cível	13	CAMILA SPINELLI REGIS DE MELO AVELINO	Promoção por A	21/12/2023	3.762/2023	01/08/2012	Cargo nunca provido
123	1ª	2ª	Camaragibe	2º Promotor de Justiça Criminal	2ª Vara Criminal e Sonegação Fiscal	LC 21/94, art. 25, II, "25" e Res CPJ nº 016/2017	Crime	13	EDGAR JOSÉ PESSOA COUTO	Remoção por M	09/07/2010	863/2010	----	----
124	1ª	2ª	Camaragibe	3º Promotor de Justiça Cível	3ª Vara Cível Infância, Juventude e Educação	Lei 9.924/86 e Res CPJ nº 016/2017	Cível	13	MARIANA PESSOA DE MELO VILA NOVA	Remoção por M	30/12/2004	694/2004	----	----
125	1ª	2ª	Camaragibe	3º Promotor de Justiça Criminal	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher	LC 354/2017 e Res CPJ nº 016/2017	Crime	13	TIAGO MEIRA DE SOUZA	Promoção por A	06/02/2025	371/2025	29/08/2024	2.617/2024
126	1ª	2ª	São Lourenço da Mata	1ª Promotor de Justiça Criminal	Judicial - Vara Criminal Extrajudicial - Combate à Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial	LC nº 21/1998, RES-CPJ nº 004/2016 - RES-CPJ 005/2025	Crime	13	RAUL LINS BASTOS SALES	Promoção por A	21/12/2023	3.769/2023	09/02/2023	564/2023



## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

127	1ª	2ª	São Lourenço da Mata	1º Promotor de Justiça Cível	1ª Vara Cível Patrimônio público, tutela de fundações e entidades de organização social, consumidor, transporte e cidadania residual	LC nº 21/1998, RES-CPJ nº 004/2016	Cível	13	DANIELLE RIBEIRO DANTAS DE CARVALHO CLEMENTINO	Promoção por A	22/06/2017	1219/2017	18/03/2015	570/2015
128	1ª	2ª	São Lourenço da Mata	2º Promotor de Justiça Cível	2ª Vara Cível Saúde, meio ambiente, urbanismo e idoso	LC nº 21/1998, RES-CPJ nº 004/2016	Cível	13	REJANE STRIEDER	Promoção por M	30/11/2017	2328/2017	18/03/2015	573/2015
129	1ª	2ª	São Lourenço da Mata	3º Promotor de Justiça Cível	3ª Vara Cível Infância e Juventude e Educação	RES-CPJ nº 004/2016	Cível	13	ISABELLE BARRETO DE ALMEIDA	Remoção por M	20/02/2020	404/2020	06/06/2019	1516/2019
130	1ª	2ª	Serra Talhada	1º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 2ª Vara Criminal Curadorias Extrajudiciais: Combate à Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial.	LC nº 21/1998 Portaria Por-PGJ nº 184/2000 - Res CPJ 008/2023	Crime	14	VAGO	Remoção por M	18/09/2025	3.074/2025	22/10/2025	3.674/2025
131	1ª	2ª	Serra Talhada	2º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 1ª Vara Cível. Curadorias Extrajudiciais: Consumidor, Patrimônio Público e Social, Fundações e Entidades de Interesse Social. Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo e Cidadania Residual.	LC nº 21/1998 Portaria Por-PGJ nº 184/2000 - Res CPJ 008/2023	Cível	14	VANDECI SOUSA LEITE	Remoção por M	22/06/2017	1224/2017	17/12/2010	1557/2010
132	1ª	2ª	Serra Talhada	3º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 1ª Vara Criminal (incluindo Júri) Curadorias Extrajudiciais: Controle Externo da Atividade Policial	LC nº 21/98 Portaria Por-PGJ nº 184/200 - Res CPJ 008/2023	Crime	14	VAGO	Promoção por A	05/06/2025	1.759/2025	18/09/2025	3.074/2025
133	1ª	2ª	Serra Talhada	4º Promotor de Justiça	Atribuições Judiciais: 2ª Vara Cível Curadorias Extrajudiciais: Infância e Juventude, Saúde, Educação, Pessoa Idosa e Direitos Humanos	LC nº 487/2022 RES CPJ nº 003/2022 - Res CPJ 008/2023	Geral	14	CARLÊNIO MÁRIO LIMA BRANDÃO	Promoção por A	05/01/2023	067/2023	02/04/2022	
134	1ª	2ª	Surubim	3º Promotor de Justiça	Vara Criminal e perante o Juizado Especial Criminal Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ nº 12/2024	Geral	11	BRUNO SANTACATHARINA CARVALHO DE LIMA	Promoção por M	05/06/2025	1.760/2025	14/06/2024	-
135	1ª	2ª	Ouricuri	3º Promotor de Justiça	Vara Criminal Curadorias Extrajudiciais: Sonegação Fiscal e Controle Externo da	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 e RES CPJ 13/2024	Geral	1	VAGO	Promoção por A	05/06/2025	1.761/2025	18/09/2025	3.079/2025

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 2ª ENTRANCIA

					Atividade Policial									
136	1ª	2ª	Carpina	5º Promotor de Justiça	Vara Criminal de Carpina Extrajudicial no combate à sonegação fiscal e controle externo da atividade policial	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 16/2024	Crime	11	VINICIUS SILVA DE ARAÚJO	Remoção por M	06/02/2025	359/2025	14/06/2024	-
137	1ª	2ª	Garanhuns	6º Promotor de Justiça Criminal	Central de Inquéritos	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 17/2024	Crime	5	GIOVANNA MASTROIANNI DE OLIVEIRA	Remoção por A	06/02/2025	360/2025	14/06/2024	-
138	1ª	2ª	Abreu e Lima	5º Promotor de Justiça	Judicial - Vara Criminal Extrajudicial - Controle Externo da Atividade Policial	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 18/2024	Crime	9	THIAGO FARIAS BORGES DA CUNHA	Remoção por M	06/02/2025	361/2025	14/06/2024	-
139	1ª	2ª	Palmares	1º Promotor de Justiça Criminal	1ª Vara Criminal Curadoria: Controle Externo da Atividade Policial	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 20/2024	Crime	7	ANA VICTORIA FRANCISCO SCHAUFFERT	Promoção por M	05/06/2025	1.762/2025	14/06/2024	-
140	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	5º Promotor de Justiça Criminal	3ª Vara Criminal e curadoria na Sonegação Fiscal	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 26/2024	Crime	8	BIANCA STELLA AZEVEDO BARROSO	Remoção por A	06/02/2025	363/2025	14/06/2024	-
141	1ª	2ª	Gravatá	1º Promotor de Justiça Criminal	Vara Criminal e procedimento s, processos e sessões do Tribunal do Júri	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES CPJ 27/2024	Crime	12	RAÍSSA DE OLIVEIRA SANTOS LIMA	Remoção por M	06/02/2025	364/2025	14/06/2024	-
142	1ª	2ª	Igarassu	5º Promotor de Justiça	Atividades Judiciais - Vara Criminal de Igarassu e Inquéritos Policiais. Atividades Extrajudiciais - Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial.	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024, Res-CPJ nº 02/2025	Crime	9	VAGO	nunca provido	-	-	14/06/2024	-
143	1ª	2ª	Cabo de Santo Agostinho	4º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania	Vara Regional da Infância e Juventude e Educação (Judicial)	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - Res-CPJ nº 03/2025	Defesa da Cidadania	8	MARCIA MARIA AMORIM DE OLIVEIRA	Remoção A	18/09/2025	3.073/2025	14/06/2024	-
144	1ª	2ª	São Lourenço da Mata	2ª Promotor de Justiça Criminal	Judicial - Vara Criminal Extrajudicial - Combate à Sonegação Fiscal e Controle Externo da Atividade Policial	§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024 - RES-CPJ 005/2025	Crime	13	MARIA JOSE MENDONÇA DE HOLANDA QUEIROZ	Remoção A	22/10/2025	3.670/2025	14/06/2024	-
145	1ª	2ª		Promotor de Justiça		§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024			VAGO	nunca provido	-	-	14/06/2024	-
146	1ª	2ª		Promotor de Justiça		§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024			VAGO	nunca provido	-	-	14/06/2024	-
147	1ª	2ª		Promotor de Justiça		§ UN, Art 1º da LC nº 536/2024			VAGO	nunca provido	-	-	14/06/2024	-

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 1ª ENTRANCIA

nº	Instância	Entrância	Município	Cargo	Atuação	Lei/Ato de definição de atribuição	Atribuição	Circunscrição	Promotor de Justiça	Causa do Último Provimento	Data do último provimento (vigência/ data da publicação da portaria)	Portaria do Último Provimento	Data Vacância	Portaria de vacância
1	1ª	1ª	Bodocó	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	1	PAMELA GUIMARÃES ROCHA	Nomeação	27/03/2024	693/2024	01/02/2024	242/2024
2	1ª	1ª	Exu	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	1	GABRIELA TAVARES ALMEIDA	Remoção A	29/08/2024	2.623/2024	01/08/2024	2.355/2024
3	1ª	1ª	Ipupi	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	1	ILANNA DINIZ MARTINS	Nomeação	03/11/2025	3.719/2025	05/06/2025	1.774/2025
4	1ª	1ª	Parnamirim	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	1	ISABEL EMANOELA BEZERRA COSTA	Nomeação	24/09/2024	2.801/2024	06/03/2024	559/2024
5	1ª	1ª	Salgueiro	1º Promotor de Justiça Substituto da 1ª Circunscrição Ministerial	Comarcas de 1ª entrância da 1ª Circunscrição Judiciária	LC nº 21/1998 Cria - LC 399/20218 Extingue - RES CPJ 09/2023 Modificou	Substituto	1	ROANE MELO BEZERRA	Nomeação	03/11/2025	3.716/2025	05/06/2025	1.761/2025
6	1ª	1ª	Salgueiro	2º Promotor de Justiça Substituto da 1ª Circunscrição Ministerial	Comarcas de 1ª entrância da 1ª Circunscrição Judiciária	LC nº 21/1998	Substituto	1	VAGO	Nomeação	24/09/2024	2.802/2024	06/02/2025	367/2025
7	1ª	1ª	Serrita	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	1	VAGO	Nomeação	24/09/2024	2.792/2024	19/12/2024	3.849/2024
8	1ª	1ª	Trindade	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	1	VAGO	Nomeação	11/06/2019	1545/2019	22/10/2025	3.676/2025
9	1ª	1ª	Verdejante	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	1	LEON KLINSMAN FARIAS FERREIRA	Nomeação	24/08/2024	2.805/2024	20/02/2020	414/2020
10	1ª	1ª	Afrânio	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	2	FILIFE VENÂNCIO CORTÊS	Remoção por M	06/03/2024	562/2024	21/12/2023	3779/2023
11	1ª	1ª	Cabrobó	1º Promotor de Justiça	Judicial: 1ª Vara da Comarca de Cabrobó; Extrajudicial: defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor, Habitação e Urbanismo e Combate à Sonegação Fiscal.	LC nº 21/1998 - RES 22/2024	Geral	2	JOÃO MARCOS CONSERVA FEITOZA	Nomeação	03/11/2025	3.718/2025	05/06/2025	1.775/2025
12	1ª	1ª	Cabrobó	2º Promotor de Justiça	Judicial: 2ª Vara da Comarca de Cabrobó; Extrajudicial: defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso e Controle Externo da Atividade Policial.	LC nº 21/1998 - RES 22/2024	Geral	2	VAGO	Nomeação	24/09/2024	2.809/2024	05/06/2025	1.770/2025
13	1ª	1ª	Lagoa Grande	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 229/2013	Geral	2	FILIFE REGUEIRA DE OLIVEIRA LIMA	Nomeação	11/12/2018	2471/2018	30/11/2017	2331/2017

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 1ª ENTRANCIA

14	1ª	1ª	Orocó	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 73/2005	Geral	2	VAGO	Nomeação	24/09/2024	2.810/2024	05/06/2025	1.772/2025
15	1ª	1ª	Santa Maria da Boa Vista	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	2	LICIO PAES RODRIGUES FILHO	Nomeação	03/11/2025	3.709/2025	05/06/2025	1.769/2025
16	1ª	1ª	Carnaíba	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	3	JOÃO MATEUS MATOS OLIVEIRA	Nomeação	24/09/2024	2.794/2024	01/08/2024	2.369/2024
17	1ª	1ª	Itapetim	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	3	SAMUEL FARIAS	Nomeação	24/09/2024	2.797/2024	01/08/2024	2.367/2024
18	1ª	1ª	Tabira	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	3	MATEUS DE SOUZA ALVES CAVALCANTI	Nomeação	03/11/2025	3.713/2025	05/06/2025	1.776/2025
19	1ª	1ª	Tuparetama	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	3	VAGO	Nomeação	24/09/2024	2.808/2024	18/09/2025	3.083/2025
20	1ª	1ª	Alagoinha	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	4	VAGO	Remoção por A	06/06/2019	1503/2019	05/06/2025	1.766/2025
21	1ª	1ª	Buíque	2º Promotor de Justiça	Judicial: por distribuição, perante a Vara Única da Comarca de Buíque; Extrajudicial: Promoção dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação, Idoso e Controle Externo da atividade policial	LC nº 21/1998 - Resolução 10/2023	Geral	4	GUSTAVO ADRIÃO GOMES DA SILVA FRANCA	Nomeação	03/11/2025	3.711/2025	18/09/2025	3.087/2025
22	1ª	1ª	Ibimirim	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	4	VAGO	Remoção por A	05/01/2023	074/2023	18/09/2025	3.094/2025
23	1ª	1ª	Inajá	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	4	FELIPE DE ALMEIDA CARDOSO	Nomeação	03/11/2025	3.715/2025	05/06/2025	1.771/2025
24	1ª	1ª	Pedra	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	4	FILIPE COUTINHO LIMA BRITTO	Remoção por M	06/03/2024	560/2024	21/12/2023	3.769/2023
25	1ª	1ª	Buíque	1º Promotor de Justiça	Judicial: por distribuição, perante a Vara Única da Comarca de Buíque; Extrajudicial: Promoção dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor, Habitação e Urbanismo e enfrentamento à Sonegação Fiscal	LC nº 21/1998 - Resolução 10/2023	Geral	4	HILEN CORREIA SANTOS	Nomeação	03/11/2025	3.706/2025	05/06/2025	1.759/2025
26	1ª	1ª	Sanharó	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	4	VAGO	Remoção por M	20/02/2020	412/2020	06/02/2025	368/2025
27	1ª	1ª	Venturosa	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	4	VAGO	Remoção por A	01/08/2024	2.369/2024	05/06/2025	1.763/2025
28	1ª	1ª	Águas Belas	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	PEDRO FELIPE CARDOSO MOTA FONTES	Remoção por M	18/09/2025	3.088/2025	01/08/2024	2.363/2024
29	1ª	1ª	Caetés	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	5	VAGO	Remoção por A	01/08/2024	2.366/2024	05/06/2025	1.773/2025
30	1ª	1ª	Capoeiras	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	REUS ALEXANDRE SERAFINI DO AMARAL	Nomeação	31/05/2005	436/2005	----	----

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 1ª ENTRANCIA

31	1ª	1ª	Correntes	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	MARCELA REGINA NAVARRO TOLEDO	Remoção por M	22/10/2025	3.680/2025	18/09/2025	3.089/2025
32	1ª	1ª	Iati	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	5	VAGO	Remoção por M	16/05/2019	1297/2019	17/03/2022	662/2022
33	1ª	1ª	Itaíba	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	VAGO	Nomeação	24/09/2024	2.803/2024	18/09/2025	3.088/2025
34	1ª	1ª	Jupi	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	VAGO	Remoção por A	05/06/2025	1.772/2025	18/09/2025	3.093/2025
35	1ª	1ª	Jurema	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	VAGO	Remoção por A	16/05/2019	1298/2019	01/08/2024	2.361/2024
36	1ª	1ª	Lajedo	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	MARCEL GUSTAVO CORREA	Nomeação	03/11/2025	3.705/2025	18/09/2025	3.085/2025
37	1ª	1ª	Afogados da Ingazeira	1ª PJ Substituta da 3ª Circunscrição Ministerial, de 1ª entrância	Comarcas de 1ª entrância	LC nº 21/1998 Cria - LC 399/20218 Extingue - RES CPJ 09/2023 Modificou	Geral	5	CAROLINA GURGEL LIMA	Nomeação	27/03/2024	688/2024	16/09/2021	2.389/2021
38	1ª	1ª	Saloá	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	JOUBERTY EMERSSON RODRIGUES DE SOUSA	Remoção por M	21/12/2023	3775/2023	20/10/2022	2505/2022
39	1ª	1ª	São João	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	5	DANIELLY DA SILVA LOPES	Remoção por M	04/11/2021	2983/2021	01/04/2021	782/2021
40	1ª	1ª	Agrestina	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	LEÔNCIO TAVARES DIAS	Remoção por A	22/06/2017	1238/2017	21/09/2013	1410/2013
41	1ª	1ª	Brejo da Madre de Deus	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	ALEXANDRE GUILHERME PINO DA SILVA FILHO	Remoção por M	18/09/2025	3.087/2025	01/08/2024	2.360/2002 4
42	1ª	1ª	Cachoeirinha	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	VAGO	Remoção por A	05/01/2023	071/2023	18/09/2025	3.081/2025
43	1ª	1ª	Camocim de São Félix	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	LUIZ GUSTAVO SIMÕES VALENÇA DE MELO	Remoção por A	30/11/2017	2356/2017	05/11/2014	1720/2014
44	1ª	1ª	Cupira	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	VAGO	Remoção por A	20/10/2022	2507/2022	06/02/2025	374/2025
45	1ª	1ª	Sairé	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	6	SANDRA RODRIGUES CAMPOS	Remoção por M	18/09/2025	3.081/2025	21/12/2023	3.768/2023
46	1ª	1ª	Tacaimbó	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	6	OLAVO DA SILVA LEAL	Remoção por A	06/02/2025	374/2025	17/03/2022	658/2022
47	1ª	1ª	Taquaritinga do Norte	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	ERYNE AVILA DOS ANJOS LUNA	Remoção por A	18/09/2025	3.095/2025	05/06/2025	1.767/2025
48	1ª	1ª	Toritama	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	6	WANESSA KELLY ALMEIDA SILVA	Remoção M	21/12/2023	3777/2023	05/01/2023	063/2023
49	1ª	1ª	Lagoa dos Gatos	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	7	VAGO	Remoção por A	18/09/2025	3.082/2025	22/10/2025	3.680/2025
50	1ª	1ª	Maraial	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	7	BRUNA DE MACEDO BREDA	Nomeação	03/11/2025	3.710/2025	18/09/2025	3.080/2025
51	1ª	1ª	Quipapá	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	7	VAGO	Remoção M	18/09/2025	3.093/2025	22/10/2025	3.682/2002 5
52	1ª	1ª	Amaraji	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	8	ROOSEVELT OLIVEIRA DE MELO NETO	Nomeação	03/11/2025	3.704/2025	06/05/2025	1.768/2025
53	1ª	1ª	Cortês	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	8	RENATA SANTANA PEGO	Remoção por M	06/02/2025	373/2025	14/11/2018	2283/2018
54	1ª	1ª	Gameleira	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	8	NYCOLE SOFIA TEIXEIRA REGO	Remoção por A	06/02/2025	376/2025	20/10/2022	2504/2022
55	1ª	1ª	Rio Formoso	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	8	RAFAEL MOREIRA STEINBERGER	Remoção por M	01/08/2024	2.365/2024	05/01/2023	062/2023
56	1ª	1ª	São José da Coroa Grande	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	8	LUCIANA CARNEIRO CASTELO BRANCO	Remoção por M	20/10/2022	2508/2022	17/03/2022	659/2022
57	1ª	1ª	Sirinhaém	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	8	VAGO	Remoção por A	21/12/2023	3.773/2023	01/08/2024	2.366/2024
58	1ª	1ª	Tamandaré	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 229/2013	Geral	8	VINICIUS VALENTIM ALMEIDA	Nomeação	03/11/2025	3.707/2025	06/02/2025	373/2025

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 1ª ENTRANCIA

59	1ª	1ª	Itamaracá	1º Promotor de Justiça	Vara Única de Itamaracá (feitos judiciais por distribuição), e na defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e Urbanismo.	LC nº 21/1998 e RES CPJ 002/2020	Geral	9	ANDRÉA GRIZ DE ARAUJO CAVALCANTI	Remoção por A	18/09/2025	3.090/2025	29/08/2024	2.620/2024
60	1ª	1ª	Itamaracá	2º Promotor de Justiça	Vara Única de Itamaracá (feitos judiciais por distribuição), e na defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso.	LC nº 21/1998 e RES CPJ 002/2020	Geral	9	GUSTAVO DE QUEIROZ ZENAIDE	Remoção por A	01/08/2024	2.364/2024	05/01/2023	060/2023
61	1ª	1ª	Itapissuma	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	9	VAGO	Remoção por A	21/12/2023	3779/2023	05/06/2025	1.764/2025
62	1ª	1ª	Aliança	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	10	MÁRCIO FERNANDO MAGALHÃES FRANCA	Remoção por A	22/10/2025	3.678/2025	18/09/2025	3.084/2025
63	1ª	1ª	Condado	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	10	SILMAR LUIZ ESCARELI ZACURA	Remoção por M	18/09/2025	3.085/2025	01/08/2024	2.358/2024
64	1ª	1ª	Itaquitinga	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	10	MATHEUS ARCO VERDE BARBOSA	Remoção por A	22/10/2025	3.679/2025	18/09/2025	3.086/2025
65	1ª	1ª	Macapara	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	10	VAGO	Remoção por A	18/09/2025	3.084/2025	22/10/2025	3.678/2025
66	1ª	1ª	Limoeiro	1ª PJ Substituta da 11ª Circunscrição Ministerial, de 1ª entrância	Comarcas de 1ª entrância	LC nº 21/1998 Cria - LC 354/20217 Extingue - RES CPJ 09/2023 Modificou	Geral	11	VAGO	Remoção por A	01/08/2024	2.362/2024	05/06/2025	1.760/2025
67	1ª	1ª	Tracunhaém	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	10	CAMILA VEIGA CHETTO COUTINHO	Remoção por M	18/09/2025	3.083/2025	01/08/2024	2.356/2024
68	1ª	1ª	Vicência	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	10	MARCELLA CHOMPANIDIS GESTEIRA	Remoção por A	18/09/2025	3.092/2025	06/02/2025	372/2025
69	1ª	1ª	Cumarú	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	ADNA LEONOR DEO VASCONCELOS	Remoção por A	18/09/2025	3.080/2025	20/02/2020	409/2020
70	1ª	1ª	Feira Nova	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	SOFIA MEDES BEZERRA DE CARVALHO	Remoção por A	18/09/2025	3.086/2025	01/08/2024	2.359/2024
71	1ª	1ª	João Alfredo	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	PAULO FERNANDES MEDEIROS JÚNIOR	Remoção por A	18/09/2025	3.089/2025	01/08/2024	2.365/2024
72	1ª	1ª	Lagoa de Itaenga	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	VAGO	Remoção por M	01/08/2024	2.363/2024	18/09/2025	3.090/2025
73	1ª	1ª	Orobó	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	VAGO	Remoção por M	18/09/2025	3.091/2025	22/10/2025	3.679/2025
74	1ª	1ª	Passira	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	CAÍQUE CAVALCANTE MAGALHÃES	Remoção por A	18/09/2025	3.094/2025	05/06/2025	1.765/2025
75	1ª	1ª	Santa Maria do Cambucá	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	11	MILENA LIMA DO VALE SOUTO MAIOR	Remoção por M	05/06/2025	1.773/2025	21/12/2023	3777/2023
76	1ª	1ª	Pombos	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 83/2006	Geral	12	IZABELLA ALVES DE SOUZA	Nomeação	03/11/2025	3.708/2025	21/12/2023	3763/2023

## Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 1ª ENTRANCIA

77	1ª	1ª	São Joaquim do Monte	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	12	RENATO LIBÓRIO DE LIMA SILVA	Remoção por M	22/10/2025	3.682/2025	18/09/2025	3.095/2025
78	1ª	1ª	Belém do São Francisco	1º Promotor de Justiça	Feitos Criminais da Vara Única Curadorias Extrajudiciais: Patrimônio Público, Sonegação Fiscal e Fundações e Entidades de Interesse Social	Res-CPJ nº 004/2014	Geral	14	LEANDRO LEITÃO NORONHA	Nomeação	03/11/2025	3.712/2025	06/02/2025	370/2025
79	1ª	1ª	Custódia	2º Promotor de Justiça	2ª Vara da Comarca de Custódia. Defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso.	Res-CPJ nº 002/2022	Geral	14	CARLOS EDUARDO VERGETTI VIDAL	Remoção por M	20/10/2022	2506/2022	03/03/2022	Cargo nunca provido
80	1ª	1ª	Custódia	1º Promotor de Justiça	1ª Vara da Comarca de Custódia. Defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e Urbanismo.	LC nº 21/1998 - RES CPJ 002/2022	Geral	14	RENNAN FERNANDES DE SOUZA	Remoção M	22/10/2025	3.681/2025	18/09/2025	3.091/2025
81	1ª	1ª	Flores	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	14	KALINE MIRELLA DA SILVA GOMES	Remoção A	22/10/2025	3.677/2025	18/09/2025	3.082/2025
82	1ª	1ª	Floresta	1º Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	14	CARLOS HENRIQUE FREITAS DOS SANTOS	Nomeação	03/11/2025	3.717/2025	06/02/2025	375/2025
83	1ª	1ª	Petrolândia	2º Promotor de Justiça	2ª Vara Judicial da Comarca de Petrolândia. Defesa dos direitos da Infância e Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Educação e Idoso.	LC nº 21/1998 - RES CPJ 002/2022	Geral	14	VAGO	Remoção por M	05/06/2025	1.776/2025	22/10/2025	3.681/2025
84	1ª	1ª	Mirandiba	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	14	IGOR COUTO VIEIRA	Remoção por A	05/06/2025	1.775/2025	06/02/2025	369/2025
85	1ª	1ª	Petrolândia	1º Promotor de Justiça	1ª Vara Judicial da Comarca de Petrolândia. Defesa dos direitos das Fundações, Meio Ambiente, Patrimônio Público, Consumidor e Habitação e	LC nº 21/1998 - RES CPJ 002/2022	Geral	14	VICTOR FERNANDO SANTOS DE BRITO	Nomeação	03/11/2025	3.714/2025	18/09/2025	3.092/2025



Quadro Geral Membros MPPE - OFICIAL - 1ª ENTRANCIA														
					Urbanismo									
86	1ª	1ª	São José do Belmonte	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	14	JÉSSICA MARIA XAVIER DE SÁ	Nomeação	27/03/2024	686/2024	21/12/2023	3778/2023
87	1ª	1ª	Triunfo	Promotor de Justiça	Vara Única	LC nº 21/1998	Geral	14	VAGO	Nomeação	24/09/2024	2.796/2024	22/10/2025	3.677/2025

**CENTRAL DE INQUÉRITOS DE JABOATÃO DOS GUARARAPES**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE OUTUBRO/2025**  
 (Conforme art. 8º, §3º da RES-CPJ nº 004/2008)

Promotorias de Justiça Criminal	Saldo de setembro/2025	Autos Recebidos	Autos Devolvidos	Saldo
ERIKA SAMPAIO CARDOSO KRAYCHTE 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	95	95	0
DANIEL GUSTAVO MENEGUZ MORENO 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	4	4	0
ERIKA SAMPAIO CARDOSO KRAYCHTE 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	43	43	0
DANIEL GUSTAVO MENEGUZ MORENO 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	14	70	71	13
IZABELA MARIA LEITE MOURA DE MIRANDA 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	39	39	0
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS KERSHAW 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	56	56	0
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS KERSHAW 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	35	35	0
IZABELA MARIA LEITE MOURA DE MIRANDA 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	22	67	68	21
TOTAL	36	409	411	34

**NÚCLEO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL – NANPP**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE OUTUBRO/2025**  
 (Conforme art. 8º, §3º da RES-CPJ nº 004/2008)

Promotorias de Justiça Criminal	Saldo de setembro/2025	Autos Recebidos	Autos Devolvidos	Saldo
ERIKA SAMPAIO CARDOSO KRAYCHTE 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	58	58	0
DANIEL GUSTAVO MENEGUZ MORENO 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	4	4	0
ERIKA SAMPAIO CARDOSO KRAYCHTE 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	21	21	0
DANIEL GUSTAVO MENEGUZ MORENO 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	12	56	54	14
IZABELA MARIA LEITE MOURA DE MIRANDA 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	33	33	0
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS KERSHAW 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	29	29	0
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS KERSHAW 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	0	23	23	0
IZABELA MARIA LEITE MOURA DE MIRANDA 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	27	30	32	25
TOTAL	39	254	254	39



## Procuradoria de Justiça em Matéria Cível

**RELATÓRIO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA EM MATÉRIA CÍVEL**  
**OUTUBRO DE 2025**

PROCURADORES E PROCURADORAS DE JUSTIÇA		SALDO ANTERIOR	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS	SALDO ATUAL	OBSERVAÇÕES
1ª	ZULENE SANTANA DE LIMA NORBERTO	-	-	-	-	COORDENADORA DA CENTRAL DE RECURSOS CÍVEIS.
	Exercício Simultâneo: Laís Coelho Teixeira Cavalcanti	-	121	121	-	
2ª	LUCIANA MARINHO MARTINS MOTA E ALBUQUERQUE	12	123	111	24	
3º	CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA	-	-	-	-	CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO.
	Exercício Simultâneo: Yélena de Fátima Monteiro Araújo	01	-	-	01	DESIGNAÇÃO EM SETEMBRO.
	Convocado: Rinaldo Jorge da Silva	-	122	90	32	
4ª	MARIA DA GLÓRIA GONÇALVES SANTOS	-	40	40	-	FÉRIAS DE 13 DE OUTUBRO A 1º DE NOVEMBRO.
	Exercício Simultâneo: Christiane Roberta Gomes de Farias Santos	-	81	51	30	DESIGNAÇÃO DE 13 DE OUTUBRO A 1º DE NOVEMBRO.
5º	MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA	-	04	04	-	FÉRIAS DE 1º A 30 DE OUTUBRO.
	Exercício Simultâneo: Yélena de Fátima Monteiro Araújo	-	116	116	-	DESIGNAÇÃO DE 1º A 30 DE OUTUBRO. LICENÇA MÉDICA EM 24 DE OUTUBRO.
6ª	YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO	47	115	128	34	EXERCÍCIO SIMULTÂNEO COM O CARGO DE 5ª PROCURADORA DE JUSTIÇA CÍVEL E 1º A 30 DE OUTUBRO. LICENÇA MÉDICA EM 24 E 31 DE OUTUBRO.
7ª	NELMA RAMOS MACIEL QUAIOTTI	-	-	-	-	COORDENADORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO – NUPIA.
	Convocado: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho	-	122	122	-	
8ª	LUCILA VAREJÃO DIAS MARTINS	09	03	09	03	FÉRIAS DE 1º A 30 DE OUTUBRO.
9ª	LAÍS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI	10	122	113	19	EXERCÍCIO SIMULTÂNEO COM O CARGO DE 1ª PROCURADORA DE JUSTIÇA CÍVEL.
10ª	IZABEL CRISTINA DE NOVAES DE SOUZA SANTOS	-	122	120	02	
11ª	LÚCIA DE ASSIS	-	01	01	-	FÉRIAS DE 1º A 30 DE OUTUBRO.
12º	GERALDO DOS ANJOS NETTO DE MENDONÇA JÚNIOR	-	121	118	03	
	Convocada: Érica Lopes Cezar de Almeida	06	-	06	-	DESIGNAÇÃO DE 1º A 21 DE SETEMBRO.
13º	CARLOS ROBERTO SANTOS	21	123	138	06	
14º	VALDIR BARBOSA JÚNIOR	-	122	122	-	COORDENADOR DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL.
	Convocado: Paulo Henrique Queiroz Figueiredo	43	-	17	26	DESIGNAÇÃO EM SETEMBRO.

PROCURADORES E PROCURADORAS DE JUSTIÇA		SALDO ANTERIOR	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS	SALDO ATUAL	OBSERVAÇÕES
15ª	CHRISTIANE ROBERTA GOMES DE FARIAS SANTOS	-	80	65	15	FÉRIAS DE 1º A 10 DE OUTUBRO. EXERCÍCIO SIMULTÂNEO COM O CARGO DE 4ª PROCURADORA DE JUSTIÇA CÍVEL DE 13 DE OUTUBRO A 1º DE NOVEMBRO.
	Convocado: Alfredo Pinheiro Martins Neto	-	40	40	-	DESIGNAÇÃO DE 1º A 10 DE OUTUBRO.
16º	JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES	26	121	133	14	
17º	LILIANE DA FONSECA LIMA ROCHA	-	-	-	-	COORDENADORA DO CAO CONSUMIDOR.
18º	FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE	07	02	06	03	FÉRIAS DE 1º A 30 DE OUTUBRO.
19ª	ALDA VIRGÍNIA DE MOURA	36	31	40	27	FÉRIAS DE 15 A 24 DE OUTUBRO. LICENÇA MÉDICA DE 6 A 8 DE OUTUBRO E 27 A 31 DE OUTUBRO.
20º	SÍLVIO JOSÉ MENEZES TAVARES	08	124	96	36	COORDENADOR ADJUNTO DA CENTRAL DE RECURSOS CÍVEIS.
21º	JOSÉ ELIAS DUBARD DE MOURA ROCHA	-	122	120	02	
* 1ª	Convocado: Salomão Abdo Aziz Ismail Filho	31	-	31	-	*Atuação nos Feitos da 7ª Câmara Cível Especializada. DESIGNAÇÃO EM SETEMBRO.
	Convocado: Antônio Fernandes Oliveira Matos Júnior	-	121	104	17	
* 2ª	Convocado: Alfredo Pinheiro Martins Neto	06	-	06	-	* Atuação nos Feitos da 8ª Câmara Cível Especializada.
	Convocada: Delane Barros de Arruda Mendonça	-	122	122	-	
TOTAL		263	2.221	2.190	294	

Recife, 10 de novembro de 2025.

**Valdir Barbosa Júnior**  
14º Procurador de Justiça Cível  
Coordenador da Procuradoria de Justiça em Matéria Cível

**Claudionilo Eugênio Gomes Mudo**  
Técnico Ministerial – Área Administrativa  
Núcleo de Controle e Movimentação de Processos da Procuradoria de Justiça Cível